TEORIA SOCIAL CRÍTICA E SERVIÇO SOCIAL:

uma contribuição para o debate dos fundamentos teórico-práticos na profissão

Cleonice Lopes Nogueira
Wécio Pinheiro Araújo
(Orgs.)

Editora UFPB

TEORIA SOCIAL CRÍTICA E SERVIÇO SOCIAL

uma contribuição para o debate dos fundamentos teórico-práticos na profissão

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitor EDUARDO RAMALHO RABENHORST
Diretora do CCHLA MÔNICA FREITAS
Vice-Diretor do CCHLA RODRIGO FREIRE DE CARVALHO E SILVA

EDITORA DA UFPB

Diretora IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Editoração ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR
Supervisão de Produção JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

Bartolomeu Leite da Silva (Filosofia)
Carla Lynn Reichmann (Línguas Estrangeiras Modernas)
Carla Mary da Silva Oliveira (História)
Eliana Vasconcelos da Silva Esvael (Língua Portuguesa e Linguística)
Hermano de França Rodrigues (Literaturas de Língua Portuguesa)
Karina Chianca Venâncio (Línguas Estrangeiras Modernas)
Lúcia Fátima Fernandes Nobre (Línguas Estrangeiras Modernas)
Luziana Ramalho Ribeiro (Serviço Social)
Marcela Zamboni Lucena (Ciências Sociais)
Maria Patrícia Lopes Goldfarb (Ciências Sociais)
Teresa Cristina Furtado Matos (Ciências Sociais)
Willy Paredes Soares (Letras Clássicas)

Cleonice Lopes Nogueira
Wécio Pinheiro Araújo
(Orgs.)

TEORIA SOCIAL CRÍTICA E SERVIÇO SOCIAL

uma contribuição para o debate dos fundamentos teórico-práticos na profissão

Editora da UFPB
João Pessoa
2016

Direitos autorais 2016 – Editora da UFPB

Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA DA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio.
A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autores.

Projeto Gráfico EDITORA DA UFPB

Editoração Eletrônica ALICE BRITO

Capa FAZIMENTO/WÊNIO PINHEIRO sobre a obra The Red Model II (1935, René Magritte)

Catalogação na fonte:
Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

T314 Teoria social crítica e serviço social: uma contribuição para o debate dos fundamentos teórico-práticos na profissão / Cleonice Lopes Nogueira, Wécio Pinheiro Araújo (Organizadores). -- João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

Recurso digital (2 MB)
Formato: ePDF
Requisito do Sistema: Adobe Acrobat Reader
ISBN 978-85-237-1178-8 (recurso eletrônico)

1. Serviço social – teoria e crítica. 2. Discurso e ideologia. 3. Prática profissional – assistente social. 4. Projeto ético-político – serviço social. I. Nogueira, Cleonice Lopes. II. Araújo, Wécio Pinheiro.

CDU: 36

EDITORA DA UFPB
Cidade Universitária, Campus I – s/n
João Pessoa – PB
CEP 58.051-970
http://www.editora.ufpb.br
E-mail: editora@ufpb.edu.br
Fone: (83) 3216.7147

Editora filiada à:
Associação Brasileira das Editoras Universitárias

SUMÁRIO

Apresentação
Profª Drª Cleonice Lopes Nogueira 8

PARTE I
TEORIA SOCIAL CRÍTICA: ALGUMAS MEDIAÇÕES COM O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Discurso e ideologia: a consciência sob as determinações da ordem capitalista
Wécio Pinheiro Araújo e Hídria M. Bernadino Ribeiro 13

A relação teoria e prática no Serviço Social e sua interface com a questão do método
Cleonice Lopes Nogueira 46

PARTE II
A PRÁTICA PROFISSIONAL E A PERSPECTIVA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Projeto ético-político do serviço social e a prática profissional na política da assistência social: incompatibilidade entre o ideal e o real
Alecsonia Pereira Araujo 81

A direção sócio-política da prática profissional do assistente social: um estudo das condições de viabilização do projeto ético-político e os desafios postos a sua consolidação
Eliane Leite Mamede e Cleonice Lopes Nogueira 113

PARTE III
OUTROS ESCRITOS: MARXISMO, SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR

Gramsci e o Conceito de Revolução Passiva
Jaldes Meneses.....153

O estado da arte sobre a articulação entre o serviço social e a educação popular no Brasil: um balanço dos estudos produzidos no período de 1980-2010
Aline Machado; Daniela Ninfa de Lima Sousa; Ana Carla dos Santos e Elailla Andrius de Morais Soares 183

Apresentação

Os textos que compõem a presente coletânea resultaram do esforço de um grupo de professores e pesquisadores do programa de Pós-graduação em Serviço social da Universidade Federal da Paraíba, dedicados ao estudo e ao debate dos fundamentos teórico-metodológicos que norteiam o Serviço Social.

A preocupação desses pesquisadores tem sido a de resgatar as expressões de pensamento que alimentam o debate teórico nos quais se apoiam o processo de formação e a prática do Serviço Social nas instâncias de formação e nos espaços institucionais, nos quais esses profissionais realizam suas práticas.

O debate teórico sobre a formação e o exercício profissional dos assistentes sociais tem exigido o empenho dos pesquisadores da área, no sentido de situá-lo diante das demandas contemporâneas, resultantes de um conjunto muito complexo de mudanças, nas relações de produção e reprodução da sociedade, sobretudo, frente aos reajustes do capital para garantir sua reprodução, assim como às mudanças no Estado, na perspectiva de assumir a feição neoliberal. Consiste, portanto, em um movimento que na expressão de sua totalidade, envolve a produção e reprodução material e espiritual do ser social. No patamar do projeto neoliberal esse movimento consiste também em um processo de mudança e continuidade, a partir do qual altera-se parte de sua estrutura funcional para que se mantenha reproduzindo.

Toda essa dinâmica repercute no conjunto das práticas sociais, sobretudo, daquelas, cuja inserção na sociedade dar-se no espaço da relação contraditória entre as classes, tendo que dar respostas, no âmbito dessa contradição, à ambas as classes e junto a elas buscar legitimidade. É frente a esse quadro, que se impõe a esses pesquisadores a necessidade de desenvolver reflexões teóricas que possibilitem o debate sobre temáticas e categorias teóricas importantes na elucidação de questões inerentes a vida social e as suas relações, assim como, de buscar, ao nível da formação e intervenção dos assistentes sociais, elementos para o conhecimento das formas de expressão do debate dos profissionais, sobre o seu modo de pensar e se representar diante das relações sociais concretas. Assim, as reflexões teóricas que compõem esta publicação procuram apresentar categorias do pensamento crítico, em Marx e/ou em inspirações marxistas clássicas, como Gramsci, Lukács, além de outros teóricos contemporâneos, na perspectiva de alimentar o debate que possa iluminar o entendimento do método dialético na relação teoria e prática ou ainda apresentar categorias inerentes ao movimento político das classes, na sociedade moderna.

Os textos resultantes de pesquisa de campo apresentam reflexões sobre o exercício prático dos profissionais do Serviço Social em espaços institucionais, que realizam práticas sociais inerentes às políticas sociais de saúde e assistência, tanto no âmbito dos espaços públicos, quanto do privado, além de reflexões sobre movimentos sociais, sobretudo no campo da educação popular.

O propósito de agrupar esse conjunto de textos – alguns mais aproximados em suas temáticas e concepções teóricas, outros, por vezes, diferenciados em

suas abordagens e referenciamento teóricos –, teve como objetivo oferecer um espaço de pluralidade na leitura das expressões do debate que compõe a reflexão sobre os fundamentos teórico-práticos do Serviço Social. As diferentes áreas de intervenção, nas quais os assistentes sociais estão inseridos, supõem que o debate e a investigação, sobretudo, no espaço acadêmico busque uma aproximação com diferentes áreas do conhecimento e de abordagens temáticas que ponham em questão os diferentes aspectos e expressões da vida em sociedade, assim como do seu movimento político e das suas relações produtivas e reprodutivas. Alguns textos trazem os limites das condições objetivas dos espaços de pesquisas e das formas de submissão dos sujeitos pesquisados. Outros destinam-se ainda a apresentar reflexões que alcancem um leitor distanciado da academia e, por conseguinte, do grande debate acadêmico.

Assim, a coletânea que ora apresentamos, tem como objetivos socializar uma pequena parte da produção do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB, com a categoria envolvida no debate da formação e da prática profissional, buscando apresentar um conteúdo que possa estimular um debate que não tem sido merecedor de maior atenção, quando comparado com a produção teórica no campo das políticas sociais e seus objetos de intervenção.

A organização do texto apresenta-se dividida em três partes, conformadas a partir de artigos blocados por aproximação das temáticas abordadas por cada um deles:

A Primeira parte – Teoria Social Crítica: algumas mediações com o Serviço Social contemporâneo, – congrega textos que: resgata o debate filosófico vinculado ao legado marxiano/marxista e sua interface com algumas particularidades relativas a formação da consciência e

do discurso no evolver das relações sociais na modernidade; tratam dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social crítico, apresentando uma discussão que procura destacar as reflexões teóricas presentes entre os profissionais sobre a relação de sua atividade prática e reflexiva como o pensamento social crítico, buscando contribuir para elucidar a compreensão sobre a relação teoria e prática.

A segunda parte – A Prática Profissional e a Perspectiva do Projeto Ético Político – é formada por um conjunto de artigos que se propõe a contribuir com a reflexão sobre a prática profissional a partir do direcionamento social assumido pelos assistentes sociais, mediante as condições objetivas e subjetivas determinantes, reconhecendo tanto as fragilidades profissionais, quanto os desafios inerentes às contradições presentes nos espaços institucionais, expressos em suas relações de poder.

A terceira parte – Outros Escritos: marxismo, Serviço Social e educação popular – consta de dois textos com diferenciadas temáticas, o primeiro abordando categorias teóricas gramscianas relativas ao movimento político da sociedade moderna, e o segundo trata do levantamento do estado da arte sobre a construção de propostas alternativas de educação popular.

Esse conjunto de textos representa, portanto, um debate plural que visa dar acesso a estudantes e profissionais à uma produção teórica, construída no âmbito da relação que se estabelece entre a academia e o espaço da prática dos assistentes sociais, com vistas a construir uma ponte para a interlocução entre a teoria e a prática.

Cleonice Lopes Nogueira
Julho de 2015

PARTE I

TEORIA SOCIAL CRÍTICA: ALGUMAS MEDIAÇÕES COM O SERVIÇO SOCIAL CONTEMPORÂNEO

Discurso e ideologia: a consciência sob as determinações da ordem capitalista

Wécio Pinheiro Araújo[1]
Hídria Maria Bernardino Ribeiro[2]

1 PROLEGÔMENOS DA QUESTÃO

"O homem toma sempre o seu pequeno mundo/
Como se fora um Todo altíssimo e profundo."
Mefistófeles[3]

Entendemos o discurso como uma prática social na qual os seres humanos, por meio da linguagem, expressam e organizam representações acerca do seu meio a partir das mediações próprias ao processo de consciência. Pre-

1 Professor do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/CCHLA/UFPB), e pesquisador do Setor de Estudos sobre Cidadania e Teoria Social (SECTS/UFPB), e do Grupo de Estudos em Política Social e Serviço Social na Contemporaneidade (GEPSS/UFPB).

2 Assistente Social graduada pela Universidade Federal da Paraíba e membro do Setor de Estudos sobre Cidadania e Teoria Social (SECTS/UFPB), na qual foi orientanda do docente supracitado numa pesquisa inicial sobre a formação do discurso profissional acerca da relação teoria e prática no Serviço Social (Trabalho de conclusão de curso de graduação), aproximação que acabou possibilitando contribuir neste ensaio, no qual trabalhou apenas na sua parte inicial que versa sobre a discussão mais genérica acerca da formação ontológico-social da consciência e do discurso.

3 In: GOETHE, J. W. von, *Fausto*. Tradução e prefácio de Silvio Augusto de Bastos Meira. Editora Três : Rio de Janeiro, 1974 (Biblioteca Universal – Alemanha).

tendemos demonstrar – sem qualquer pretensão de elaborar enunciados avançados ou definitivos, mas dentro dos limites e possibilidades aqui reconhecidos – como esse processo não passa imaculado ao grau de complexidade que adquirem as relações sociais no mundo capitalista. Compreendemos a prática social como atividade objetiva e consciente (práxis) dos indivíduos concretos na transformação da natureza e da sociedade, o que nos leva ao exercício de atividades produtivas, sociais, políticas, científicas, etc. Considerando o trabalho como atividade consciente de realização de necessidades objetivas, é fundante do homem[4], ou seja, possibilitou a criação deste ser consciente que vive e se desenvolve em sociedade, o ser social. Como observa Lukács (2010), apesar desse momento ocorrer por meio de um salto, de uma ruptura ontológica[5] do ser, mantém um caráter processual[6]. A consciência não é coisa, mas devir:

4 Isso não significa, é necessário frisar, que todos os atos humanos sejam redutíveis ao trabalho (LESSA, 2007, p. 36).

5 Não se leia ontologia no sentido tradicional de base metafísica, ao contrário, nos filiamos à corrente originalmente marxiana, pioneira na crítica ao próprio idealismo filosófico e fundadora de uma forma inédita de se pensar ontologicamente; isto é, numa forma de proceder no pensamento simultaneamente crítica e dialética, de orientação praxiológica na qual a teoria pauta-se numa perspectiva derivada das relações concretas, e indissociável, entre a práxis (atividade prática dos homens) e os processos históricos e sociais que juntamente configuram as condições objetivas da existência humana.

6 "Marx [...] sempre mostrou como muito do que estamos habituados a conceber como 'coisal', se corretamente apreendido mostra-se como processo. Em nosso conhecimento da natureza, esse modo de ver irrompeu definitivamente quando Plank e os seguidores de sua doutrina foram capazes de compreender de maneira indubitável a 'fortaleza' 'baluarte' teórica da 'coisicidade', o átomo, como processo." (LUKÁCS, 2010, p. 263).

> Em outras palavras, o salto corresponde ao momento negativo, a negação, da esfera ontológica anterior; é este momento negativo que compõe a essência do salto, todavia a explicação categorial do novo ser não se esgota no salto. Requer um longo e contraditório processo de construção das novas categorias, da nova legalidade e das novas relações que caracterizam a esfera nascente (LESSA, 2007, p. 29).

As primeiras representações de que o homem primitivo realiza trabalho, está na produção de instrumentos:

> O trabalho começa com a elaboração de instrumentos. E que representam os instrumentos mais antigos, a julgar pelos restos que nos chegaram dos homens pré-históricos, pelo gênero de vida dos povos mais antigos registrados pela história, assim como pelo dos selvagens atuais mais primitivos. São instrumentos de caça e pesca, sendo os primeiros utilizados também como armas (ENGELS, 2013, p. 8).

Quando, por meio da atividade humana (consciente e orientada a um fim), o ser em processo de formação deseja suprir suas necessidades, através do movimento de aperfeiçoamento da busca por alimentos, ele realiza processo de trabalho[7]. Assim, este movimento permite que o homem transforme a natureza e a si mesmo, sob uma dinâmica dialética e complexa de simultânea afirmação

7 Evidentemente vinculamo-nos fundamentalmente à concepção marxiana de trabalho como prática e processo sociais (práxis) exposta em *O Capital* (MARX, 1985, p. 201-223).

e negação (*Aufheben*[8]) do seu próprio ser ao longo da história. Portanto, a atividade humana mostra:

> (...) nas relações entre as partes e o todo, os traços de uma totalidade. Vários atos desarticulados ou justapostos casualmente não permitem falar de atividade, [...] a atividade propriamente humana apenas se verifica quando os atos dirigidos a um objeto para transformá-lo se iniciam com um resultado ideal, ou fim, e terminam com um resultado ou produto efetivo, real (VÁZQUEZ, 2007, p. 220).

Assim, nesse processo de prévia-ideação – onde "as conseqüências da ação são antevistas na consciência, de tal maneira que o resultado é idealizado [...] antes que seja construído na prática" –, ação e transformação da natureza e de si, o homem realiza práxis, pois, pauta-se na "atividade consciente e objetiva (...)", ou seja, seu ponto de partida está no mundo real objetivo e das relações sociais postas (LESSA, 2007, p. 37). O resultado é uma nova realidade determinada por relações sociais, que subsiste independentemente da vontade individual puramente subjetiva do sujeito, mas que, sem dúvidas, só existe pelo homem e para o homem, como ser social (VÁZQUEZ, 2007, p. 226). Portanto, não

8 Na filosofia moderna, a mais avançada compreensão da dialética enquanto relação de suprasunção (*Aufhebung*) no devir é encontrada em Hegel, na sua Fenomenologia do Espírito – publicada pela primeira vez por volta de 1809 –, isto é, suprassumir (*Aufheben*): "O suprassumir apresenta sua dupla significação verdadeira [...] no negativo: é ao mesmo tempo um negar e um conservar. O nada, como nada disto, conserva a imediatez e é, ele próprio sensível; porém é uma imediatez universal" (HEGEL, 2008, p. 96). Marx é notadamente influenciado por esta compreensão, já desde os alicerces econômico-filosóficos da sua obra.

consideramos práxis qualquer atividade que seja meramente subjetiva, que não se realize como atividade real e transformadora.

Compartilhamos do entendimento de que é a práxis que revela a íntima conexão entre ser e consciência, realidade e pensamento, assim como a relação teórico-metodológica existente entre conteúdo e forma (ARAÚJO, 2012, p. 120).

2 PRÁXIS: FUNDAMENTO ONTOLÓGICO DA CONSCIÊNCIA E DO DISCURSO

> "O que os homens dizem vem da práxis [..]
> Mas tudo o que eles fazem só entra na consciência passando pela linguagem, sendo dito"
> *Henri Lefebvre*[9]

A práxis é o elo, a mediação, entre a realidade representada na consciência e o desejo de transformá-la objetivamente. A práxis só se efetiva através de uma atividade de interação constante entre teoria e prática, tendo como vetor mediador o indivíduo concreto. Marx vê essa práxis:

> [...] na relação indissolúvel com a teoria, entendida esta mais como filosofia ou expressão teórica de uma necessidade radical do que como conhecimento de uma realidade, e vê também o papel da força social que com sua consciência e sua ação estabelece a uni-

9 Cf. LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Tradução de Carlos Roberto Alves Dias. Rio de Janeiro, São Paulo, Forense, 1968.

> dade da teoria e da prática (VÁZQUEZ, 2007, p. 119).

Destacamos aqui, sobretudo, que consideramos a prática como "fundamento" da expressão teórica – e não como fonte da teoria[10]. Entretanto, devemos compreender esta mesma prática não como puro empirismo, mas sim, em constante relação com a atividade teórica, a qual lhe confere um critério de verdade:

> [...] por um lado, é subjetiva enquanto atividade de sua consciência, mas, em um sentido mais restrito, é um processo objetivo na medida em que os atos ou operações que executa sobre uma dada matéria que existe independentemente de sua consciência, de seus atos psíquicos, podem ser comprovados inclusive objetivamente por outros sujeitos (VÁZQUEZ, 2007, p. 262).

Sendo a práxis uma atividade teórico-prática, ou seja, "ação do homem sobre a matéria e criação de uma nova realidade" (VÁZQUEZ, 2007, p. 265), traz a contribuição de que podem existir diferentes níveis de práxis[11] de acordo com o grau de penetração da consciência do sujeito ativo no processo prático e com o grau de criação ou humanização da matéria transformada destacado no produto de sua atividade prática. No entanto, em todos os níveis de práxis a consciência se faz presente, em algumas de forma mais evidente, em outros de maneira mistificada.

10 Para maior elucidação desta distinção, vale destacar a contribuição de Montaño (2007, p. 183-194) no tópico "A relação teoria/prática para os praticistas".

11 Para mais clareza em torno das distinções como, "consciência prática" e "consciência da práxis", assim como acerca dos "dois níveis de práxis", ver Vázquez (2007, p. 291-307). Não é o caso de aprofundarmos aqui.

Cabe ressaltar que "consciência prática" não é a mesma "consciência da práxis", pois, enquanto uma se manifesta através da elaboração de um projeto e a sua materialização; a outra se dá pela reflexão da própria consciência da atividade realizada, ou seja, é quando a consciência se autoavalia na realização de uma determinada práxis.

Na práxis, a unidade dialética entre o subjetivo e o objetivo no indivíduo consciente ocorre de forma indissociável. A produção do objetivo ideal é inseparável da consecução do objetivo material, e ambas não são mais do que a frente e o verso de um mesmo pano, ou duas caras de um mesmo processo (ibidem, p. 267-268).

2.1 A consciência e a linguagem como produtos sociais

> "A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. [...] A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real."
>
> *Karl Marx e Friedrich Engels*[12]

O ser consciente (social) é condicionado dialeticamente pelas influencias do meio, ou seja, as condições objetivas e a forma como subjetivamente internaliza e interage com a objetividade do ambiente no qual se

12 In: MARX; ENGELS, 2007, p. 93-94.

desenvolve, a isto chamamos processo de consciência; não se trata de separar teoricamente condições objetivas e subjetivas como elementos formadores do ser social – seja individualmente ou em sociedade –, mas, ao contrário, significa entender que o ser social não existe sem esse fluxo conjunto envolvendo objetividade e subjetividade e suas mútuas tensões ao longo da história. Portanto, nossa consciência é um produto resultante das nossas interações sociais, conforme nos esclarece Marx e Engels:

> A consciência é pois um produto social e continuará a sê-lo enquanto houver homens. A consciência é antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora indivíduo que toma consciência [...] (MARX; ENGELS, 1998, p.25).

A relação homem natureza é dialeticamente modificada através das transformações ocorridas entre a sociedade, rebatendo diretamente na consciência destes indivíduos. Ou seja, ao passo que os homens têm a consciência de buscarem suprir a necessidade de se comunicar com outros homens, eles modificam diretamente suas relações entre si e com a natureza. Portanto,

> Este começo é tão animal quanto a própria vida social nesta fase; é uma simples consciência gregária e, aqui o homem se distingue do carneiro pelo simples fato de que nele a consciência toma o lugar do instinto ou de que seu instinto é um instinto consciente (MARX; ENGELS, 1998, p. 25-26).

Quando o homem, através da realização de trabalho, sentiu a necessidade de se comunicar com outros homens, inicia-se no mundo a inflexão de uma expressão concreta e direta da sua consciência, a linguagem. Não se trata ainda, especificamente da linguagem no sentido amplo da diversidade de línguas ou idiomas, mas, estritamente da linguagem como exteriorização da própria consciência que se constrói socialmente, isto é, a vida consciente em sociedade.

É, portanto, "a necessidade de firmar relações com os indivíduos que o cercam constitui o começo da consciência de que o homem definitivamente vive em sociedade" (MARX; ENGELS, 1999, p. 35). Percebemos a construção da linguagem como resultante da dialética das relações sociais, pois é ontologicamente inseparável do ser social. Não por acaso, Gramsci analisa que

> [...] não pressupõe uma coisa "única", nem no tempo nem no espaço. Linguagem significa também cultura e filosofia (ainda que no nível do senso comum) e, portanto, o fato "linguagem" é, na realidade, uma multiplicidade de fatos mais ou menos organicamente coerentes e coordenados: no extremo limite, pode-se dizer que todo ser falante tem uma linguagem pessoal e própria, isto é, um modo pessoal de pensar e de sentir (GRAMSCI, 1995, p. 36).

O processo de formação da consciência, apesar de encontrar sua gênese histórica no trabalho enquanto

práxis, espalhará um plexo de refrações sócio-metabólicas[13] no soerguimento de todas as formas de consciência nos diversos espaços da sociedade em seu evolver histórico num jogo de tensões entre realidade e pensamento revolvendo determinações particulares como mediações entre aspectos universais e singulares relativos ao ser social.

> As relações de trabalho já têm na ação prévia das relações familiares e afetivas os elementos de sua aceitabilidade. Antes mesmo que a criança venha a receber qualquer informação sistematizada, já possui um conjunto de valores interiorizados que para ela são verdadeiros e naturais, pois estabelece com eles profundos vínculos afetivos e percebe uma correspondência com as relações concretas em que está inserida (IASI, 2011, p. 22)[14].

A dinâmica da consciência se configura numa jornada que começa desde que chegamos à vida, inicialmente ainda consciência apenas latente, embora já nascemos contextualizados pelas nossas gerações familiares presentes e ascendentes[15]. Crianças são o reflexo das relações

13 Sócio-metabólico: termo inaugurado por Istvan Mészáros, a partir da concepção marxiana, no que diz respeito "[...] ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si [...]" (MESZÁROS, 2002, p. 94-132).

14 Julgamos muito apropriada a citação de Sartre em sua *Crítica da Razão Dialética*, feita por Iasi: "Os marxistas de hoje só se preocupam com os adultos: ao lê-los, podia-se crer que nascemos na idade em que ganhamos nosso primeiro salário; esquecem-se de sua própria infância" (*apud* IASI, 2011, p. 22).

15 Veja-se a assertiva de Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*: "Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se

sociais do circulo de vivência da mesma, ou seja, ela passa a reproduzir pensamentos, atos e formas de linguagem as quais ela introjeta como verdadeiras. "A percepção generalizada da vivência particular não apenas se baliza em valores como deforma a realidade pela transposição de juízos presos à particularidade" (IASI, 2011, p. 24).

Assim, a linguagem é a representação real da consciência[16], e diretamente se constitui também como um produto socialmente e historicamente construído. Surge da necessidade dos homens se relacionarem entre si, e esta relação se dá a partir do desenvolvimento do trabalho, que ao multiplicar os casos de ajuda mútua e de atividade conjunta, ao mostrar assim as vantagens dessa atividade conjunta para cada indivíduo, [...] os homens em formação chegaram a um ponto em que tiveram a necessidade de dizer algo uns aos outros (ENGELS, 2013, p. 4-5).

Para Gramsci (1995), "toda a linguagem é um contínuo processo de metáforas, sendo a história da semântica um aspecto da história da cultura: a linguagem é, simultaneamente, uma coisa viva e um museu de fósseis da vida e das civilizações".Ou seja, a linguagem não pertence só a cada momento histórico, ele carrega em si tanto os determinantes conjunturais contemporâneos, como também, é uma "evolução" de uma linguagem do passado. Portanto, a mesma é um si um movimento dialético de afirmação, negação, afirmação. Assim,

encontram. A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos" (MARX, 2011, p.25).

16 Marx situa a linguagem, enquanto expressão do real (prática) da consciência, na práxis. Une-se de maneira dialética e inseparável: consciência e práxis, teoria e prática, realidade e pensamento (ARAÚJO, 2012, p. 127).

> A linguagem se transforma com o transformar-se de toda a civilização, com o florescer de novas classes para a cultura, com a hegemonia exercida por uma língua nacional sobre as outras, etc., assumindo precisamente, de um modo metafórico, as palavras das civilizações e das culturas precedentes (GRAMSCI, 1995, p. 176-177).

A partir do processo de complexificação da vida em sociedade devido ao crescimento populacional e a necessária divisão do trabalho (trabalho material e trabalho intelectual)[17], a consciência evolui e deixa de ser mera consciência prática, agora "está em condições de se emancipar do mundo e de passar à formação da teoria 'pura', teologia, filosofia, moral etc." (MARX; ENGELS, 1998, p. 26). Está separação vai provocar uma transformação no processo de consciência, pois, fez com que a consciência inicial, ou gregária nos termos de Marx, evoluísse para uma consciência reflexiva[18] voltada para si, sobretudo na capacidade de elaborar abstrações mais complexas e sofisticadas. Historicamente é a partir do momento em que o ser social no seu evolver começa a dividir-se entre mãos e cérebro nas suas formas de se produzir e reproduzir socialmente, que a consciência pode alçar uma dimensão, menos pragmática e aparente, e mais voltada para a

17 A divisão do trabalho surge efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão do trabalho material e intelectual (MARX; ENGELS, 1998, p. 26).

18 A partir desse momento, a consciência pode supor-se algo mais do que a consciência da prática existente, que representa de fato qualquer coisa sem representa de fato algo real (MARX ; ENGELS, 1998, p. 26).

reflexão acerca de si[19] que se expressa marcadamente em abstrato, na formação do objeto puramente teórico. No entanto, Marx nos alerta de que:

> [...] mesmo quando essa teoria, essa teleologia, essa filosofia, essa moral, etc., entram em contradição com as relações existentes, isso deve-se apenas pelo fato de as relações sociais existentes terem entrado em contradição com a força produtiva existente [...] (MARX; ENGELS, 1999, p. 36).

Mesmo na pura reflexão, fica demonstrado que a consciência não é algo meramente abstrato e que supostamente tivesse alguma autonomia sobre os indivíduos, mas, ao contrário, sofre determinações diretas e indiretas do movimento da realidade ao longo de seu desenvolvimento[20]. E esta impossibilidade ontológica de se descolar a consciência do ser social se justifica justamente no fato de que a consciência é o ser, e o ser é a consciência e nisto compõem uma totalidade concreta e que se expressa numa contextura de determinações históricas e reais que pulsam entre o singular, o particular e o universal. A própria consciência só pode ser compreendida enquanto produto das tensões estabelecidas com sua própria realidade; surge e se desenvolve na e pelas tensões com o seu ambiente. Aí

19 A própria filosofia surge exatamente a partir do momento no qual emerge essa consciência reflexiva acerca de si, que se questiona naquilo que é e faz no mundo, que se estranha em torno de si mesmo e de como se reconhece ou não na sua própria realidade.

20 Portanto, a entendemos como processo na medida em que não a concebemos como uma coisa que possa ser adquirida e que, por conseguinte, antes de sua posse, poderíamos supor um estado de "não consciência", [...] procuramos entender a consciência como um movimento e não como algo dado (IASI, 2011, p. 12).

está evidente a razão de seu fundamento teórico-prático se encontrar na práxis enquanto atividade objetiva consciente; e essa razão é o Todo[21].

3 A CONSCIÊNCIA E O DISCURSO NA ORDEM CAPITALISTA

"Na escritura das flores/
não há uma só palavra decifrável"
Ferreira Gullar[22]

Na ordem sócio-metabólica do capital a consciência enquanto parte do ser social sofrerá implicações da alienação social do processo de trabalho. Segundo Mészáros (2006), o mundo capitalista é marcado pela extensão da condição universal de "vendabilidade", ou seja, a transmutação de tudo em mercadoria por meio da conversão dos seres humanos em "coisas" – leia-se: reificação das relações humanas –, para que todos possam comparecer na sociedade como mercadoria à venda no mercado. Nesse contexto, rapidamente a consciência é tomada abstratamente como coisa em sua particularidade isolada[23].

> A alienação [...] deve-se a um determinado modo de produção que "põe todas as relações naturais e racionais de cabeça para

21 Lembremo-nos de Hegel (2008): "A verdade é o Todo. Mas o Todo é tão-somente a essência que se realiza por seu desenvolvimento".

22 Cf. GULLAR, Ferreira. Poesia completa, teatro e prosa : volume único – Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 2008, p. 78 (Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira).

23 Goethe não hesitará em protestar: "alles vereinzelte ist verwerflich" – "toda particularidade isolada deve ser rejeitada" (apud MÉSZÁROS, 2012, p. 39).

> baixo. Pode ser chamado, portanto de "condição inconsciente da humanidade" (MÉSZÁROS, 2006, p. 77).

Se antes o trabalho era uma forma de exteriorização e objetivação do ser, agora "o produto da atividade do trabalhador não lhe pertence [...] é expropriado" (NETTO; BRAZ, 2007, p. 45). Isso se deve ao fato de que "a essência da sociedade burguesa é a acumulação privada de capital e isso só é possível se os homens viverem em uma sociedade submissa às exigências do processo global de acumulação de capital" (LESSA; TONET, 2008, p. 98).

Ao viver o trabalho alienado, o ser humano aliena-se da sua própria relação com o mundo, pois é através do trabalho que o ser humano se relaciona com a natureza, a humaniza e assim pode compreendê-la (IASI, 2011, p. 21). Esta relação homem-natureza se dá através da transformação da matéria-prima em produtos para suprir as necessidades humanas, este produto representa a extensão do homem, ele se vê naquilo que produz. A transformação da matéria-prima em um meio ou objeto para suprir necessidades, só pode existir como "resultado de uma ação conscientemente orientada, isto é, de uma ação que é orientada por um projeto previamente idealizado como resposta a uma necessidade concreta" (LESSA; TONET, 2008, p. 20).

Ao ser expropriado da terra e dos meios de produção, o homem é forçado a vender a única coisa que possui: sua força de trabalho. E nisto, está "vendendo" a condição fundante do seu ser, alienando ao capital sua existência teórico-prática, que passa a possuí-la como coisa de sua propriedade. Na medida em que o trabalhador vende sua

força de trabalho ao capitalista em troca de um salário[24] aquilo que ele produz não lhe pertence, o produto do seu trabalho se coisifica e é transformado em mercadoria[25]. Neste processo, a consciência deste indivíduo enquanto ser social não poderá escapar à mistificação – tais mediações serão objeto da nossa demonstração daqui em diante.

> Marx esclarece como a mercadoria enquanto intermediário "opaco" das relações sociais na sociedade capitalista, "contamina" o espírito que se exterioriza como consciência; determinando pelo fetiche a forma como esse pensamento apreende a sua realidade (ARAÚJO, 2012, p. 125).

No entanto, o ser do trabalhador em sua individualidade, em seu cotidiano, não percebe que está sofrendo exploração, pois, o fetiche da mercadoria acaba por encobrir o real processo de expropriação – não é de se admirar que Mészáros tenha nomeado esse fenômeno como "condição inconsciente da humanidade". Esse fato nada mais exprime, senão: o objeto [*Gegenstand*] que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor (MARX, 2008, p. 80).

Este processo de estranhamento e alienação vai disparar processos

24 O salário expressa o quanto custa, para o sistema capitalista, a reprodução da força de trabalho, mas não expressa as reais necessidades humanas de quem está exercendo a função assalariada (LESSA; TONET, 2008, p. 99).

25 As relações sociais determinantes, baseadas na propriedade privada capitalista e no assalariamento da força de trabalho, geram as condições para que a atividade humana aliene em vez de humanizar (IASI, 2011, p. 21).

> ao nível da consciência (dessa realidade enquanto objeto representado), ao caminho da coisa abstrata sob os determinantes dessa forma mesma (a mercadoria). Isto é, conduz as representações acerca dessa realidade na consciência (face pensante do ser social) à mistificação, por meio do fetichismo dessa própria realidade que sofre a interposição em suas relações sociais de um intermediário estranho – que a tudo coisifica -, a mercadoria; que aparece exercendo autonomia sobre os seres humanos e suas relações (ARAÚJO, 2012, p. 126).

Contudo, ao passo que o trabalho passa a ser uma "atividade alienante", e o produto do mesmo torna-se sua própria negação, o homem neste processo aliena-se de si mesmo e perde o vínculo real com os outros indivíduos, assim como com sua realidade. Ao invés do trabalho tornar-se o elo do indivíduo com a humanidade, a produção social da vida, este se metamorfoseia num meio individual de garantia da própria sobrevivência particular (IASI, 2011, p. 22). O corpo social se apresentará fragmentado em "indivíduos isolados", que perseguem seus próprios objetivos limitados e egoístas. E, por conseguinte, o trabalho torna-se não somente algo externo, mas, sobretudo alheio ao trabalhador, isto é,

> [..] não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, não se sente bem, mais infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar,

> junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho (MARX, 2008, p. 82).

Ao realizar práxis, ou seja, atividade consciente objetiva e orientada a um fim material, o homem distingue-se diretamente do animal e se afirma no mundo como espécie única, como ser genérico: "Justamente, [e] só por isso, ele é um ser genérico. [...] ele somente é um ser consciente, isto é, a sua própria vida lhe é objeto, precisamente porque é um ser genérico" (MARX, 2008, p. 84-85). Diferentemente do animal que é imediatamente um só com sua atividade vital, ou seja, não realiza práxis. No entanto, no ser humano, o "trabalho estranhado inverte a relação a tal ponto que o homem, precisamente porque é um ser consciente, faz da sua atividade vital, da sua essência, apenas um meio para sua existência" nos seus aspectos primários (Idem, ibidem). Aquilo que representa sua característica única enquanto espécie como ser genérico, acaba, por meio da alienação, a reduzi-lo, de certo modo, quase que inteiramente de volta à condição animal. Para a consciência, que nada mais é do que o ser consciente, de maneira alguma, essa dinâmica social passará inofensiva.

3.1 O discurso entre a ideologia e o fetiche

> "Se a realidade capitalista abrange sua própria falsidade, então essa falsidade deve, de certa maneira, ser real."
>
> *Terry Eagleton*[26]

26 Cf. EAGLETON, Terry. *Ideologia.* São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista : Editora Boitempo, 1997.

Numa sociedade regida e organizada pela forma mercadoria, Marx já alertava, desde o primeiro capítulo de *O Capital*, a inevitabilidade de um fenômeno que nomeará de fetiche da mercadoria. Neste, relações socialmente definidas na história e estabelecida entre os indivíduos concretos, assumem um caráter mistificado e que se põe enquanto sustentáculo fundacional do véu da alienação.

> A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos. [...] Uma relação social definida, estabelecida entre os homens, assume a força fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Chamo a isto de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias (MARX, 1985, p. 81).

Aquilo que Marx aponta na forma mercadoria enquanto produto do trabalho, Carcanholo irá transpor também para analisar uma forma social ainda mais abstrata[27] que chamará de "fetiche-deus", dirá ele que se trata de um "fantasma" quando se refere ao capital

27 O sentido de "abstrato" aqui equivale àquele encontrado no idealismo ou na pura especulação filosófica a tal ponto que lhe retire uma base histórica concreta.

enquanto relação social de produção dominante; algo desprovido de corpo material, mas real.

> todas as atividades humanas, a própria vida humana, estão submetidas à ditadura de um fantasma. Somos, todos, seus escravos, e o mais extraordinário de tudo é que, apesar disso, acreditamos que, com o funcionamento do mercado capitalista, nos está garantindo a liberdade. Sentimo-nos livres. E parece que o somos, mais do que em qualquer sociedade anterior (CARCANHOLO, 2011, p.88).

A questão fundamental a destacar é que não se trata de um problema meramente de percepção no campo puramente da subjetividade ou de uma suposta falsa consciência. Isto é, de certa forma de consciência percebendo erroneamente sua própria realidade. Ao contrário, ocorre factualmente uma mistificação na própria estrutura das relações sociais na sociedade capitalista. Segundo Eagleton (1997), a mistificação é um fato de base objetiva, embora se apresente em sua expressão fenomênica na e para a consciência dos indivíduos como algo puramente abstrato em sua aparência. Norman Geras aponta que "Existe, no interior do capitalismo, um tipo de ruptura interna entre as relações sociais que prevalecem e a maneira como são experimentadas[28]" (*apud* EAGLETON, 1997, p. 84).

Eagleton (Idem, ibidem.) esclarece que no caso do fetichismo da mercadoria, a mente acaba por refletir uma dissimulação na sua própria realidade, o que implicaria em problemas espinhosos. No entanto, no caso de alguns

28 Cf. GERAS, Norman. *Marxism and the Critique of Political Economy*.

outros processos sociais, a consciência reflete "uma forma fenomenal que é, ela própria, uma inversão do real" (Idem, ibidem.). Explicamos:

> Podemos decompor essa operação em três fenômenos distintos. Primeiro, algum tipo de inversão ocorre no mundo real: em vez de o trabalho vivo empregar o capital inanimado, por exemplo, é o capital morto que controla o trabalho vivo. Em segundo lugar, há uma disjunção ou contradição entre esse estado de coisas real e a maneira como ele surge "fenomenalmente": no contrato de salário, a forma exterior reifica a inversão, para fazer as relações entre trabalho e capital parecerem iguais e simétricas. Em terceiro momento, a forma fenomenal é obedientemente refletida pela mente, e é assim que a **consciência ideológica** é gerada (EAGLETON, 1997, p. 84, grifo nosso).

Muito mais do que falsa consciência, a realidade em questão englobaria a sua própria falsidade na sua verdade. Os "marxistas", não raro, falam em "contradições ideológicas", como se estas refletissem ou correspondessem às contradições na própria sociedade (Idem, ibidem.).

> Mas a situação é, na verdade, mais complexa do que isso sugere. Suponhamos que exista uma contradição "real" na sociedade capitalista entre a liberdade burguesa e seus efeitos opressivos. Também se pode dizer que o **discurso ideológico** da liberdade burguesa é contraditório, mas isso não exatamente porque reproduz as contradições "reais" em questão. Em vez disso, a ideologia tenderá a representar o que é positivo em tal liberdade,

> mascarando, reprimindo ou deslocando seus corolários odiosos, e esse trabalho de mascarar ou reprimir, como no sintoma neurótico, provavelmente afetará, a partir de dentro, o que é genuinamente articulado (EAGLETON, 1997, p. 123, grifo nosso).

A complexidade da ideologia como apresentamos a desvela enquanto comportamento teórico-prático ativo do indivíduo nesta sociedade; não se reduz ao mero reflexo passivo dos seus conflitos estabelecidos entre realidade e consciência. Mas, ao contrário, ativo porque se traduz numa forma, mesmo que dissimulada e nada inofensiva, do sujeito lidar com as contradições mistificadas que envolvem seu próprio ser, ou seja, sua própria existência concreta reproduzida enquanto realidade na sua consciência, para a qual, reiteramos, sua própria vida lhe é objeto, mesmo que objeto dissimulado dadas as circunstâncias históricas em tela – aqui já temos o nascedouro do discurso no sentido que aplainamos.

Talvez valha recuperar brevemente um pensador fundamental à teoria social marxiana; seu principal alicerce filosófico, a saber: Hegel. Na sua *Fenomenologia do Espírito* (2008), ele irá apresentar o vir-a-ser do saber ao longo da jornada da consciência no indivíduo por sucessivas figuras ou etapas. Assim descreve sua tarefa:

> A tarefa de conduzir o indivíduo, desde seu estado inculto até o saber, devia ser entendida em seu sentido universal, e tinha de considerar o indivíduo universal, o espírito consciente-de-si na sua formação cultural. No que toca à relação entre os dois indivíduos, cada momento no indivíduo universal se mostra

> conforme o modo como obtém sua forma concreta e sua configuração própria (HEGEL, 2008, p. 41).

Para Hegel, o indivíduo é o ser em sua forma concreta, embora o ser só se realize plenamente no campo do universal, o indivíduo é o que existe. Segundo ele, o universal é real, mas não existe. "O real é somente o universal. Sendo universal é um ser lógico[29]" (NÓBREGA, 2007, p. 29). Isto implica que, a rigor, a realidade, *strictu sensu*, não tem existência concreta, senão como produto da consciência do sujeito que recria mentalmente sua forma concreta e individual, ou em termos mais elevados e complexos, do espírito – o que em Marx chamaríamos de "existência teórica". Dito de outro modo, ainda em Hegel, o ser é, mas não existe; para isso se requer o indivíduo em suas relações concretas no mundo. O ex-professor da Universidade Federal da Paraíba, Francisco Nóbrega[30] contribui para o esclarecimento da obscura distinção entre "realidade" e "existência" no pensamento hegeliano:

> De fato o real não existe. Existe o indivíduo, esta coisa, esta mesa, esta cadeira, este lápis. Tudo o que existe, existe individualizado.

29 Complemente Nóbrega (Idem, ibidem., itálico nosso): *"Aparência" é o ser que depende de outro ser. E "existência" é o que pode ser imediatamente apresentado à consciência. Pode ser algo material (mesa, etc.) ou psíquico (um sentimento, etc). Mas é sempre individual. Está no tempo e no espaço, se é físico. Está no tempo se é psíquico*.

30 Estudo filosofia e pós-graduou-se na Universidade Católica de Paris, e foi professor de filosofia moderna e contemporânea na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), de 1966 a 1968. Demitido na ditadura militar pelo Presidente Castelo Branco, posteriormente foi reintegrado aos quadros, e acabou por se aposentar, vindo à falecer em janeiro de 2007.

> Consequentemente o universal não tem existência. Existe este chapéu alvo, esta flor alva, esta casa alva. Mas a alvura, em si, como universal, simplesmente não existe[31] (NÓBREGA, 2007, p. 28).

A análise supramencionada nos é pertinente ao passo que ilustra aquilo que mencionamos inicialmente como "indivíduo isolado" pela própria fragmentação da totalidade social capitalista, que na consciência ideológica[32] – leia-se: alienada, assim como demonstramos – comparece dissimulada. O sujeito isolado é o indivíduo particular e alheio à sua universalidade. Sofre a "condição inconsciente da humanidade" – conforme nos referimos com Mészáros –, por conta dos enviesamentos oriundos da própria estrutura das relações sociais marcada pelo fetiche e pela alienação por meio da reificação. Esse homem convertido em "coisa" não poderá se reconhecer consciente-de-si enquanto totalidade na sua formação cultural, porque também se desconhece na sua condição vital de produção das suas condições materiais de existência. Portanto, a formação do discurso igualmente não poderá escapar a essa contextura.

Ora, se o ser é o universal que ganha existência no e pelo indivíduo concreto[33], nem sempre isso implicará que

31 Complemente Nóbrega: "Chegamos pois a estas conclusões que parecem demais estranhas: a aparência não tem ser senão dependência do que é real. E é real somente o universal, já que tudo procede dos universais. Mas o universal não existe. Tem ser mas não tem existência. O Universo, sendo formado de indivíduos, é aparência. Todo ele flui dos universais que Hegel chama de Razão" (2007, p. 29).

32 De modo algum, por motivos que julgamos óbvios, estamos a reduzir todas as formas de consciências na sociedade capitalista à consciência ideológica.

33 Nessa jogo de tensões entre a universalidade do ser e a singularidade do indivíduo fluem as determinações particulares – sociais e históricas – que

o indivíduo, à medida que existe, o faz automaticamente consciente de sua própria condição universal. Ao contrário, na consciência ideológica parida por meio da reificação realizada no fetiche e consolidada na alienação, o sujeito se isola na particularidade tanto quanto o induz as relações sociais nas quais está mergulhado. Mais uma vez, Hegel parece pertinente:

> O indivíduo particular é o espírito incompleto, uma figura concreta: uma só determinidade predomina em todo o seu ser-aí, enquanto outras determinidades ali só ocorrem como traços rasurados (2008, p. 41).

Claramente Marx irá flertar com tais acepções do seu predecessor. Mas, note-se como ele refaz a análise hegeliana ao tratar da alienação, retirando-a do campo da reflexão pura, e reconectando-a com seu fundamento praxiológico no solo concreto da história. Dirá Marx sobre a alienação:

> Ela não reside na consciência, mas no Ser; não no pensar, mas na vida; ela reside no desenvolvimento empírico e na manifestação vital do indivíduo, que, por sua vez, depende das condições do mundo. Quando as circunstâncias sob as quais vive esse indivíduo só lhe permitem o desenvolvimento unilateral de uma qualidade às custas de todas as demais, se elas lhe proporcionam material e tempo para desenvolver só Uma qualidade, então esse indivíduo logra apenas um de-

compõem o que nomeia-se na teoria social crítica por totalidade. O capital é como relação social que define o atual modo de produção é a particularidade histórica que estabelece determinações cruciais para o momento sobre o qual se debruça este estudo.

> senvolvimento unilateral, aleijado (MARX; ENGELS, 2007, p. 257).

Embora a alienação encontre expressão aparente no plano da consciência, ela reside no ser. No entanto, como já demosntramos, Marx situa a linguagem como expressão prática da consciência – e mais: sem qualquer possibilidade de autonomia com relação à sua base objetiva. Logo, o que os homens elaboram no e pelo discurso vem da práxis enquanto fundamento ontológico da consciência – o que, obviamente, inclui a linguagem. Ora, o discurso é linguagem organizada na relação entre consciência e realidade.

> Assim, para Marx, a consciência (social) que nasce de uma práxis só reflete fielmente essa práxis em situações bastante definidas: quando a própria práxis não está envolvida em véus nebulosos e as relações entre os seres humanos permanecem diretas, sem intermediários "opacos". Em estruturas sociais e modos de produção determinados, as práxis sociais produzem representações. Essas representações aumentam ou diminuem a falta de transparência de uma sociedade. Elas esclarecem ou obscurecem essa sociedade. Ora a esclarecem com uma falta de transparência, ora mergulham-na na penumbra e nas trevas em nome de uma doutrina ainda mais obscura que a realidade da qual surgiu. A realidade social, isto é, os homens e os grupos humanos em suas interações, produz aparências, que são algo além e diverso de ilusões sem consistência. Essas aparências são o modo de aparecer das atividades humanas no seu conjunto, em um momento dado: as modalidades da consciência. Elas têm, pois, mais

> consistência ou, pelo menos, mais coerência que as simples ilusões ou vulgares mentiras. As aparências têm uma realidade e a realidade comporta aparências. De forma especial, a produção mercantil está envolvida em nebulosidades (LEFEBVRE, 1968, p. 44).

Não é de se admirar que Marx invoque a papel da ciência exatamente em desvendar as estruturas que geram determinações particulares nas quais a essência e aparência não coincidem; isto é, os fenômenos acabam se "revelando" pelos mesmos elementos pelos quais se "escondem", posto que estão marcados por contradições dialetizadas numa complexa dinâmica de processos sociais.

4 CONCLUSÕES

> "O primata manteve-se e mantém-se como parte do mundo natural. Por meio do trabalho, o hominídeo construiu-se, separando-se de uma natureza que dominou [...]. Nos fatos, a consciência construiu-se por meio da linguagem"
>
> *Florence Carboni e Mario Maestri*[34]

Se dissemos que a linguagem é a expressão real e prática da consciência, fica fácil conectar nossa análise à formação do discurso, a rigor, como estreitamente ligada às mediações ontológico-sociais que colhemos até aqui tendo como fundamento maior a práxis.

34 Cf. CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. *A linguagem escravizada:* língua, história, poder e luta de classes. – 3. ed. – São Paulo : Expressão Popular, 2012, p. 107.

Logo, no contexto dos processos que demonstramos estar implicada a formação da consciência em relação com sua própria realidade sob a nebulosidade do fetiche da mercadoria, o discurso enquanto produto social aparecerá eivado de refrações ontológicas advindas da própria condição vital do indivíduo aprisionada em suas determinações particulares. Aqui temos o indivíduo como "espírito incompleto", isolado e limitado à medida que uma determinação particular da sua existência concreta – o trabalho alienado – passa a determinar sua realidade essencial e universal, "aleijando-a". Eis a tensão peculiar ao nosso sujeito histórico: naquilo que é mistifica-se aquilo que ele representa sobre esse seu próprio ser, porque exatamente naquilo que faz para existir (práxis) – o trabalho alienado – não se reconhece, justamente por estar subjugado a uma determinação particular das relações sociais historicamente determinadas e, consequentemente, culturalmente condicionadas. Desse modo, justamente na sua condição universal real – aquilo que o define como ser no mundo enquanto gênero – figurará "inconsciente" ou sob uma consciência dilacerada no e pelo fetiche, no sentido de que este sujeito comparece alheio à sua própria universalidade em sua existência. Ele é incapaz de apreender sua realidade como totalidade, como razão[35] (*Vernunft*). Mesmo em caráter conclusivo, cabe lembrar a importante ressalva de Marx na apreensão da relação entre indivíduo e sociedade – que parece de certo modo dialogar com Hegel:

35 "A razão é a certeza da consciência de ser toda a realidade: assim enuncia o idealismo o conceito de razão" (HEGEL, 2008, p. 173).

> Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a "sociedade" como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. Sua manifestação vital – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação comunitária de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma extensão e confirmação da vida social. A vida individual e a vida genérica do homem não são diversas, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais universal da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou universal (2008, p. 107).

A linguagem é expressão prática da consciência, e esta é parte da totalidade que compõe o ser social, não somente como "existência teórica[36]" – leia-se: realidade representada na e para a consciência –, mas também como existência concreta.

Sem rodeios ou pretensões, situamos o discurso ideológico como a "materialização" da "consciência ideológica" desse indivíduo particular; ideológica no sentido estrito que elucidamos. E com isto não estamos a afirmar a problemática do discurso como uma questão puramente da consciência, mas, ao contrário, buscamos situar categorias como consciência, linguagem e discurso

36 "Minha consciência universal é apenas a figura teórica daquilo de que a coletividade real, o ser social, é a figura viva, ao passo que hoje em dia a consciência universal é uma abstração da vida efetiva e como tal se defronta hostilmente a ela. Por isso, também a atividade da minha consciência universal – enquanto um tal [atividade] – é minha existência teórica enquanto ser social" (MARX, 2008, p. 107).

na estrutura contraditória encontrada nas condições objetivas de uma sociedade organizada nas e pelas relações sociais de produção e troca de mercadorias: contextura na qual acabam por carregarem-se de ideologia, assim como demonstramos. Para nossas mediações revela-se fundamental a compreensão da prática social como atividade objetiva e consciente (práxis) dos indivíduos concretos na transformação da natureza e da sociedade, e que passam ao exercício de atividades produtivas, sociais, políticas, científicas, teóricas, entre outras. A partir do processo de consciência inseparável do ser, assim como ventilamos até aqui, passamos a enxergar o discurso e a ideologia como elementos imprescindíveis para a compreensão de como se constroem as diversas formas de subjetividade enquanto veículos indispensáveis à existência dos indivíduos e suas relações estabelecidas na condição histórica presente. Em suma, nesse jogo de tensões entre realidade e consciência, o discurso ideológico representa justamente um modo ativo que atua por dentro das contradições que tenta harmonizar, dissimulando-as e mistificando suas determinações entre essências e aparências, como se as fizessem coincidir.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Wécio Pinheiro**.** *A dialética da razão moderna: práxis e serviço social.* 2012. 219 f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa 2012. Disponível em <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2567> . Acesso em: 13 jul. 2013.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mario. *A linguagem escravizada : língua, história, poder e luta de classes*. – 3. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARCANHOLO, Reinaldo. *Sobre o fetichismo.* In: CARCANHOLO, Reinaldo (Org.). *Capital: essência e aparência.* – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ENGELS, Friedrich. *Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.* Disponível em: **<** http://www.psb40.org.br/bib/b15.pdf>. Acesso em: 19 de nov. 2013.

GOETHE, J. W. von, *Fausto*. Tradução e prefácio de Silvio Augusto de Bastos Meira. Editora Três : Rio de Janeiro, 1974 (Biblioteca Universal – Alemanha).

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história.* Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GULLAR, Ferreira. *Poesia completa, teatro e prosa* : volume único – Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 78 (Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira).

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do Espírito* [*Phänomenologie des Geistes*]. Tradução de Paulo Meneses; com a colaboração de Karl-Heinz Efken, e José Nogueira Machado. – 5. ed. – Petropólis, RJ: Vozes: Bragança Paulista, Editora Universitária São Francisco, 2008.

IASI, Mauro Luis. *Ensaios sobre consciência e emancipação.* 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KONDER, Leandro. *Alienação e Capitalismo.* In: Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *Sociologia de Marx*. Tradução de Carlos Roberto Alves Dias. Rio de Janeiro, São Paulo, Forense, 1968.

LESSA, Sérgio**.** *Para compreender a ontologia de Lukács.* 3 ed. ver. amp. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

_____; TONET, Ivo. *Introdução à Filosofia de Marx.* 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, György. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social : questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento; supervisão editorial de Ester Vaisman. – São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.* [tradução e nota de Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. – São Paulo : Boitempo, 2011 (Coleção Marx-Engels).

_____. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro 1 – O Processo de Produção do Capital. Vol. I – 10 ª. Edição, Tradução de Reginaldo Sant' Anna. Do original em alemão: DAS KAPITAL – Kritik der politischen Ökonomie (Buch I: Der Produktionsprozes des Kapitals, Quarta edição, 1890). São Paulo : DIFEL, 1985.

_____. Manuscritos econômico-filosóficos. Título original: Ökonomie-philosophische Manuskripte. Tradução, apresentação e notas de Jesus Ranieri. – 2. reimp. – São Paulo : Boitempo Editorial, 2008.

_____; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). – São Paulo, Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. tradução Isa Tavares. – São Paulo : Boitempo, 2006.

_____. Para além do Capital. Trad.: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos. A natureza do serviço social: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. 2° Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 2 ed. São Paulo: Cortez , 2007.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. Filosofia da Práxis. 1 ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Cencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

A relação teoria e prática no Serviço Social e sua interface com a questão do método

Cleonice L. Nogueira[1]

INTRODUÇÃO

O texto que se segue resulta do interesse em retomar o debate sobre a relação teoria e prática, a qual historicamente tem se constituído enquanto uma questão nodal no exercício profissional dos assistentes sociais, sobretudo, porque envolve a apropriação da categoria do método. Na atualidade, essa questão tem sido compreendida e já não aparece como um problema, ao nível da construção do pensamento que expressa a profissão teoricamente, porém, ainda permanece presente como um elemento que problematiza o exercício profissional.

Esse tem sido um objeto de reflexão fecunda, sobre o qual alguns teóricos do Serviço Social já realizaram interlocução com as mais variadas áreas de produção social do conhecimento, inclusive com a filosofia e com a

1 Cleonice Lopes Nogueira. Professora associada da Universidade Federal da Paraíba/UFPB Mestre em Serviço Social pela UFPB e Doutora em Serviço Social pela UFRJ.

economia política[2]. Portanto, no campo teórico e político, esses estudiosos têm experimentado um debate crítico, buscando respostas às indagações sobre as expressões do pensamento e da ação humana, no interior das relações sociais, em diversos momentos históricos, frente às mudanças e transformações no processo de produção e reprodução da sociedade.

Entretanto, as pesquisas demonstram que é no espaço do exercício da prática profissional dos assistentes sociais que a relação entre o pensamento e o real (teoria e prática) tem sido mal compreendida e experienciada de forma problemática, afastada da sua compreensão enquanto uma prática efetiva e dialeticamente construída pelos atores em atividade, na vida cotidiana[3]. O exercício profissional se põe, portanto, como atividade teleológica. A incompreensão e a recusa da vivência dessa *prática, teoricamente apoiada,* têm dado margem a que se prospere o falso argumento da existência de uma dicotomia entre teoria e prática e os mitos e dilemas na relação entre teoria,

2 Dentre os estudiosos do serviço social que têm demonstrado preocupação com esse aspecto destacamos **Guerra**, Yolanda. (1995), Barroco, Maria Lícia (1999, 2008, 2010, 2), **Fiore**, Valeria; **Guerra,** Yolanda. (2010); **Santos,** Cláudia Mônica dos (2010), **Iamamoto** Marilda (2007). Estes buscaram interlocução com Helgel (em contraponto com **Durkheim)**, **Marx**, e **Lukács**. Temos ainda no Serviço social, a grande influencia do debate sobre práxis de Vasques; as abordagens de Netto, de Leila Escorsim Netto e Joseane Soares Santos, (sobre conservadorismo clássico e contemporâneo respectivamente), as quais resgatam os debates de teóricos do conservadorismo clássico e contemporâneo.

3 A esse respeito, autores como Netto, Iamamoto, Guerra, Santos, além de outros, têm levantado questões em suas publicações, demonstrando que os avanços inerentes ao pensamento crítico, alcançados pelo debate da categoria, não têm se traduzido em ações críticas no campo do exercício profissional.

prática, instrumentos e técnicas no Serviço social (SANTOS, 2010).

A grande questão que se põe hoje refere-se aos dilemas dessa relação, os quais têm resultado da incompreensão de como, na vida humana, se processa a relação entre o pensamento e o mundo real. Ainda que o debate teórico no interior da profissão do Serviço Social, após sucessivas distorções[4], tenha reposto o enviesamento do pensamento dialético, resgatando**,** no campo da filosofia, os fundamentos teórico-metodológicos capazes de iluminar a complexa questão que envolve esse debate; no plano prático-operativo do cotidiano profissional, muitos profissionais têm simplificado os seus esforços, limitando-se às ações imediatas. Esse tem sido um caminho trilhado no campo da atividade empírica, caracterizada pelo menor custo racional e menor risco, diante da limitação dos espaços sócio-ocupacionais no mercado[5]. Lembremos de que pensar exige esforço e representa riscos em meio à disputa teórica e política na sociedade.

A reflexão não parte do propósito de julgar nem de culpabilizar os profissionais inseridos no espaço do exercício prático, tendo em vista que se orienta pelo entendimento de que os profissionais também são produtos históricos. Seu modo de ser e de se inserir nos espaços sócio-institucionais e o seu fazer são definidos no contexto

4 O mais emblemático dos problemas teóricos experimentado na profissão consistiu na adoção de uma inspiração marxista baseada em interpretações equivocadas do pensamento do autor, resultando no que temos considerado como marxismo vulgar.

5 Dados de pesquisas sobre os desafios postos ao Projeto Ético-Político do Serviço Social nos espaços da prática profissional na Paraíba, coordenadas pela autora, tem demonstrado essa realidade.

de um conjunto de relações sociais que determinam a sua feição. As demandas à prática dos assistentes sociais resultam de um conjunto de relações, inerente ao processo de consolidação do modo de produção capitalista – na sua fase monopolista.

No Brasil, essa prática profissional atende às necessidades de organização e controle da classe trabalhadora, configurando-se, portanto, como uma prática que traz a marca do conservadorismo, necessária à reprodução do processo de desenvolvimento do capitalismo tardio. É necessário entender que essa marca não esteve presente apenas no surgimento da profissão. Ao longo de sua história, ela esteve inserida na estrutura funcional de regulação da formação social capitalista.

A prática dos assistentes sociais assume a sua conformação e se representa na consciência desses profissionais a partir da racionalidade que lhe demandou e lhe deu feição. Romper com essa lógica, no fazer prático da profissão, supõe que o profissional realize um movimento intelectivo de mão dupla: do real à consciência e do retorno da consciência ao real, a partir de uma dinâmica na qual as constatações e a vivência das contradições presentes no real transformem as falsas representações sobre o mundo e sobre si mesmo, dando lugar a uma consciência crítica, capaz de captar o movimento contraditório do real e, por conseguinte, a redefinição de sua prática sobre esse real. Esse movimento intelectivo do profissional não se dá no vazio, supõe a propriedade de um referencial teórico que permita compreender a dinâmica do real e apanhar sua verdade.

Essa também não é a tarefa de um sujeito individualizado em cada um dos espaços sócio-ocupacionais, haja vista que só pode se efetivar como o resultado de uma ação coletiva, ainda que a partir do esforço individual e particular de cada um, na configuração de uma força coletiva e qualificada de profissionais, enquanto categoria. Nessa perspectiva, podemos entender que a categoria dos assistentes sociais não pode ser tomada enquanto a soma numérica do conjunto dos profissionais, mas como a força constituída a partir da ação consciente dos vários sujeitos, compreendida enquanto uma ação política sobre o real. Este por sua vez, tomado enquanto o conjunto dos seres e das relações materiais e espirituais que constituem a sociedade humana.

Partindo do exposto, tomamos o exercício profissional como uma prática social, que se efetiva, como as demais, a partir de uma relação entre o pensamento e a ação. A prática social é aqui entendida como uma atividade humana que incide no processo de reprodução da sociedade. Consiste em um ato teleológico que expressa a relação entre o pensamento e o real, a partir de um determinado processo de sociabilidade humana. Esse ato teleológico, ainda que possua uma especificidade inerente à consciência criadora dos sujeitos que o realiza, expressa uma racionalidade derivada da razão social, na qual se insere. De acordo com Guerra (1995, p. 30) "(...) as requisições dos profissionais vislumbram uma modalidade de razão que permite atuar com as dificuldades, limites e constrangimentos colocados pelas situações objetivas sob as quais a intervenção profissional se realiza".

Enquanto tal, na sociedade capitalista, a prática do assistente social está inserida, na divisão sociotécnica do trabalho, como uma atividade de reprodução derivada do antagonismo entre as classes. Com o desenvolvimento dessa formação social capitalista, aumenta o tamanho da massa trabalhadora assalariada, ampliando**,** consequentemente, a produção de mais-valia e de lucros, o que acirra o antagonismo entre as classes representadas na relação capital e trabalho.

Essa contradição também passou a demandar uma série de funções de controle e de equilíbrio dos conflitos (entre os interesses antagônicos) derivados da natureza contraditória das relações estabelecidas entre as classes. Emerge daí um conjunto de funções de coordenação dos diversos momentos do trabalho, resultantes de sua divisão social e técnica; bem como outro conjunto de funções intelectuais necessárias à construção do consenso e à organização, regulação e ao controle das relações de produção e reprodução e, enfim, da forma de sociabilidade presente.

Assim, entendemos que a organização do trabalho e da vida social exige a participação desse conjunto de funções do trabalho e de práticas sociais, que se combinam no esforço de produzir e reproduzir o processo de sociabilidade capitalista. Compreender esse processo exige-nos a tarefa de resgatar o movimento contraditório e combinado que caracterizou o desenvolvimento histórico dessa sociedade, a partir de uma dinâmica que envolve a relação entre o pensamento e a ação dos sujeitos sociais.

Como partícipe desse movimento, na condição de sujeito e de produto das relações históricas, o Serviço

Social, tomado enquanto uma prática coletiva, constrói uma consciência resultante de um conjunto de relações entre indivíduos, coletivos, instituições e sistemas, dentre outros elementos que conformam uma sociedade historicamente determinada pela dinâmica das forças que a compõem e configuram sua natureza.

Somente tomando a profissão dos assistentes sociais como construto resultante dessa relação entre o pensar e o agir de seres inseridos no mundo real, com o qual interage participando de suas alterações e dele recebendo influências, é que podemos desenvolver uma capacidade profissional que nos permita visualizar com clareza o lugar da profissão no interior das relações sociais. Vale lembrar que deve ser inclusa nessas relações as práticas sociais mais amplas, assim como o entendimento dos caminhos percorridos, das mudanças realizadas, dos limites e das possibilidades que se nos apresenta em cada contexto e momento histórico.

2 A PROFISSÃO ENQUANTO UMA CONSTRUÇÃO RESULTANTE DA RELAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA ENTRE OS ASSISTENTES SOCIAIS E O MUNDO REAL

Enquanto produto dessa relação, a profissão dos assistentes sociais consiste em uma expressão das práticas sociais, que se configuram como produto do processo de sociabilidade humana, no seu modo capitalista. As racionalidades que lhe gestam são inerentes à razão moderna e justificam o seu surgimento, assim como a necessidade de reproduzir relações que se apresentam

como constitutivas dessa formação social, nos modos como se expressa na contemporaneidade.

Pensando o Serviço Social a partir da racionalidade dialética, podemos entender que a profissão – como qualquer outra atividade prática profissional – adquire materialidade enquanto uma prática social, construída a partir de um conjunto de determinações históricas. Isso nos quer dizer que a existência da profissão resulta de uma demanda das próprias relações constitutivas da vida social, portanto, da contradição social, inerentes aos diferenciados interesses dos diversos sujeitos sociais participantes destas relações, os quais põem a necessidade de uma determinada prática de organização e de controle das relações entre esses sujeitos e, por conseguinte, da vida social. Essas relações estão representadas, como abstrações definidoras e explicativas do mundo real, no pensamento dos profissionais e, somente a partir de como elas se expressam, é que estes definem a forma e direção de suas práticas.

Antes de adquirir existência concreta como prática, o fazer profissional existe como teleologia que se expressa a partir de uma racionalidade, portanto, como uma expressão abstrata dos sujeitos, orientada a partir da lógica da funcionalidade capitalista, marcada pela contradição, na sua construção social, assim como pelas demandas que essa contradição lhe impõe. Dito de forma mais direta, expressa-se a partir da forma de definição e explicação dessas relações, adotada pelos seres sociais constitutivo do real. E não só isso, esse fazer apropria-se de uma determinada capacidade de entender e definir as relações sociais, e de capturar as necessidades de uma prática interventiva.

Nesse processo, os profissionais precisam ter ainda o discernimento capaz de definir o tipo e a natureza da prática interventiva necessária, para dar resposta às demandas presentes.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o exercício prático dos assistentes social só pode ser pensado enquanto uma relação que se constrói e se realiza na interação entre o pensamento (enquanto expressão do conhecimento social) e o contexto social concreto. Acrescenta-se ainda a essa discussão que aqui estamos tomando, o contexto real na sua forma mais objetiva, como um conjunto de relações entre os homens na produção e reprodução da vida social[6].

Não podemos esquecer que essa relação entre os homens tem sua fundação na relação entre homem e natureza, envolvendo homens diferenciados por condições e interesses diversos. Portanto, o real constitui-se como unidade dos diversos, constitutivo da vida material, não podendo ser tratado apenas como uma expressão abstrata do pensamento, enquanto um real pensado – entendido como uma abstração do concreto real pelo pensamento.

Abordando essa relação entre o pensamento e o mundo real, Marx diz que:

6 O real dos assistentes sociais consiste no conjunto de relações entre o Governo e a Sociedade Civil – as instancias institucionais do Estado e as instâncias de organização e luta dos segmentos e indivíduos da sociedade; consiste também no movimento entre os seres que configuram as atividades produtivas, políticas e político-profissionais, nos vários espaços da vida social e no interior das instituições, conformando as relações de poder entre classes e segmentos, entre os que demandam e os que respondem; o real é também as relações que configuram o embate de ideias entre os pensadores e seguidores, envolvidos no debates teórico .

> O concreto [...] é a síntese das múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em conseqüência é o ponto de partida da intuição e da representação (2011, p. 54).

Aqui o autor referido explica o movimento entre o real e o pensamento na produção do conhecimento, esclarecendo que a aparição do concreto no pensamento dar-se como processo de síntese, o que podemos chamar de expressão teórica do real. Ainda de acordo com Marx (op. cit., p. 54/5), no primeiro momento, a representação plena transforma-se em uma determinação abstrata, para depois, (essa representação) levar à reprodução do concreto por meio do pensamento. Tudo isso expressa o movimento do pensamento de ascensão do abstrato ao concreto – é o método pelo qual o pensamento se apropria do concreto e o reproduz como uma expressão mental desse concreto, um conhecimento sobre ele. Nas palavras de Marx (2011, p. 54), "(...) o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental".

O raciocínio do autor indica que a própria representação do real concreto no pensamento supõe uma mediação (a determinação abstrata) e uma prévia noção do concreto que nos leva a compreendê-lo. Isso nos diz que a compreensão do real não parte do nada, tendo em vista que a mente só consegue compreender um fenômeno concreto se ela já tiver domínio de algum meio de apropriação dos fenômenos, ou das relações que os constituem (alguma

referencia sobre esse fenômeno – a referência teórico-metodológica).

Um efetivo entendimento, por exemplo, da problemática do desemprego e/ou da pobreza vivida por um determinado segmento populacional exige um saber mínimo sobre esses fenômenos – o que vem a ser desemprego e pobreza, as suas determinações, o que os caracterizam, os distinguem e os associam numa relação de mútua determinação.

Entretanto, é preciso entender que existem diferenciadas racionalidades que expressam esses fenômenos, assim como qualquer outra relação social, e que dessa diferença resultam diversas interpretações e definições dos fenômenos/relações. São racionalidades que expressam diferenciadas formas de representação do real pelo pensamento. Cada uma delas expressa uma linhagem de pensamento da teoria social.

A Racionalidade é entendida aqui como "[...] aquilo que é pertencente à razão ou derivado dela, [...] aquilo que está de acordo com a razão" (JAPIASSU e MARCONDES, 1991, p. 208) e a razão como sendo a expressão do pensamento "[...] que dá inteligibilidade aos fatos, e estes se constituem nos seus fundamentos, ao mesmo tempo em que são constituídos, constitutivos e constituintes de relações racionais que obedecem aos princípios de causalidade e contradição" (GUERRA, 1995, p. 43). E a autora continua dizendo que

> Ela [a Razão] é uma condição ou momento do pensamento que busca apreender a realidade como movimento e por isso tem que caminhar de abstrações mais simples, dadas

> pelo intelecto, no sentido de determiná-las por meio das mediações que vinculam os fatos a determinados processos, saturados de determinações (op. cit., p. 44).

A razão moderna, representativa da sociedade capitalista, consiste no conjunto de racionalidades que define, explica e justifica, de forma reinterativa ou crítica, as relações sociais (de produção e reprodução) que configuram essa formação social capitalista. Assim, ela não só participa da construção de uma forma determinada de conceber as relações sociais como possibilita sua reprodução, na medida em que incorpora as expressões do pensamento produzido na vida cotidiana – o que tratamos como senso comum – e a ele também se incorpora. A razão moderna incorpora ainda e, sobretudo, as expressões do pensamento intelectual, de base teórica e científica, as expressões filosóficas, jurídicas, políticas, econômicas etc. Apresentando os fundamentos da razão moderna, Guerra diz que

> Construída na interseção de diversas tradições culturais esta razão tem sido objeto de diferentes abordagens no interior da filosofia ocidental e conquista diversos atributos. De 'pura' a 'instrumental' a história da razão moderna encontra sua unidade na perspectiva antropocêntrica que a funda. Parametrada na concepção de homem enquanto ser social autocriador – portador de racionalidade e teleologia, que sob condições concreta constrói sua história, esta, condutora de racionalidade objetiva, e por isso, possível de ser (re) conhecida pelos sujeitos – a razão moderna edifica-se (1995, p. 41/42).

Todas as expressões ou tradições culturais, como diz a autora, são necessárias às práticas de reprodução das formas assumidas pelas relações sociais. Tudo isso produz uma dinâmica na qual as duas formas de construção e expressão do pensamento (a empírica e a teórica) integram-se, transformando-se e autosuperando-se mutuamente, de modo que o senso comum é capturado como elemento de compreensão da vida social pelo pensamento intelectual, enquanto este interfere no senso comum, impondo-lhe alterações.

Esse movimento entre as expressões do senso comum produzidas na vida cotidiana e as reflexões expressivas do pensamento teórico, ao longo do processo histórico de construção da sociabilidade humana e**,** mais especificamente**,** da sociedade moderna, permitiu a superação do empirismo e o desenvolvimento da razão. Como vimos acima, a razão moderna não constitui um único paradigma. Tratando das racionalidades que a constitui e que, por conseguinte, orienta o pensamento profissional do Serviço Social, Guerra (op. cit., p. 45, grifo do autor) chama a atenção para as duas vertentes que "[...] sustentam o pensamento filosófico da modernidade: *o sistema ético-filosófico Kantiano e a filosofia especulativa de Hegel*[7]".

Com o primeiro sistema, Kant critica a razão pura que caracteriza o pensamento metafísico e apresenta a epistemologia como condutora das possibilidades do conhecimento, por meio da experiência.

7 A denominação "sistema filosófico Kantiano" é usada pela autora para denominar a linhagem de pensamento expressivo da modernidade derivada do pensamento de Kant.

> Kant está preocupado em explicar um tipo de conhecimento que advém não de juízos Purus, mas aqueles resultantes da experiência e, deste modo, alcançados pela via do entendimento. Ocupa-se, pois, em encontrar os fundamentos das possibilidades da experiência (GUERRA, 1995, p. 47).

O sistema filosófico derivado do pensamento Kantiano, apoiado no método lógico-experimental, dar origem ao **racionalismo formal abstrato,** o qual nega "a tradição ontológica da filosofia clássica" (op. cit.) e limita-se ao conhecimento produzido na experiência imediata, a partir de um conjunto de procedimentos manipulatórios instrumentais, com base na atribuição prático-moral. A razão Kantiana investe na restauração da ordem e da moral, no esforço de superar a desordem gerada pela industrialização.

Desse sistema filosófico, derivam "a sociologia e o positivismo lógico francês" (*op. cit.*), construídos em uma relação de crítica e continuidade, a partir da qual Émile Durkheim vincula-se ao legado da ciência positiva de Augusto Comte, dando vida a mais fecunda expressão do positivismo.

O segundo sistema – a filosofia especulativa de Hegel – ainda que reconheça os avanços de Kant para a superação da metafísica, aponta os limites do filósofo ao ficar preso às representações do objeto, na medida em que admite a inacessibilidade à essência do objeto de conhecimento. Em direção oposta a Kant, Hegel apresenta os fundamentos da **razão dialética**[8], a qual assume caráter ontológico e

8 É necessário esclarecer aqui que reconhecemos que a dialética de Hegel está

admite que os processos sociais possam ser conhecidos racionalmente pelos sujeitos.

No processo de conhecimento, a razão dialética possibilita "a transcendência da aparência fenomênica[9]" para a essência, capturando a lógica que movimenta os fenômenos, na medida em que a própria natureza dialética desses fenômenos, tomados em sua totalidade, corresponde a esse movimento que os transformam e alteram suas condições de existência. Entende-se aqui que os fenômenos da vida social constituem-se por meio do movimento do ser social, que tem nas ações destinadas à autoreprodução o seu primeiro ato histórico: "O primeiro ato histórico dos indivíduos, pelo qual ele se diferencia dos animais, é não o fato de pensar, mas sim o de começar a produzir seus meios de vida" (MARX, 2007, p. 87).

Essa é a forma de construção das condições que garantem a reprodução material da espécie humana. Porém ela não se esgota na produção da vida material, decorre daí a formação do pensamento e as formas de organizações da vida humana, a partir de um conjunto de relações entre os seres. Nesse sentido, o conhecimento dessas formas de organização da vida e do pensamento que guia esse processo oferece às práticas de organização da reprodução

no limite da lógica de seu método fenomenológico; entretanto, ao se debruçar na tarefa de identificação lógica das contradições presentes no mundo humano, a partir da relação entre ser e pensamento (ainda que de forma invertida), ele estaria fornecendo os elementos fundamentais dos quais Marx se apropria para identificar a dialética na própria realidade, conformada na totalidade das relações contraditórias que a constitui. Nesse sentido, não atribuímos a Hegel e sim a Marx a forma mais avançada de compreensão e expressão da razão dialética, superando os limites de Hegel.

9 Expressão usada por Guerra In: A instrumentalidade do serviço Social (1995).

da vida social uma capacidade para entender a dinâmica dessa sociedade e nela intervir, de acordo com sua forma de existência e com suas demandas.

Partindo do papel do trabalho no processo de sociabilidade humana, a razão dialética indica o movimento operado pelo pensamento, em sua relação com o real, na produção do conhecimento necessário à construção do projeto teleológico e da ação efetiva sobre o real concreto. Pautado nesse conhecimento, as ações práticas de produção material da sociedade avançam, saindo do patamar do empirismo para o de uma ação humana que, ao mesmo tempo em que produz as condições materiais de vida, também produz as expressões teórica, filosófica, jurídica, cientifica cultural, ética, política e ideológica do pensamento da humanidade, e as repensa nos diferentes momentos históricos. Apoiadas nesses complexos**,** as práticas intervenientes nas relações sociais adquirem inteligibilidade e discernimento para se construírem como projetos teleologicamente postos pelos seus agentes, os quais, inseridos nessas relações, tornam-se capazes de interferir no seu curso.

Segundo Marx (1995), o pensamento em si não transforma o mundo, quem o transforma são as ações concretas dos homens; no entanto, quando vinculadas a um projeto de sociedade, essas ações precisam ser guiadas teleologicamente. Isso demonstra, portanto, a dialética da relação entre a atividade do pensamento e a ação física dos homens, da qual resulta não só uma construção material como ainda uma mudança do pensamento humano. Está posta aqui a lógica do processo de construção do pensamento e da vida social inerente a cada época

histórica: temos, pois, que, se por um lado, a ação humana exige um prévio conhecimento do objeto dessa ação; por outro, a experiência de realização da atividade, bem como, as formas de relações produzidas nesse processo propiciam um novo aprendizado, o qual, quando analisado, avaliado e sistematizado resulta em um conhecimento mais avançado do que aquele que gestou a ação[10].

Esse novo conhecimento permite tanto a continuidade do desenvolvimento das forças produtivas quanto a construção de ações estratégicas para novas formas de intervenções no processo de organização e reprodução da sociedade ou de sua transformação.

> No seu processo de produção e reprodução, a humanidade cria através do trabalho, não só um mundo material tangível. Ela cria hábitos, valores morais, éticos e civilizatórios: cria a sociabilidade que interagem na formação da subjetividade dos indivíduos sociais (SANTOS, 2007, p. 28).

Definindo a categoria trabalho na perspectiva lukásciana, Lessa (1997) diz que a escolha dos meios impulsiona a consciência para além de si mesmo, impulsiona para o conhecimento do mundo exterior a ela, sendo necessário para isso conhecer o objeto e os meios do trabalho, além das leis que alavancam o seu processo. Diz também que, para cumprir sua função social, esse conhecimento deve, necessariamente, reproduzir na consciência, em alguma medida, a realidade exterior, refletindo as determinações

10 Esse processo envolve tanto a dinâmica empírica inerente ao processo de composição do consenso social quanto a dinâmica de construção do pensamento teórico científico.

do ser existente. Com isso, ele explicita o movimento entre o conhecimento e a atividade prática dos homens na construção do processo de sociabilidade.

Essa análise demonstra como a ação prática dos homens exige um conhecimento anterior do contexto sobre o qual atuam os sujeitos sociais, e que é esse conhecimento que os orienta e dirige suas ações, sejam estas uma atividade de produção ou de reprodução. Entretanto, é necessário entender que esse pensamento anterior que orienta a ação prática expressa a racionalidade a partir da qual os sujeitos da ação prática concebe os elementos e relações nas quais intervém, e que essa racionalidade expressa uma das vertentes concernentes a razão moderna.

Como vimos acima, há duas vertentes distintas e contraditórias da razão moderna – a formal abstrato e a dialética. Cada uma oferece uma concepção e uma interpretação diferenciada das relações e fatos sociais. No interior do Serviço Social, a primeira vertente deu origem à perspectiva tradicional e conservadora, que caracterizou o pensamento profissional desde as suas origens; e a segunda originou o pensamento crítico, que no seio da categoria foi responsável pelo movimento de ruptura da profissão com o conservadorismo.

Entretanto, esse movimento não implica que a orientação conservadora tenha sido eliminada do pensamento profissional, tampouco da direção do seu exercício prático. Tanto no seio da sociedade quanto no interior da profissão, convivem essas duas racionalidades, embora existindo em oposição e contraposição, representando posturas teóricas e políticas diferenciadas e formas de práticas que se opõem. Elas se cruzam e se absorvem

reciprocamente, conformando um sincretismo que se manifesta tanto nas práticas sociais quanto na prática específica do Serviço Social, dando sustentação ao modo de ser e realizar-se dessas práticas, na reprodução da sociedade.

Para melhor esclarecer o item anterior, é necessário explicitar que, tanto no seio da sociedade quanto no interior da profissão, convivem essas duas racionalidades. É a partir delas que a profissão do Serviço Social concebe as relações sociais e também constrói suas relações particulares com o mundo real, tendo o seu lugar e o seu papel definidos na interação entre as classes, que conformam a estrutura da sociedade contemporânea. Aqui, faz-se necessário dizer que, como uma forma de prática social, o Serviço Social participa do processo de reprodução da sociabilidade capitalista, intervindo na organização da relação entre as classes. Consideramos que essas classes constroem seu processo de sociabilidade capitalista, sobretudo suas formas de produzir a vida material e espiritual, dentro de um processo recíproco de produção e reprodução do pensamento; portanto, nos parâmetros das relações inerentes a essa formação social. Partindo-se dessa perspectiva, é possível afirmar que todas as práticas de reprodução são estruturadas segundo as expressões de representação dessas relações.

Em outros termos, sendo a sociedade estruturada por meio de uma relação de classe, caracterizada pela desigualdade entre capital e trabalho – proprietários e desapropriados, dominantes e subordinados, ricos e pobres, mandantes e mandados – todas as práticas designadas a reproduzir essas formas de relações são estruturadas

dentro da lógica e dos princípios que regem tais relações, porque elas já são arquitetadas segundo essa lógica.

Pensando a sociedade como um bloco monolítico, diríamos que romper com essa lógica equivaleria a romper com essa formação social. Esse rompimento representaria o seu desligamento dessas relações sociais, o que naturalmente decretaria o fim dessa prática social na estrutura de reprodução dessa sociedade, tendo em vista que ela deixaria de ser uma prática de reprodução dessa formação social. Para uma profissão que participa da prática geral de reprodução da sociedade, romper com a racionalidade conservadora**,** que constitui a lógica de produção e reprodução dessa sociedade, supõe a obrigação de abdicar do seu lugar e do seu papel na estrutura organizativa dessa sociedade.

Entretanto, pensar uma prática que se põe na contraposição da lógica de estruturação e organização de uma determinada sociedade exige apropriar-se de um método que permita ver o movimento dialítico dessa sociedade. Consiste em tomá-la na sua totalidade constituída por elementos contraditórios que se articulam como partes diferentes e contrapostas de um todo, cujas contradições permitem o seu movimento de reprodução e de transformação. Sem os elementos contrários que se põe em luta, essa sociedade (a formação social capitalista) ficaria na inércia, não produziria nem reproduziria sua vida material e espiritual.

A sociedade capitalista está assentada em duas vertentes de pensamentos divergentes: aquela que justifica a sua lógica, porque atende aos interesses da classe que nessa formação se insere como classe dominante; e outra

que se opõe a esta lógica, porque nessa estruturação social ocupa uma posição, absolutamente, desfavorável aos seus interesses e bem-estar, tanto no que consiste ao sistema de produção quanto ao de reprodução. Isso quer dizer que as expressões de pensamento inerentes à razão moderna representam posições de classes, as quais só existem em oposição.

Sem a classe trabalhadora, a burguesia deixaria de existir; e sem a existência da burguesia, enquanto classe dominante, a classe trabalhadora deixaria de existir como classe subordinada. Portanto, elas constituem dois pólos do mesmo sistema, os quais se articulam e se reproduzem dialeticamente. Por sua vez, as expressões do pensamento que sustentam e reproduzem a racionalidade e os interesses de cada uma dessas classes conformam partes contraditórias, que constituem a razão moderna cujo movimento de oposição participa da dinâmica necessária ao processo de mudança e continuidade do próprio sistema social.

Para melhor entendimento desse movimento de mudanças e continuidade do sistema social, é importante resgatar o movimento histórico entre o conservadorismo e o pensamento dialético[11], a partir do qual constatamos que a noção de conservadorismo expressa a defesa de manutenção de uma determinada ordem social, ou de

11 No debate empreendido no Serviço Social, temos tratado como expressão do pensamento conservador as ideias herdadas do tomismo e do sociologismos positivista e, como expressões do pensamento crítico dialético, as inspirações marxistas, somente a partir dos anos de 1980; se introduz no debate profissional. É nesse momento que importantes estudiosos, no interior da profissão, passaram a referenciar seu debate nas fontes clássicas do marxismo.

um esforço prático na construção de estratégias para sua reprodução, em contraposição às posturas críticas a essa ordem, ou a qualquer forma de luta por mudanças.

De acordo com Soares (2007), as primeiras manifestações do pensamento conservador aparecem como respostas reacionárias à Revolução Francesa, como defesa da ordem Feudal de organização da produção e dos valores da sociabilidade desestruturada pela referida revolução. Entre 1830 e 1848, a crise do capitalismo repercute no pensamento conservador, tendo em vista ser essa crise responsável pela reação do movimento operário, o qual apontava para a construção de um processo revolucionário. Diante disso, a Burguesia opera uma radical ruptura com os ideários progressistas que marcaram a primeira etapa de seu desenvolvimento, no momento em que ela tomava para si a representatividade objetiva dos interesses da totalidade do povo, no combate à reação conservadora feudal. A partir daí, a burguesia vai se transformando em força conservadora interessada na perpetuação da formação social vigente e na construção de uma base teórica para sua justificação.

Esse processo avança de tal modo que na contemporaneidade, o paradigma da razão é negado como instrumento de conhecimento cujo processo se limita, agora, às esferas progressivas menores ou menos significantes da realidade. Desse modo, traindo definitivamente a causa do progresso social e o pensamento prosgressista, a burguesia adota o pensamento conservador, que limita o papel da razão no conhecimento e na práxis dos homens (COUTINHO, 2010). Como vemos, a funcionalidade social e institucional da sociedade burguesa, assim

como o pensamento que a define e a sustenta, assume**,** já no século XIX**,** um caráter absolutamente conservador, o que impõe ao conjunto das práticas sociais**,** que organiza e reproduz a sociedade**,** uma orientação ético-política, também, conservadora.

Entretanto, ainda de acordo com Coutinho (2010, p. 21 a 23), "[...] o proletariado surgindo na história como classe autônoma, em si e para si, [...] recolhe a bandeira abandonada pela burguesia, supera seus limites e contradição, elevando a racionalidade dialética a um nível superior [...]". Essa racionalidade tem cumprido o papel de explicitar as contradições inerentes às relações capitalistas e de conduzir à classe trabalhadora a consciência de sua condição de subordinação no processo de produção da riqueza social e de reprodução das relações sociais burguesas.

Enquanto uma perspectiva crítica às relações sociais capitalistas e às suas expressões abstratas, a racionalidade dialética tem contribuído para a construção de um pensamento capaz de mobilizar forças contra-hegemônicas para a garantia de mudanças que apontem na direção de resgatar as antigas bandeiras progressistas, como democracia, liberdade, direitos humanos, sociais e trabalhistas, tratadas, sob o pensamento teórico e a direção política da burguesia, como meio de assegurar os seus interesses de classe dominante e, ao mesmo tempo, passivar a classe trabalhadora. Também tem assegurando algumas formas de liberdade, promovendo um equilíbrio entre as classes, de modo a evitar que o capital explore o trabalho até as últimas consequências e a possibilitar a construção de espaços político-organizativos

à classe trabalhadora. Para a sociedade moderna, a relação contraditória entre capital e trabalho é imprescindível para que possa se manter e se reproduzir; assim sendo**,** permite o embate das ideias que sustentam e expressam criticamente essa contradição, nos limites que não ameacem a sua reprodução.

Quais as implicações dessa orientação para a prática do Serviço Social? Como detentor de uma modalidade das práticas de reprodução da sociedade capitalista, os assistentes sociais constituem uma categoria social cuja inserção na sociedade dar-se nas mesmas condições de subordinação do operariado. Nessa condição, a profissão assume uma postura crítica frente à sociedade capitalista, identificando, inclusive, o lugar que ocupa no interior de suas relações contraditórias. Inseridos enquanto um ser ativo em uma sociedade permeada de contradições, esses profissionais garantem uma legitimidade ao Serviço Social, o que lhes confere uma institucionalidade no seio da formação social capitalista. Por conseguinte, adota o método e a concepção inerente à racionalidade crítica dialética como referencial teórico-político orientador de sua prática junto às relações sociais[12].

Como vimos analisando, qualquer atividade humana, seja ela de trabalho na produção de riqueza material ou na prática de organização e reprodução das relações sociais, envolve um projeto teleológico que precede e se objetiva na ação prática, o qual se constrói dentro de

12 Devemos lembrar aqui que o pensamento crítico dialético constitui uma das expressões racionais da Razão Moderna.

uma racionalidade que dá inteligibilidade a esse fazer humano. Nesse sentido, essa ação teleológica expressa um modo de perceber e conceber a vida social. Em termos mais diretos, toda prática expressa uma forma de pensamento social e respalda-se em uma das vertentes do pensamento da modernidade (da razão moderna); absorve dela uma postura que lhe permite o direcionamento teórico político e a capacidade profissional de perceber as relações e sobre elas intervir, a partir dessa racionalidade.

Entretanto, a lógica de funcionalidade dos espaços institucionais, na qual se insere tal ação, tenciona a racionalidade adotada pelo sujeito profissional, tornando o campo da prática um espaço contraditório. Nessa dinâmica, o pensamento funcional à sociedade capitalista constitui uma força dominante capaz de tornar sua lógica consensual na orientação das ações profissionais que compartilham a prática social no espaço institucional, definindo o papel de cada profissão e direcionando o fazer prático dos sujeitos profissionais.

Isso resulta na contradição que caracteriza a profissão do Serviço Social (assim como qualquer outra atividade inserida em uma sociedade divida em classes sociais), de modo que, apesar dos esforços para pensar sua prática na perspectiva da racionalidade crítica e dialética, os assistentes sociais que assumem essa postura não conseguem impedir que as ações profissionais sejam absorvidas pela lógica conservadora inerente à prática institucional, e acabem servindo à reprodução das relações conservadoras.

Assim, "a própria lógica que move a ordem burguesa, pelas fragmentações e abstrações que produzem e a sustentam, constrangem qualquer prática que intencione romper com o conservadorismo que a nutrem". (GUERRA, 1985, p. 28). A referida autora trata essa ordem de racionalidade institucional como aquela que referencia "as condições objetivas nas quais a intervenção profissional se realiza", considerando que,

> (...) a operacionalização de qualquer proposta passa pela existência de condições objetivas, determinadas pela relação de causalidade entre os processos que, dinâmica e contraditoriamente, movimenta os fenômenos postos na realidade (op. cit., p.28).

Entretanto, é necessário compreender que o espaço institucional, tomado na totalidade de suas estruturas e relações constituintes, configura-se em campo de contradição e de luta entre classes e segmentos sociais, movido por interesses e posturas teóricas e políticas divergentes. Assim, o espaço sócio-institucional – em que se apresentam as condições objetivas do exercício profissional – comporta também a relação intersubjetiva do conjunto de profissionais que compartilham suas ações, dando materialidade à prática institucional. E como já dito anteriormente, essas ações são teleológicas, portanto, expressão de uma das vertentes do pensamento social.

No caso do Serviço Social, esse projeto teleológico, após o movimento de intenção de ruptura com o conservadorismo, nega os pensamentos empírico e formal-abstrato como referência para sua prática, os quais caracterizam as necessidades e possibilidades do exercício

profissional, segundo as determinações formais das demandadas institucionais representativas dos interesses da classe dominante**,** apontando para a superação da atividade empírica.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social, de acordo com Netto (1999, p. 95), apresenta a autoimagem, elege os valores que legitimam a profissão, delimita e prioriza os seus objetivos e funções e formula os requisitos teóricos, políticos e institucionais para o seu exercício, além de estabelecer normas para os procedimentos dos profissionais na relação com os usuários e com os outros profissionais e organizações institucionais, públicas e privadas. Tudo isso referenciado em uma perspectiva crítica da teoria social, originária de inspirações do pensamento marxistas.

Nesse contexto, a teoria é tomada como elemento de mediação entre o profissional e o objeto da prática, de modo a capacitá-lo a compreender a dinâmica das relações presentes no espaço do exercício profissional. De acordo com Guerra (1995, p. 29) "ela [a teoria] ilumina as estruturas dos processos sociais, as determinações contraditórias dos processos que constituem os fenômenos [...]". Mas, ainda que assim seja compreendida a teoria no nível da produção e do debate acadêmico – no campo da formação profissional –, o entendimento dessa relação teoria e prática tem constituído um problema que afeta o exercício profissional do Serviço Social, sobretudo, diante da confusão estabelecida entre teoria e método.

A herança do pensamento conservador, que dispensava a instrumentalidade teórica em nome de uma caracterização puramente técnica-operativa para a pro-

fissão, construiu uma cultura apoiada no metodologismo, tomando a teoria como formulas conceituais fechadas que descreviam e classificavam fenômenos e relações, e como formulações técnicas, indicativas de procedimentos operativos sistematizados para a intervenção profissional. Tudo isso dificultou o desenvolvimento, no seio da profissão, de uma cultura intelectual necessária ao profissional para a construção das bases intelectivas necessárias à vivência da relação teoria e prática.

Entendemos que essa questão já foi posta com muita propriedade por vários teóricos do Serviço Social, dentre os quais destacamos o debate conduzido por Guerra (1995) que chama a atenção para a diferenciação entre teoria e metodologia de intervenção, dizendo que a teoria, ainda que ilumine e dê legibilidade aos fenômenos, não oferece os meios ou instrumentos profissionais de ação imediata sobre os fenômenos. Ainda que o método seja dirigido pela concepção inerente ao pensamento teórico, a teoria, em si, não se traduz em fórmulas metodológicas que respondam ao fazer prático da profissão. O método tem com a teoria uma relação intrínseca, na medida em que oferece as possibilidades do conhecimento efetivo dos elementos do real e, por conseguinte, capacita o profissional, por meio desse conhecimento**,** para construir estratégias de ação, na resposta às demandas sociais e institucionais.

A leitura do contexto real e a interpretação dos problemas sociais, sobre os quais intervém o assistente social, não são invenções de um sujeito sem propriedades teórico-referenciais, senão uma relação de conhecimento estabelecida entre o pensamento do profissional e o mundo real, mediada por referências já acumuladas pelo

profissional, sejam elas (referências) teóricas ou derivações das abstrações empíricas. A primeira ordem de mediação é feita pelo pensamento teórico – o conhecimento social produzido como abstração das relações concretas, a partir de reflexões sobre o mundo real; enquanto a segunda é feita pelo pensamento originário do senso comum, absorvido pelos assistentes sociais a partir das relações imediatas com a vida cotidiana e institucional, desprovida de análise teórica, de princípios e diretrizes ético-políticas e de critérios metodológicos.

É preciso ousar dizer que a relação teoria prática, no exercício profissional dos assistentes sociais**,** ainda que envolva determinações objetivas da vida dos homens em sociedade, consiste, fundamentalmente, em uma questão de método, porque só se resolve mediante a capacidade profissional para conhecer a dinâmica das relações sociais, nas quais se insere; de identificar os seres constituintes e constitutivos das diversas formas de relações; e ainda de ser capaz de operar a passagem do conhecimento para a atividade prática, por meio da construção de estratégias capazes de responder às demandas postas a partir do movimento operado no interior dessas relações.

Pesquisa realizada no campo do exercício profissional, sob a nossa coordenação e orientação, tem demonstrado que a grande dificuldade dos assistentes sociais decorre da ausência de mediações, sobretudo, de mediação teórica, para o conhecimento dos elementos da prática e de suas condições. Essa ausência se faz não tanto pela falta de leituras teóricas, mas pela dificuldade de articular esse conhecimento teórico como referência para análise e conhecimento das relações presentes no cotidiano

dos espaços profissionais e na vida dos seguimentos por eles atendidos. Nessas experiências, nem sempre o conhecimento é concebido como um elemento de mediação capaz de potencializar a capacidade intelectiva para interpretação dos fenômenos produzidos no movimento do mundo real e para a criação de mecanismos de intervenção.

Tomando o conhecimento, indistintamente, apenas como abstração teórica, muitos profissionais reiteram o velho jargão de que a teoria não serve à prática. Essa afirmativa**,** ainda muito presente nos espaços institucionais, tem sido expressa por profissionais que privilegiam a prática como fundamento de si mesma e que tomam a teoria como um enunciado descritivo do fenômeno social, objeto da prática, ou como um modelo explicativo do movimento do objeto. Dessa linhagem, também parte a ideia de que, da teoria, derivam diretamente "métodos" ou instrumentos de intervenção. Sobre essa questão, Santos (2010, p. 02) fala da "[...] concepção segundo a qual os instrumentos da ação são consequência imediata do referencial teórico, que possuiria um corpo próprio de instrumento".

Netto (2009), por sua vez, no esforço de esclarecer o significado que tem a teoria para Marx, diz que

> Para ele, a teoria não se reduz ao exame das formas dadas a um objeto, com o pesquisador descrevendo-o detalhadamente e construindo modelos explicativos para dar conta (...) do movimento sensível, tal como ocorre nos procedimentos da tradição empírica e/ou positivista. (...). Para Marx, a teoria é uma modalidade particular de conhecimento (outras são, a arte, o conhecimento prático da

> vida cotidiana, o conhecimento mágico religioso – cf. MARX,1982,p. 15). (...) o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto, tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independente dos desejos e das representações do pesquisador (p. 673).

Portanto, é fundamental o entendimento do profissional de que o método, na perspectiva dialética do pensamento marxista, não consiste em modelo de fazer, não se reduz a um conjunto de procedimentos prático-operativos, sistematizados, pronto para ser adotado, ou adaptado às diferentes situações e modalidades da prática. É preciso compreender que o método dialético expressivo de uma concepção filosófica sobre as relações sociais e apoiado em referenciais teóricos permite conhecer e compreender o espaço, as relações e as demandas postas à prática, o que capacita o profissional para identificar as possibilidades de respostas e para a construção das estratégias necessárias e adequadas à natureza da prática, em suas particularidades. Sendo assim, o conhecimento nas suas diferentes modalidades – teórico-metodológico, sobre o cotidiano da vida social da população; técnico-operativos dos instrumentos, sobre as relações mediatas e imediatas vivenciadas no campo institucional – constitui o referencial capaz de indicar os caminhos a serem seguidos pela prática, na medida em que permite visualizar necessidades e demandas, desafios, limites e possibilidades presentes, determinados pelas conjunturas e pela dinâmica das relações.

Essas diferentes expressões e formas de conhecimentos inter-relacionam-se e potencializam-se, desve-

lando não só a verdade do cotidiano da prática, mas o que ela exige da ação prática e qual ação se faz necessária. Essa competência teórica, compreendida enquanto domínio dos fundamentos da prática, é tanto de responsabilidade do processo de formação quanto de cada profissional em particular que precisa assumir a formação como um processo permanente, que exige o esforço de fazer do espaço de trabalho um campo de estudo e de intervenção.

Por sua vez, o processo de formação acadêmica, em qualquer área profissional, supõe um projeto político-pedagógico que trate os conteúdos de fundamentação teórico-metodológica, aqueles inerentes à perspectiva paradigmática que lhe orienta, como uma instrumentalidade imprescindível ao conhecimento do objeto da prática profissional e das condições de sua realização, considerando-as como um elemento garantidor da qualidade da formação e da competência profissional. É nessa perspectiva que as diferentes áreas do conhecimento (do campo da teoria social) cumprem um papel imprescindível na oferta dessa instrumentalidade teórica, capaz de iluminar a percepção do contexto social e de suas relações sociais determinantes.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **Intervenções**: o marxismo na batalha das ideias**.** São Paulo, Cortez, 2006.

_____. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2002.

ESCORSIM Netto**,** Leila. **O Conservadorismo Clássico**: elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. **Na Prática a Teoria é Outra**. In Serviço Social: temas textos e contextos: Coletânea nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen & Juris, 2010.

GUERRA, Yolanda; **A Instrumentalidade do Serviço Social**, São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vlllela; Raul de Carvalho. 3. ed. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** São Paulo: Cortez: CELATS, 1985.

_____. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social, Cortez, 2007.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário Básico da Filosofia. 2ª Edição, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991

LESSA**,** Sergio. **Trabalho e Ser Social**. Maceió, EUFEC/ ADUFAL, 1997.

_____. A Ontologia de Lukács, 2ª edição, Maceió: ADUFAL, 1997.

MARX**,** Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**, São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**: Terceiros Manuscritos. Tradução de José Carlos Bruni, da

edição da Dietz Verlag Werter Teil. Berlim, 1968. Portugal 1995

_____. **Grundrisses.** São Paulo: Boitempo, UFRJ, 2011.

MÈZAROS**,** István. **Estrutura Social e Forma de Consciência**: a determinação Social do Método. Trad. Luciana Pudenzi, F. Raul Cornejo, P. C. Castanheira, São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTTA, Ana Elizabete (Org.). **As Ideologias de Contra Reforma e o Serviço Social**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

NETTO José Paulo. **Introdução ao Método da Teoria Social**. In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, Brasília, CEFESS/ABEPS, v. 1, 2009.

_____. **"Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS**,** Cláudia Mônica dos, "**Na Pratica a Teoria é Outra**: mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e Técnicas no Serviço Social". Rio de Janeiro, Lumen/Juris, 2010.

SANTOS, Joseane Soares. **Neoconservadorismo Pós-Moderno e Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Questão Social**: particularidades no Brasil. São Paulo; Cortez, 2012

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PARTE II

A PRÁTICA PROFISSIONAL E A PERSPECTIVA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

Projeto ético-político do serviço social e política da assistência social: incompatibilidade entre o ideal e o real[1]

Alecsonia Pereira Araujo[2]

O processo de transformações societárias tem se originado nas relações sociais desenvolvidas no âmbito da acumulação capitalista – redimensionado prioritariamente no amplo panorama da reestruturação produtiva – que determinam diretamente "[...] o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimentos e de implementação, suas funcionalidades, etc" (NETTO, 1996, p. 87). Conseqüentemente, tudo isso tem incidência no conjunto de princípios éticos e políticos que orientam o projeto societário defendido pela classe trabalhadora, bem como os projetos profissionais, que a este se articulam, como é o caso do Projeto ético-político do Serviço Social,

1 O presente texto é um extrato de minha dissertação de mestrado defendida em 2008, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, intitulada: Análise das Condições Objetivas para efetivação do Projeto ético-político do Serviço Social no espaço dos CRASs em João Pessoa/PB.

2 Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Integrante do Setor de Estudos e Pesquisas em Saúde e Serviço Social – SEPSASS.

posicionando-se em favor dos interesses da classe trabalhadora e segmentos subalternos da sociedade.

O projeto ético-político do Serviço Social expressa claramente princípios e valores que orientam a prática profissional no sentido de enfrentamento ao projeto neoliberal e fortalecimento do projeto da classe trabalhadora. Nessa direção é que um dos princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social é a: "Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero" (GEPE, 2006, p. 84).

O referido projeto indica uma clara direção social para a profissão ao defender princípios como justiça e eqüidade social, ampliação dos direitos e da cidadania, além do aprofundamento da democracia, de modo a fortalecer as possibilidades de atendimento aos interesses da classe trabalhadora e segmentos oprimidos da sociedade. No entanto, surge o questionamento: Como efetivar esses princípios diante da lógica neoliberal, que provoca o agudizamento da questão social e por conseqüente amplia a demanda por políticas sociais, em especial da Assistência Social?

Vale ressaltar que essa efetivação passa também pela forma de relação entre Estado e sociedade. Nesse sentido, embora a Política de Assistência Social esteja legalmente assegurada na Constituição Federal de 1988, incluída no âmbito da Seguridade Social e regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) desde dezembro

de 1993[3], ela não tem se efetivado na concretização desta política.

Sob tais condições e inserido, especialmente na política de assistência social, encontra-se o assistente social, cuja prática profissional, não decorre exclusivamente das intenções dos mesmos, sendo condicionada por determinantes sócio-históricos e conjunturais.

Assim, apreendemos que as condições objetivas institucionais no âmbito da Política de Assistência Social produzem condições precarizadas à prática cotidiana do Assistente Social, o que representa inúmeros desafios para consolidação do seu projeto ético-político profissional.

Na verdade, diante dos limites e possibilidades do exercício profissional, entende-se que a prática do assistente social situa-se entre as condições objetivas, determinadas pelas políticas sociais e institucionais e pelas condições subjetivas do profissional, caracterizadas como a opção política e o acúmulo de conhecimento do profissional. No entanto, apesar do cotidiano de trabalho dos assistentes sociais apresentarem inúmeros desafios, esses podem definir estratégias políticas e profissionais para reforçar os interesses da população com a qual trabalha.

3 A Lei nº. 8.742/93 é resultado do dilema que sempre esteve presente na estruturação da política de assistência social no Brasil.

1. O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E SUA INTERFACE COM AS CONDIÇÕES OBJETIVAS

O Serviço Social desde a década de 1980 tem avançado em discussões as quais lhes tem propiciado um perfil crítico e dinâmico, pautado em uma fundamentação teórico-metodológica, princípios ético-políticos e uma instrumentalidade técnico-operativa consistente e coerente, tendo como resultado deste processo a construção do projeto ético-político da profissão. É importante ressaltar que:

> Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas de suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas e públicas (NETTO, 1999, p. 95).

Tal perspectiva nos revela que as categorias profissionais não se constitui em um campo homogêneo, mas de tensões e de lutas, o que nos revela que a construção do projeto ético-político dos assistentes sociais apresentam divergências, sendo construído pela articulação das vanguardas da profissão, as quais se mobilizaram para redimensionar a direção social da profissão, provocando um debate político na perspectiva de construir um:

> Profissional que atue nas múltiplas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; profissional comprometido com valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (IAMAMOTO, 2000, p. 70-71).

A construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro tem seu início na transição dos anos 1970 para os anos 1980, período de fundamental importância para a profissão, que naquele momento também está afetada pelas transformações decorridas pelo padrão de reprodução do capital em nível mundial e no Brasil pelas mudanças sociais e políticas em decorrência da crise do Estado ditatorial. Nesse momento, a categoria dos Assistentes Sociais assume a crítica e a recusa ao projeto conservador ou tradicional da profissão, o qual revela uma perspectiva de ajustamento e enquadramento do sujeito ao seu meio social, que até então vigorava no Serviço Social no país. Em contrapartida o projeto ético-político tem suas raízes fincadas em uma perspectiva de compromisso e defesa de valores como: democracia, liberdade e justiça social, consistindo, portanto, no projeto societário da classe trabalhadora.

Este projeto se materializa no Código de Ética Profissional do Assistente Social aprovado em 1993, que

segundo Netto (1999, p. 104) "[...] coroa o processo de construção do projeto ético-político profissional". Constituindo-se, democraticamente como orientações e recomendações para serem observada na condução do exercício profissional cotidiano, além de definir direitos e deveres dos Assistentes Sociais, segundo princípios e valores humanistas. Ele também se consubstancia na Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social, Lei nº. 8.662/93, que representa a institucionalidade legal da profissão junto ao Estado brasileiro, assim como na proposta de Diretrizes Curriculares de formação, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), para o Curso de Serviço Social de 1996, as quais redimensionam a formação profissional para fazer frente a esse novo cenário de transformações societárias.

O projeto ético-político, segundo Iamamoto (2008), realiza-se em diferentes dimensões do universo da profissão, quais sejam:

> a) nos seus *instrumentos legais*, que asseguram direitos e deveres dos assistentes sociais e representam uma defesa da autonomia profissional na condução do seu trabalho na luta por direitos. [...]; b) *nas expressões e manifestações coletivas da categoria*, por meio de suas entidades representativas, que afiançam publicamente posições políticas frente ao Estado e à sociedade, às políticas públicas e às profissões; c) *nas articulações com outras entidades de serviço social* – ao nível latino-americano e internacional – e com outras categorias profissionais e movimentos sociais organizados, integrando esforços e lutas

> comuns; d) *no trabalho profissional desenvolvido nos diferentes espaços ocupacionais*, de forma a preservar a qualidade dos serviços prestados e fortalecer junto aos usuários a noção de direito social [...]; e) *no ensino universitário*, responsável pela qualificação teórica de pesquisadores e profissionais, nos níveis de graduação e pós-graduação lato e stricto sensu [...] (IAMAMOTO, 2008, p. 225, grifos da autora).

Logo, todas essas dimensões apontadas no projeto profissional têm desdobramentos, pois supõe uma visão de mundo que esteja articulada a uma ética correspondente, bem como afirma a democracia no sentido de interferir no comportamento dos indivíduos, no enfrentamento dos conflitos sociais, na condução de um trabalho comprometido com a efetivação dos direitos sociais.

O projeto ético-político profissional tem como um de seus princípios o reconhecimento da liberdade, cuja dimensão política se posiciona em favor da eqüidade, da justiça social, de compromisso com a autonomia dos segmentos oprimidos da sociedade, na busca pela universalização do acesso aos bens e serviços.

Portanto, a proposta consubstanciada no referido projeto é considerada viável porque está respaldada constitucionalmente e enraizada naquilo que acredita as forças sociais progressistas da profissão, embora as condições objetivas atuais para a sua consolidação sejam adversas a consolidação desse projeto.

Vale lembrar, que o projeto ético-político profissional, mesmo sendo hegemônico e legalmente reconhecido nos níveis das instâncias organizativas e políticas

da profissão, não se constitui enquanto único no interior da categoria dos assistentes sociais. Sabemos que este projeto ainda convive com o projeto denominado conservador ou tradicional, tanto nos espaços sócio-ocupacionais do exercício profissional, quanto no espaço da formação acadêmica, o que representa preocupações.

Cabe destacar, que a perspectiva assumida pelo projeto ético-político orienta e direciona a atuação dos assistentes sociais opondo-se ao projeto neoliberal, configurado pela hegemonia do sistema capitalista, que no Brasil vem vilipendiando os direitos sociais.

No entanto, ressalta-se que o exercício profissional do Assistente Social na viabilidade e efetivação dos programas, projetos e políticas, exige condições objetivas indispensáveis, sendo estas traçadas pelas instituições, ou seja, estas condições não dependem do assistente social, visto que este é um trabalhador assalariado.

Assim, dentre as determinações objetivas de trabalho sinalizamos para,

> [...] as condições postas pelas organizações institucionais e públicas nas quais o desempenho profissional se realiza [...]. Ainda no nível das causalidades a serem enfrentadas na intervenção profissional temos a modalidade de atendimento atribuído às questões sociais pelos profissionais que depende da modalidade de atendimento que o Estado lhe atribui (GUERRA, 2002b, p.04).

Nesse contexto, nossa argumentação parte da perspectiva de que a operacionalização de qualquer proposta passa pela existência de condições objetivas, que são determinadas pelas relações de causalidade entre os processos

que, dinâmica e contraditoriamente, movimentam as mudanças postas na realidade.

Importa lembrar, que as condições nas quais a intervenção profissional se processa são as mais adversas possíveis, tais como: falta de recursos de toda ordem para atendimento das demandas, influência de política partidária, baixos salários, contratos de trabalho temporário, alto nível de burocratização das instituições e/ou organizações, fluidez e descontinuidade da política econômica e social, além do tratamento fragmentado, paliativo, direcionado à questão social.

Para Guerra (2005, p. 28) "A própria lógica que move a ordem burguesa, pelas fragmentações e abstrações que produz e a sustentam, constrange qualquer prática que intencione romper com o conservadorismo que a nutre".

Porém, vale ressaltar que as atividades dos indivíduos são teleológicas e nesse campo está presente o caráter subjetivo, resultante da reação humana, que muitas vezes torna-se imprescindível. Dessa forma, compete ao assistente social atuar pautado em seu projeto ético-político profissional, e nesse sentido, em direção do estabelecimento das condições objetivas necessárias a uma intervenção que supere a prática rotineira, burocratizada, imediatista e reformista.

Por fim, é urgente ainda elencar que apesar de todos os desafios que o assistente social enfrenta no seu exercício profissional, a viabilidade da direção social impressa ao projeto ético-político, tendo em vista que este exalta,

> [...] seu potencial renovador da profissão na afirmação dos direitos sociais dos cidadãos e cidadãs, na atenção e no respeito às suas

> necessidades e interesses que, por inúmeras mediações, se transmutam em demandas sociais e profissionais. E com isto, avançar na legitimação da profissão na sociedade, na apropriação e ampliação dos espaços ocupacionais, reforçando a identidade do assistente social (IAMAMOTO, 2008, p. 233).

Na verdade, é exigido do assistente social, sobretudo, capacidade para avaliar em profundidade as condições objetivas da realidade social, compreendendo suas múltiplas dimensões, para vislumbrar as possibilidades efetivas que o projeto ético-político tem de resistir e se concretizar em condições tão adversas, principalmente, na particularidade da Assistência Social, conforme veremos a seguir.

2. ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL: DIREITO DO CIDADÃO E DEVER DO ESTADO?

A história da assistência no Brasil é marcada pela filantropia, caridade e solidariedade religiosa, que é caracterizada pelo favorecimento e a submissão entre aquele que presta os serviços e aquele que é beneficiado, além de criação de vínculos de dependência e o que é pior, da descontinuidade do benefício.

Os mecanismos que instituíram a assistência social no Brasil no âmbito histórico e político avançam e recuam no processo das lutas sociais e das formas de relacionamento das forças sociais.

No entanto, foi através do processo de lutas desencadeado a partir da década de 1980, que o Brasil pôde

contar em 1988 com uma Constituição Federal, denominada de cidadã, em que a assistência social passa a compor o tripé da seguridade social, constituindo-se enquanto direito do cidadão e dever do Estado. É neste contexto histórico que a assistência passou a ser reconhecida como um direito de cidadania, superando o estágio anterior, ao ter como referência o paradigma do direito e não mais o do favor.

Embora aprovada enquanto lei na Constituição de 1988, a assistência social só vai ser regulamentada no ano de 1993, através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Definida de acordo com o artigo 1º da LOAS, a Assistência Social é:

> [...] direito do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social, Art.1º, 1993, p. 13).

Desse modo, inscrita na Constituição Cidadã e regulamentada pela LOAS como política social pública, a Assistência Social deixa de ser pautada no âmbito da caridade e da tutela do Estado para compor âmbito dos direitos e da responsabilidade do estado.

> Marcada pelo caráter civilizatório presente na consagração de direitos sociais, a LOAS exige que as provisões assistenciais sejam prioritariamente pensadas no âmbito das garantias de cidadania sob vigilância do Estado, cabendo a este a universalização da

> cobertura e a garantia de direitos e acesso para serviços, programas e projetos sob sua responsabilidade (BRASIL. Política Nacional de Assistência Social, 2004, p. 26).

Nesse contexto, no ano de 2003, em comemoração aos 10 anos de aprovação e difusão da LOAS, ocorreu a IV Conferência Nacional de Assistência Social, que formatou novas bases e perspectivas para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no âmbito de um sistema único, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Portanto, a Política Pública de Assistência Social tem como perspectiva realizar de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades sócio-territoriais, com vistas ao seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender as vulnerabilidades sociais. Dessa forma ela:

> Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem; Contribuir com a inclusão e a eqüidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços sócio-assistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural; Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL. Política Nacional de Assistência Social, 2004, p. 27).

Logo no primeiro objetivo descrito acima, podemos vislumbrar que o público-alvo da assistência é: "que deles necessitarem". Para Carvalho (2000), na realidade, estes conformam um grupo heterogêneo que mantém

em comum a condição de empobrecidos ou de minorias discriminadas e privadas do acesso normal ao circuito de bens, serviços e riquezas societárias.

Portanto, é uma política que se define em função de um público-alvo marcado por alto nível de condições de precariedade. Ou seja, seus usuários são os necessitados de proteção, porque estão à margem dos mecanismos de segurança social obtidos pela via do mercado de trabalho, do usufruto das políticas públicas, etc.

Desta forma, a assistência social não se configura como direito de todo cidadão, mas apenas daqueles que estão fora dos canais de acesso das políticas sociais contributivas e que para acessá-las são elencados critérios e condicionalidades.

> É interessante notar que a política de Assistência Social acabou igualmente aprisionada pelos mais pobres dos pobres, pelos mais excluídos dos excluídos. Esse fato gera um circulo perverso: acaba reforçando a seletividade e a meritocracia. Acaba reforçando o olhar para os mais castigados pela exclusão. Portanto, essa política acaba por se distanciar da grande maioria silenciosa que são os pobres apartados, nas periferias das grandes cidades ou isolados na paisagem rural brasileira. E estes são os pobres majoritários no Brasil (CARVALHO, 2000, p. 149).

Essa tradicional demarcação imprimi a assistência social um mistificado caráter de ação meramente compensatória e parcial de alívio da pobreza. Tal versão conservadora gera também grande desresponsabilização governamental, em que o maior desafio agora, é desen-

cadear, uma contundente ruptura com esse legado de precarização e focalização dos serviços, tarefa central para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O SUAS é caracterizado por um modelo de política e de gestão descentralizado e participativo, que integra as três esferas de governo com suas respectivas competências técnico-políticas. Conta ainda com a participação e mobilização da sociedade civil, que tem um importante papel efetivo na implantação e implementação desse sistema.

Nesse contexto, segundo a PNAS (2004) o SUAS tem como objetivo materializar o conteúdo da LOAS, cumprindo no tempo histórico dessa política as exigências para a realização dos objetivos desejados, que devem efetivar os direitos de cidadania.

Os programas e a rede de Serviços Sociais previstos no SUAS é articulado e tem sua prestação organizado pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRASs). De acordo com a PNAS (2004), os CRASs são espaços institucionais de proteção social básica de assistência social, classificados como unidades estatais de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, tornando-se um espaço de acompanhamento das famílias vulneráveis pelos quadros de pobreza e exclusão social, oferecendo apoio e orientação quanto à superação de suas dificuldades.

Na realidade, podemos vislumbrar que a construção dos CRASs vêm se destacando com a implementação do Programa de Assistência Integral a Família (PAIF). Este programa visa atender as famílias que apresentem

sinais de vulnerabilidade social, visando à superação das dificuldades e a geração de oportunidades.

A formulação da Política Nacional de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos.

Porém, é importante ressaltar que mesmo com todas essas garantias legais supracitadas, que legitima a assistência social, no sentido de oferecer segurança social aos cidadãos não cobertos (ou precariamente cobertos) pelas políticas contributivas da seguridade social, o que se constata na prática, é a negação dos direitos.

Na verdade, o que vislumbra-se é a redução dos recursos públicos destinados às políticas de âmbito social, escamoteada no discurso governista de modernização político-administrativa do Estado.

Desta forma, verifica-se duas questões pertinentes, uma pautada nesse contexto que tende a reforçar a concepção da Assistência Social, como ação de assistencialismo estatal e privado, em detrimento da concepção e efetivação do direito. E a outra na perspectiva de que a Política Nacional de Assistência Social encontra-se ainda em fase de consolidação.

> A conquista de direitos humanos e sociais supõe uma revolução político-cultural que provoca mudanças no modo de pensar e agir conservador, ditatorial, não democrático, de concentração de riquezas intensamente presentes na sociedade brasileira. [...] Sem essa mudança de entendimento nunca no Brasil poderão ser praticados os direitos sociais e direitos humanos (SPOSATI, 2004, p. 9-10).

E sendo o assistente social convocado, profissionalmente, a intervir no âmbito da política da assistência social, mas precisamente nos CRASs (considerados a "porta de entrada" dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS), enfrenta grandes desafios, tanto no que refere-se a efetivação da Política da Assistência Social, quanto do seu Projeto ético-político profissional.

3. AS CONDIÇÕES OBJETIVAS DOS CRASS PARA EFETIVAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E DE AFIRMAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

As condições objetivas refere-se a um conjunto de determinantes históricos, sendo aqueles relativos à produção que dão materialidade à sociedade. Assim, em um âmbito mais geral, a divisão, as relações e condições do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura sócio-política e econômica, os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais e toda sua estruturação, as formas assumidas pelos objetos de trabalho e da prática e pelas políticas sociais.

Essas condições objetivas fogem ao controle dos profissionais e vão determinar o cotidiano de suas ações, cuja força decorre das relações de poder econômico e político. Os empregadores é quem detêm recursos financeiros, materiais e humanos que respaldam a realização das ações profissionais, estabelecendo critérios de prioridade e recortando as expressões da questão social e os sujeitos que as portam como público alvo da

prestação de serviços profissionais. Os empregadores interferem, ainda, na definição de cargos e salários, jornada de trabalho, critérios de produtividade a serem observados, que interferem na dinâmica técnico-operativa da ação, em particular do Serviço Social, estabelecendo limites e possibilidades à efetivação de um projeto profissional coletivo e agregando um conjunto de particularidades na forma de sua implementação. Como se observa, o empregador e a política social, fundamentalmente, estabelecem as formas de ação e, por conseguinte, as perspectivas que determinam a realização das práticas.

Dado o seu caráter assalariado e considerando que a intervenção profissional do assistente social só se realiza mediada por organizações públicas e privadas, a profissão acaba condicionada pelo tipo, pela natureza, pelo formato, pela modalidade de atendimento às seqüelas da questão social pelo Estado burguês.

Desta forma, o Serviço Social encontra-se historicamente condicionado tanto às condições objetivas, quanto as subjetivas. Estas, por sua vez, remetem a uma determinada racionalidade, um determinado modo de ser, pensar e agir sob a sociedade capitalista.

Para garantir sua sobrevivência, o Serviço Social, como profissão tem que responder as demandas, as quais são perpassadas por interesses antagônicos, oriundos da relação conflituosa entre capital e trabalho.

Portanto, por entender que o exercício profissional do assistente social desenvolve-se historicamente em condições objetivas concretas é que procuramos inserí-lo na realidade dos CRASs - âmbito de efetivação da política de assistência social e campo de nosso estudo - e desvelar suas

condições de estruturação e funcionamento para afirmação da Política de Assistência Social e do projeto ético-político do serviço social, cujos sujeitos foram as assistentes sociais[4] inseridas nas suas atividades práticas. Dessa forma, os dados da pesquisa nos possibilitaram uma análise e uma compreensão desse processo, do qual chegamos às seguintes constatações:

As condições objetivas envolvem desde a estrutura de funcionamento da política de assistência em níveis nacionais e locais, a estrutura organizativa administrativa da política social da assistência no município de João Pessoa/PB, cuja abrangência ainda é insuficiente para a demanda existente, passando pelas condições de funcionamento das unidades de referências e pela cultura política inerente as relações de poder político no município e nas comunidades, até as formas efetivas e concretas de relação entre a profissão do Serviço social e o Público usuário dos programas sociais.

O município ainda não conta com uma ampla estrutura de serviços capaz de responder o volume e a diversidade das demandas, necessitando para tanto, ampliar o número de unidades de referência assistenciais e sua abrangência, de modo que elas dêem conta dos níveis de necessidade e de sua complexidade. As estruturas existentes apresentam precárias condições, necessitando de mudanças na infra-estrutura física, na organização e funcionamento. E isto, deve-se ao fato de que no Brasil,

4 No momento da pesquisa, realizada em 2007, só existiam 5 CRASs em João Pessoa/Pb, e em cada um atuavam duas assistentes sociais, entretanto o CRAS de Mandacaru, só contava com uma assistente social, portanto o nosso universo foi de nove (9) profissionais, todas do sexo feminino.

as políticas sociais, em especial, a assistência social, são focalistas, setorizadas, fragmentadas, assistencialistas e abstraídas de conteúdos concretos. Ainda que apresentando características particulares inerentes a sociedade brasileira, essas limitações são decorrentes de todo um conjunto de transformações societárias, os quais negam os princípios fundamentais de garantia de direitos e de cidadania plena defendidos pelo projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Para as assistentes sociais inseridos nos espaços dos CRASs em João Pessoa/PB, as condições objetivas determinantes do seu exercício profissional são elementos de preocupação fundamental, pois, as mesmas revelam na prática cotidiana de maneira que problematiza a sua intencionalidade.

Ainda que os CRASs apresentem condições de funcionamento não suficientes, as entrevistadas demonstram que eles representam a proposta mais satisfatória de atendimento aos usuários da assistência social, dos últimos tempos, ou seja, são espaços, que legalmente, visam assegurar e efetivar os objetivos preconizados pelo SUAS. Assim, eles são extremamente importantes, tanto como espaço privilegiado de intervenção para o assistente social, como principalmente para a comunidade, devido a tentativa de concretizar direitos, rompendo com a idéia de assistencialismo, arraigada a história da assistência social no Brasil.

Entretanto, a maneira como o atendimento vem se desenvolvendo no interior dos CRASs, não responde efetivamente as demandas sociais, não atendendo aos princípios propostos pela PNAS e pelo SUAS, sendo as

condições objetivas as responsáveis por essa não efetivação da política de assistência social, bem como do projeto ético-político profissional, pois de acordo com as assistentes sociais inseridas nos CRASs, há uma incompatibilidade entre o ideal, inscrito na PNAS/SUAS e o real, que são as condições objetivas nas quais se processa o trabalho nos CRASs.

Tais condições influenciam diretamente no exercício profissional e as dificuldades encontradas são de diversas ordens, como: dificuldades financeiras, físicas, materiais e humanas dos CRASs; a condição sócio-econômica dos usuários; falta de reconhecimento institucional; precarização do trabalho; a presença dos entraves inerentes as relações de poder e direções políticas partidários dos grupos de articulação, que compõe e sustenta o bloco histórico presente. Todas essas questões se configuram como alguns fatores que impedem o pleno desenvolvimento da prática cotidiana do assistente social, inviabilizando a capacidade de assegurar os direitos dos usuários em um contexto marcado por correlações de forças e negação dos direitos.

Na verdade, fica evidente que as questões relativas às condições objetivas de funcionamento dos CRASs, consistem em tarefa desafiadora – quase impossível – para as assistentes sociais, principalmente no que se refere a efetivar o proposto pelo Projeto ético-político profissional.

Identifica-se ainda, que em se tratando da incompatibilidade entre a demanda dos usuários e as normas institucionais, as assistentes sociais em sua maioria, priorizam o atendimento aos usuários, mesmo correspondendo a atendimento imediato, relacionado a orientações e

encaminhamentos. Sob esta ótica, tais posicionamentos tendem a limitar-se à resolução isolada de problemas sociais em seu micro espaço de atuação. Assim, essas intervenções profissionais expressam a falta de mediação ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa do assistente social. Tudo isso faz com que este profissional perca a noção das possibilidades e das limitações postas em seu cotidiano de trabalho, que tem como tarefa facilitar a universalidade do acesso aos direitos sociais e ampliação da cidadania, que caracteriza as diretrizes de seu projeto ético-político profissional. Foi observado que as condições objetivas postas à prática dos assistentes sociais nos CRAS de João Pessoa direcionam o papel social desenvolvido por essa profissão, a exemplo dos critérios de seletividade, condicionalidades que restringem direitos e discrimina famílias e indivíduos.

Nesse sentido, temos que ter clareza que os resultados do exercício profissional são condicionados pelas relações entre Estado e sociedade civil, não dependendo exclusivamente da vontade dos assistentes sociais. Outro condicionante da prática, no caso ora analisado nos CRASs, consiste nas relações e condições de trabalho que circunscreve a prática no âmbito institucional.

Isto posto, deve-se ressaltar a dimensão política da profissão, configurada na condição de inserção da prática em uma sociedade polarizada por interesses de classes sociais antagônicas.

A partir desse entendimento, Iamamoto (2001) afirma que o serviço social atende tanto os interesses de reprodução do capital, como atende as necessidades de sobrevivência dos segmentos da classe trabalhadora da

sociedade. Fato que se explica pela relação de interdependência.

Desse modo, analisar e apreender a dimensão política, significa perceber as correlações de forças vigentes e, a partir disso traçar estratégias de intervenção capazes de mediar os divergentes interesses entre instituição e usuário, entre segmentos dominantes e subordinados.

Ainda segundo Iamamoto (2008), quando consciente da correlação de forças e das circunstâncias conjunturais e estruturais que envolvem a sua prática, os profissionais de Serviço Social têm a opção de decidir entre as diferentes direções sociais possíveis no seu trabalho. Essa escolha dos Assistentes Sociais varia conforme a postura profissional assumida no desenvolvimento de sua prática no contexto institucional. Assim, os profissionais tanto podem se referenciar de acordo com a perspectiva teórico-política norteadora do projeto ético-político, hegemônico no Serviço Social, quanto de acordo com a perspectiva do projeto conservador.

A perspectiva do projeto ético-político da profissão, que confere direção social à intervenção do assistente social, preconiza o empenho profissional na contribuição para "[...] alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária" (Código de Ética do Assistente Social, 1993, art. 8º).

Essa postura exige do assistente social à clareza de que as respostas elaboradas pela categoria não conforma uma tendência homogênea. Coexistem nos espaços da prática e da formação os projetos conservador e crítico e direção na perspectiva de um ou de outro, que na verdade,

são condicionadas pela capacidade de leitura da realidade e pela opção política do assistente social, dentro dos limites e possibilidades demarcados pelas correlações de forças sociais vigentes e pelas condições objetivas presentes no espaço institucional.

Verifica-se, pois, a necessidade de buscar as possibilidades de condução do trabalho profissional no horizonte do projeto ético-político, e isso exige estratégias que ampliem bases de apoio no interior do espaço sócio-ocupacional e agreguem forças com segmentos organizados da sociedade civil, que possuam os mesmos princípios éticos e políticos na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Nesse sentido, constatou-se que a prática profissional das assistentes sociais dos CRASs é caracterizada pela coexistência de três tendências expressivas, quais sejam: a primeira tendência, majoritária, sintoniza sua prática com a direção social posta no projeto ético-político da categoria, vinculado aos interesses dos usuários. Esse contingente defende, no cotidiano do exercício profissional, um espaço estratégico para fortalecer as lutas sociais das classes trabalhadoras. Ressalta-se que a maioria das assistentes sociais teve sua graduação influenciada pelas diretrizes do novo projeto de formação profissional, como também concluíram uma pós-graduação, o que confirma a sintonia com o projeto ético-político profissional. Pois, formados no patamar dessa nova perspectiva ético-política esses profissionais, segundo Iamamoto (2008), reconhecem teoricamente a dimensão contraditória das demandas que a eles se apresentam, compreendendo, que são as forças contraditórias, inscritas na própria dinâmica dos processos

sociais, que criam as bases reais para a renovação do estatuto da profissão conjugadas à intencionalidade dos seus agentes; a segunda é conformada por uma postura intermediária, que revela conhecer e concordar com o proposto no projeto ético-político, porém, em decorrência das precárias condições objetivas de trabalho e em especial, diante das dificuldades para manter-se no mercado de trabalho, direciona sua prática quase sempre, dentro das perspectivas tradicionais conservadoras; e a terceira, foi verificada junto a uma parcela pouco significativa das entrevistadas, a qual realiza uma intervenção profissional, orientada por tendências conservadoras, aos modos do que Iamamoto (2000), trata como profissional de visão fatalista, pautada em análises que naturalizam a vida social. "Como a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o Serviço Social encontrar-se-ia atrelado as malhas de um poder tido como monolítico, nada lhe restando a fazer" (IAMAMOTO, 2000, p. 115).

Desse modo, o que há é uma pacífica convivência de três posturas profissionais distintas, desenvolvendo-se nos espaços dos CRASs de João Pessoa/PB, sem grandes conflitos no patamar de condições de trabalho tão precárias. Desse modo, ainda inexiste uma direção social da prática do assistente social unificada, prevalecendo àquela imposta pelas condições objetivas, que nega direitos e seleciona no interior da miséria. Portanto, imprime uma direção social pautada numa perspectiva conservadora.

Outro aspecto a ser considerado na determinação da segunda tendência consiste nas formas precarizadas de contratação, pois, todas as profissionais são contratadas,

por vínculo de trabalho de caráter temporário e precário, sem garantias trabalhistas. Nesse sentido, o paradigma da flexibilização que caracteriza as alterações desencadeadas no mundo do trabalho, perpassa também o sistema de proteção social – definidas, respectivamente, pela reestruturação produtiva e social – e concretiza-se pelo processo de precarização do trabalho e da proteção social, derivado do afastamento do Estado da regulação das relações trabalhistas e do trato da questão social.

Nesse contexto e conforme os resultados analisados, constata-se que um conjunto de diversos fatores de ordem objetiva – os efeitos da política neoliberal, o trato dispensado à questão social, as condições estabelecidas pela instituição, entre outras – nos espaços dos CRASs, tem problematizado a efetivação da Política de Assistência Social e do Projeto ético-político profissional do Serviço Social.

Assim, partindo dessas constatações, a tendência de opinião majoritária, dentre as assistentes sociais é aquela de que as profissionais têm o conhecimento e o propósito de direcionar sua prática na perspectiva de viabilizar o projeto ético-político da profissão, porém, todas as dificuldades no âmbito das condições objetivas existentes nos CRASs, perpassam a prática profissional e prejudicam a condição destes efetivarem o proposto pelo referido projeto profissional.

Nesse sentido, conclui-se que mesmo hegemônica no interior da categoria nas dimensões da formação profissional, da produção de conhecimentos e da organização política, a direção conferida pelo projeto ético-político não consegue efetivação plena na realidade da

intervenção prática dos assistentes sociais, inseridos nos CRASs de João Pessoa/PB, ainda que haja um esforço, nesse sentido, por parte das assistentes sociais.

Importa reafirmar, que os CRASs de João Pessoa/PB estão comportando, em sua grande maioria, profissionais que estão sintonizados com o projeto ético-político, reconhecendo os desafios e limites, que impostos à sua prática, acabam por desmotivá-los e gerar desânimo na luta pela consolidação do referido projeto.

No entanto, apesar de todos os desafios, devemos ressaltar que os assistentes sociais, principalmente aqueles comprometidos com o projeto ético-político profissional, representam a luta por uma sociedade mais justa.

REFERÊNCIAS

ABEPSS/CEDEPSS. **Formação do Assistente Social no Brasil e a Consolidação do Projeto Ético-Político**. In: Serviço Social e Sociedade nº. 79. São Paulo: Cortez, 2004. p. 72-79.

ABRANCHES, Sérgio. **Os despossuídos:** crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1989.

ABREU, Haroldo Baptista. **As novas configurações do Estado e da sociedade civil**. In: Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 1. Brasília: CEAD, 1999. ISBN: 85-86290-12-2.

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho.** Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo. BOITEMPO EDITORIAL, São Paulo, 2000.

ANDERSON, P. **Balanço do Neoliberalismo.** In: SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.) Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o Estado democrático. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1998. ISBN 85-249-0555-7.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo , Cortez, 2003. ISBN: 85-249-0981-1.

_____. (org), Boschetti, Ivanete**. Políticas Sociais:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006 - Biblioteca básica de Serviço Social; v.2). ISBN: 85-249-1259-6.

BOBBIO, Noberto. **Estado, Governo e Sociedade**: Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e Trabalho:** Direitos Incompatíveis? In: Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. Brasília, 2003.

BRASIL. **Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

_____. Lei nº. 8742, de 7 de dezembro de 1993. Estabelece a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Brasília: **Diário Oficial (da) República Federativa do Brasil**, 1993.

BRAVO, Maria Inês Souza & PEREIRA, Potyara A. P. (Orgs.). **Política Social e Democracia.** São Paulo, Cortez; Rio de Janeiro, UERJ, 2001.

BRAZ, M. **O governo Lula e o projeto ético-político do Serviço Social.** In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, nº. 78, p. 48-68, 2004.

_____. **Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social**. CRESS 7ª. Região. Assistente Social: ética e direitos. Coletânea de leis e Resoluções. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 2007, p. 405-419.

CARVALHO**,** Maria do Carmo Brant de (org.). **A Família Contemporânea em Debate.** São Paulo: Cortez/EDUC, 1995.

_____. **A política de Assistência Social no Brasil:** dilemas na conquista de sua legitimidade. In: Revista Serviço Social e Sociedade. Nº. 62. Ano: XXI, 2000. ISSN: 0101-6628.

CFESS/Comissão de Fiscalização. **Atribuições privativas do(a) assistente social**: em questão. IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do(a) assistente social na atualidade. Brasília/DF:CFESS, 2002.

CFESS. **Parâmetro para atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília, CFP/CFESS, 2007.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais**. 2º ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GEPE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ética 2006. **Coletânea de Códigos de Ética Profissional do (a) Assistente Social**/GEPE: Recife, CTC, 2006. ISBN: 85-89644-01-04.

GUERRA, Yolanda. **O Serviço Social Rumo ao Século XXI**: A Dialética Casualidade e Teleologia - Elementos para Pensar os Rumos da Profissão. Salvador/BA; CFESS/ABESS/CEDEPSS, 1995. (IX CBAS).

_____. **Serviço Social rumo ao século XXI**: a dialética causalidade e teleologia: elementos para pensar os rumos da profissão. Disponível em: http://www.pessoal.sercomtel.com.br<acesso em: 03 out 2002b> 8p.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social.** 4 ed. São Paulo, Cortez, 2005. ISBN: 85-249-0569-7.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** 4 ed. São Paulo: Loyola, 1989.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008. ISBN: 978-85-249-1345-7.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade:** Trabalho e Formação Profissional. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. ISBN: 85-249-0693-6.

_____. **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**. In: Temporalis I n° 1 (ABEPSS). Reforma do Ensino Superior e Serviço Social, Brasília: Valci, 2000.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2000. ISBN: 85-249-0330-9.

_____. **Serviço Social na Contemporaneidade:** Dimensões Históricas, Teóricas e Ético-políticas. Fortaleza: CRESS/CE, 1997.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007. 978-85-249-1338-9.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS); CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS). **Resolução nº. 145, de outubro de 2004**. Política Nacional de Assistência Social - PNAS. Brasília, 2004.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social.** São Paulo, Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético político do Serviço Social frente à crise contemporânea.** In: Capacitação em Serviço Social e política social: módulo 1. Brasília: CEAD, 1999. ISBN: 85-86290-12-2.

_____.**Transformações Societárias e Serviço Social:** Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social e Sociedade **nº. 50, São Paulo, Cortez, 1996.**

_____. **Ditadura e Serviço Social:** uma analise do Serviço Social no Brasil Pós – 64, 4° ed. São Paulo, Cortez, 1998.

NORMA OPERACIONAL BÁSICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - NOB; SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS. **Resolução nº. 130, de julho de 2005**. Brasília: MDS/CNAS, 2005.

PAIVA, Beatriz Augusto de. **O SUAS e os direitos sócio-assistenciais**: a universalização da seguridade social em debate. In: Revista Serviço Social e Sociedade: SUAS E SUS, n° 87, Ano XXVI, São Paulo, Cortez, 2006.

PASTORINI, A. **Quem mexe os fios das políticas sociais?** Avanços e limites da categoria "concessão-conquista". In: Revista Serviço Social & Sociedade: Política Social e Direitos, n° 53, Ano XVIII, São Paulo, Cortez, 1997.

PEREIRA, P. A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos**: Crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília, Thesaurus, 1996.

_____. **Como conjugar especificidade e intersetorialidade na concepção e implementação da política de assistência social.** In: Serviço Social e Sociedade, nº 77, São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **"Política de assistência social no Brasil**: avanços e retrocessos". In: Cadernos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares - Ceam/UNB. Brasília, ano III, n.11, out.2002.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social:** caminhos da construção democrática. São Paulo, Cortez, 1998.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina.** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2001. ISBN: 85-326-2521-5.

SPOSATI, Aldaíza. **Mínimos Sociais e Seguridade Social:** uma revolução da consciência da cidadania. In: Serviço Social e Sociedade, nº 55, São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Especificidade e intersetorialidade da política de assistência social.** In: Serviço Social e Sociedade, nº. 77, São Paulo: Cortez, 2004.

_____. (et al). **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras:** uma questão em análise. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 112p. ISBN 85-249-0033-4.

_____. **O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social**. In: Serviço Social e Sociedade. Ano XXVII. nº. 87, São Paulo: Cortez, 2006. ISSN: 0101-6628.

YASBEK, Maria C. **O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Mód. 02. Brasília/DF: CFESS/ABEPSS/CEAD/ UnB, 1999. p. 89-99.

_____. **As ambigüidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS**. In: Serviço Social e Sociedade nº. 77, São Paulo, Cortez, 2004.

A direção ético-política da prática profissional do assistente social: um estudo das condições de viabilização do atual projeto profissional

Eliane Leite Mamede[1]
Cleonice Lopes Nogueira[2]

O presente artigo resultou de uma pesquisa junto a Pós-Graduação em Serviço Social da UFPB[3], a qual teve como objetivo analisar a direção ético-política assumida pelos assistentes sociais na atuação profissional, realizada no contexto da política pública de saúde, no âmbito hospitalar da cidade de João Pessoa. Foram pesquisados 34 (trinta e quatro) assistentes sociais inseridos nos 06 (seis) maiores hospitais do município de João Pessoa/PB, por meio de entrevistas diretas e individuais; processo pelo

1 Assistente social, mestre em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora da Universidade Federal da Paraíba, e pesquisadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Trabalho e Práticas do Serviço Social (SEPESS), situado na UFPB, Campus João Pessoa/PB. Email: eliane_mamed@hotmail.com

2 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora associada da Universidade Federal da Paraíba/Campos João Pessoa/PB. Coordenadora do Setor de Estudos e Pesquisas em Fundamentos, Trabalho e Práticas do Serviço Social. Email: cleonicenogueira@ig.com.br

3 MAMEDE, Eliane Leite. **A direção ético-política da prática profissional do assistente social**: uma análise no âmbito hospitalar público à luz do projeto profissional. 2009. 227f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). UFPB, João Pessoa/PB, 2009.

qual manifestaram, livremente, suas opiniões e forneceram as informações suscitadas.

Nessa direção, procedeu-se o tratamento dos dados a partir de uma análise quantitativa para constatar a presença e a frequência de determinados indicadores e variáveis, analisando-os estatisticamente e identificando as relações apresentadas entre si. Esse tratamento contribuiu para um melhor entendimento da direção social e política assumida pela prática profissional dos assistentes sociais. A análise qualitativa, por sua vez, serviu para interpretar o discurso dos profissionais apresentado como respostas às questões da entrevista, visando desvendar analiticamente a(s) direção(es) ético-política(s) profissional(is) e o conjunto de determinantes que condicionam o exercício cotidiano dos profissionais entrevistados. Para tanto, utilizamos a técnica metodológica de análise de conteúdo, que serviu de meio de apreciação das respostas dos sujeitos e de desvendamento dos seus significados. Segundo Bardin (1977), essa técnica se refere a um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos extremamente diversos. Ela permeia entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade.

Essa pesquisa configurou-se como um estudo analítico-crítico, apoiado em fundamentos teórico-metodológicos e procedimentos que tomaram os elementos constitutivos da prática profissional em sua totalidade (parcial), com vistas a captar o movimento das relações que estabelecem com outros processos sociais. Desse modo, adotamos o método dialético, fundamentado especificamente na Teoria Social de Marx, por entender

que essa constitui a vertente que melhor possibilita a compreensão dos desdobramentos do real em sua totalidade. Essa referência subsidiou, portanto, a realização de uma leitura histórica e crítica deste real.

As reflexões aqui apresentadas dedicam-se, mais especificamente, às condições para a viabilização dessa direção sociopolítica, preconizada pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social no contexto da prática profissional do assistente social, assim como aos desafios postos à sua consolidação.

Dentre as várias perspectivas de análise existentes para este estudo, optamos por verificar as tendências de direcionamento que estão, efetivamente, sendo dadas, hoje, no exercício profissional dos assistentes sociais, no espaço acima referido. Para tanto, foram tomados como indicadores, tanto os elementos que caracterizam a subjetividade desses profissionais quanto os determinantes socioinstitucionais que influenciam a atuação dos assistentes sociais, considerando também as determinações estruturais e conjunturais intervenientes. Nesse sentido, o estudo se dispôs a analisar tanto as condições subjetivas (individuais e/ou coletivas) de direcionamento da prática profissional dos assistentes sociais e a influência do Projeto Ético-Político do Serviço Social, quanto as condições objetivas (estruturais e institucionais), mediante a verificação dos seus determinantes históricos e vigentes.

O estudo partiu da seguinte questão norteadora: Que direção ético-política tem prevalecido, majoritariamente, na prática profissional dos assistentes sociais inseridos nos hospitais públicos de maior porte da cidade de João Pessoa/PB?

De acordo com os dados, duas direções vislumbram-se no cenário da política pública de saúde: uma direção determinada a contribuir com a viabilização de direitos aos segmentos sociais da população usuária dos serviços públicos de saúde e orientada por uma perspectiva teórico-metodológica apoiada na teoria social crítica e em princípios norteadores do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Mediante postura, esse segmento de profissional fortalece as possibilidades de consolidação dos princípios e diretrizes do Projeto Profissional na realidade concreta, na qual esse projeto adquire materialidade.

Outra direção, alinhada às tendências de reprodução das normas e limites institucionais, direciona a prática profissional à contribuir, sobretudo, para a reiteração da ordem vigente e para o seu jogo de poder, através de procedimentos burocrático-administrativos oriundos da lógica formal das instituições. Essa postura tem levado o profissional a manter sua competência restrita às demandas institucionais, não ultrapassando, assim, a mera cotidianidade. Tendência que aponta, por conseguinte, para uma prática moldada pelas ações burocráticas e terminais, sem perspectivas críticas que possibilitem decifrar a realidade, bem como ampliar as áreas de intervenção sobre ela.

Vale salientar que essa última direção acaba comprometendo a qualidade e o direcionamento indicado e defendido na produção do conhecimento utilizada e construída pela categoria profissional, cujo objetivo supõe aperfeiçoar o profissional comprometido com a qualidade dos serviços prestados. Logo, tem reforçado o esgarçamento da cultura ética e política que comporta a defesa da justiça social, da cidadania e da democracia.

O quadro conformado por essas duas direções resulta em um universo profissional de verdadeiro confronto de ideias e de práticas, marcado por condições intelectuais distintas, direções éticas, políticas e preferências teórico-práticas variadas.

Por fim, o esforço de tornar o texto mais didático e compreensível, é que ele foi organizado em dois itens: no primeiro, aborda-se a direção social estratégica do Serviço Social, apresentando subsídios para uma reflexão sobre a própria noção de direção ético-política ou de direção social proposta pelo atual Projeto Ético-Político do Serviço Social, considerando sua estrutura, valores e compromissos, suas relações com os projetos societários e as implicações e os desafios contemporâneos; no segundo, analisa-se a direção ético-política do assistente social no âmbito dos hospitais público à luz do seu atual Projeto Ético-Político, no esforço de responder questões como: aonde nos levam as condições de trabalho?

Em torno dessas reflexões, compreendemos que a observância da direção ético-política junto aos assistentes sociais que estão no âmbito da prática profissional é imperativa para entendermos os limites e as possibilidades inerentes ao processo de efetivação da proposta do atual Projeto Ético-Político profissional, no momento presente.

1. A DIREÇÃO SOCIAL ESTRATÉGICA DO SERVIÇO SOCIAL: SUBSÍDIOS PARA REFLEXÃO

A direção social estratégica do Serviço Social, aqui em debate, é entendida como a expressão de um posicionamento crítico coletivo, adotado a partir de um

processo de maturação intelectual e sociopolítica dos atores profissionais do Serviço Social, que participam e contribuem para o processo de mudanças no seio da categoria, apontando, por conseguinte, os rumos da formação e atuação dessa profissão situada no contexto da divisão sociotécnica do trabalho. Esse processo de mudanças é reproduzido em diversos níveis: o da organização política da categoria, o da produção acadêmica – acumulada e em realização – e o das experiências práticas renovadoras junto aos segmentos sociais, aos quais destinam suas ações.

A referida direção também é tratada como direção ético-política ou simplesmente direção social do Serviço Social, a qual se materializa por meio das diversas ações e dos direcionamentos profissionais dos assistentes sociais, balizados pelo projeto profissional que a norteia.

Um projeto profissional, por sua vez, organiza-se a partir de um conjunto de conhecimentos teóricos, de saberes interventivos, de valores, princípios e diretrizes éticas e políticas, de orientações sobre o perfil de profissional que se deseja formar e das diretrizes que orientam esse processo; o que conformam as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Incluem aqui as referências metodológicas para a intervenção, as posturas e os modos de operar, construídos e legitimados pela categoria profissional, e ainda as orientações sobre as bases normativas e valorativas a partir das quais a profissão constrói as relações no interior da categoria e com a sociedade. É um tipo de projeto coletivo que ganha materialidade ao vincular-se institucionalmente a um determinado projeto societário.

Os projetos de sociedade podem ser, em linhas gerais, conservadores ou transformadores, todavia, o atual Projeto Ético-Político do Serviço Social vincula-se a um projeto societário de cunho transformador, apoiado na construção de uma nova ordem social, voltada à equidade e à justiça social, numa perspectiva de universalização dos acessos aos bens e serviços sociais. Consoante com esse entendimento, Guerra (2007, p. 29) explica que "um projeto profissional crítico necessita de uma teoria revolucionária". Tal teoria não poderia ser outra a não ser aquela orientada pelo pensamento de Marx, que consegue dar subsídios para a interpretação e apreensão da realidade, a partir do desvendamento das contradições do sistema capitalista e dos impactos ocasionados por este no cotidiano do trabalho profissional.

De outro modo, a profissão de Serviço Social busca o compromisso com a classe trabalhadora através da crítica e da recusa do conservadorismo no seio do universo profissional, mediante a apropriação de parâmetros éticos e políticos, amplos e específicos, que permitam uma melhor instrumentalização da prática cotidiana do exercício profissional. Todavia, a prática não é, em si, uma prática revolucionária, pois se efetiva nas condições sociais concretas da realização do exercício profissional, mediadas pelo estatuto assalariado e pela organização política das classes em suas expressões coletivas. Essa perspectiva torna-se possível, dentre outros determinantes, pelo aprimoramento intelectual baseado na qualificação profissional e alicerçado nas concepções teórico-metodológicas, crítica e sólida, do referencial da teoria social de Marx.

Nesse sentido, a opção política do Serviço Social se posiciona, explicitamente, em defesa dos interesses da classe trabalhadora e, consequentemente, dos princípios que norteiam a construção de um projeto de sociedade anticapitalista. Assim, a postura crítica às questões gerais que permeiam a sociedade burguesa deve-se traduzir em ações de fortalecimento do projeto de sociedade da classe trabalhadora, dentro dos limites e das possibilidades estabelecidos na realidade, pois, nenhum projeto profissional pode ser construído deslocado da realidade social concreta, na qual se inscreve a sociedade burguesa.

Essa posição de defesa da categoria está atestada no atual Projeto Ético-Político do Serviço Social, o qual é hegemônico por ter alcançado aceitação e legitimidade pela maioria da categoria profissional, concretizada nas dimensões que o constituem e lhe dão materialidade.

Iamamoto (2009) deixa claro que o projeto profissional do Serviço Social não foi construído numa perspectiva meramente corporativa, voltado à defesa dos interesses específicos e imediatos desse grupo profissional, centrado em si mesmo. Ainda que abarque a defesa das prerrogativas profissionais e desse segmentos especializados, o atual Projeto Profissional do Serviço Social ultrapassa-os, porque é dotado de "caráter ético-político". Sendo assim, possui uma direção social de caráter ético-político, que "revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional" (NETTO, 1999, p. 99).

Partindo desses pressupostos, Ramos (2002) explica que a dimensão ético-política do projeto profissional não se fundamenta em uma visão mecanicista, como se o projeto profissional tivesse condições para ocupar o lugar de um projeto societário. O termo projeto ético-político profissional expressa a existência, nesse projeto coletivo, de uma nítida **dimensão ética**, na medida em que convoca os profissionais de Serviço Social a refletirem sobre os valores e desvalores que orientam suas ações. Ao fazer isso, esse projeto vincula-se à defesa de determinados valores e princípios éticos, identificados com a busca da emancipação humana. Além disso, essa **dimensão política** se constrói no bojo das relações sociais, no movimento das classes sociais, considerando-se as opções políticas subjetivas e a construção de estratégias no campo democrático-popular, estabelecendo, no entanto, um conjunto de mediações no âmbito profissional.

Desse modo, o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro está nitidamente vinculado a uma proposta de transformação da sociedade, que aponta para uma nova ordem social sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. Nessa perspectiva, o referido projeto é possuidor de uma direção social anticapitalista, dotada dos objetivos de contribuir com a defesa da universalidade de direitos, com a liberdade em seu sentido amplo e com a equidade e justiça social, tendo em vista a construção de uma sociedade sem exploração, livre, justa, democrática e mais igualitária. Suas significações e valores vinculam-no, portanto, a projeções sócio-históricas que vislumbram a ruptura com a ordem social vigente. Assim sendo, sua ampliação se dá

em sintonia com os movimentos que anseiam mudanças na sociedade com vistas a transformá-la.

Verifica-se também, na visão de Guerra (2007), que o atual Projeto Profissional possibilita aos profissionais que dele se orientam tomar consciência dos alicerces objetivos e subjetivos que desenvolvem a prática profissional, visto que eles se organizam em torno de um conjunto que incorpora conhecimentos teóricos e saberes interventivos, orienta valores, princípios, diretrizes éticas e políticas. Além disso, compõe as bases normativas e valorativas que servem na relação da profissão com a sociedade, indicando-lhes as referências metodológicas para a intervenção, bem como a postura e o modo de operar criticamente na sociedade capitalista. Decerto, tal Projeto permite a construção permanente de perfis profissionais que conhecem suas competências e a dimensão das implicações de sua prática profissional, que sejam direcionadas de forma crítica, clara e consciente; que consigam defender os direitos sociais e humanos, visando à superação do conservadorismo historicamente encontrado na prática profissional.

Destarte, ao explicitar o Projeto Ético-Político do Serviço Social, fica evidente que os seus princípios são afrontados cotidianamente pelo sistema capitalista, pois este apresenta projetos societários antagônicos àquele.

De acordo com Netto,

> [...] embora seja freqüente a sintonia entre projeto societário hegemônico e projeto hegemônico numa determinada categoria profissional, podem ocorrer situações de confronto entre eles. É possível que, em conjunturas precisas, o projeto societário hegemônico seja contestado por projetos profis-

> sionais que conquistem hegemonia em suas respectivas categorias (essa possibilidade é tanto maior quanto mais estas categorias tornem-se sensíveis aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas e quanto mais estas classes se afirmem social e politicamente) (NETTO, 1999, p. 97).

Como vimos acima, o Projeto Ético-Político do Serviço Social coloca-se em confronto com o projeto societário capitalista ora hegemônico em nossa sociedade, tendo em vista que o vínculo orgânico dessa categoria profissional com a classe trabalhadora, assumido ao nível do projeto profissional, recomenda o direcionamento de sua prática voltado ao atendimento às necessidades e aos interesses coletivos dessa classe, o que se traduz na negação do projeto capitalista.

O referido vínculo se impõe como uma exigência inerente à própria dimensão política da profissão. Pois, ao atuar no movimento contraditório das classes, o assistente social acaba por imprimir uma direção social às suas ações profissionais, o que favorece a um ou a outro projeto societário. Nas diversas e variadas ações que efetuam, como plantões de atendimento, salas de espera, processos de supervisão e/ou planejamento de serviços sociais, das ações mais simples às intervenções mais complexas do cotidiano, esses profissionais imprimem determinada direção social inerente a uma valoração ética específica (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

Isso supõe considerar, em primeiro momento, que a prática profissional do assistente social tem um caráter essencialmente político, uma vez que ela emerge das relações de poder entre as classes presentes na sociedade.

Consequentemente, a sua atuação é polarizada pelos interesses sociais distintos e contraditórios dessas classes, inscritos na organização da sociedade, e que se recriam na prática profissional desse seguimento. Nesse sentido, compete ao assistente social estabelecer estratégias político-profissionais no âmbito da sua atuação, as quais fortaleçam os interesses e, por conseguinte, o projeto de uma das classes presentes nesse cenário, sem, no entanto, deixar de dar respostas ao polo oposto. Cabe ressaltar que esse caráter político não deriva de uma intenção do assistente social, ou de seu compromisso, nem tampouco da exclusiva atuação individual do profissional. Ele se configura na medida em que a sua atuação é permeada por estratégias de classes, viabilizadas por meios das políticas sociais públicas e privadas, tendo como espaço de realização os organismos institucionais nos quais os assistentes sociais trabalham (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Em segundo, deve ser considerado também que é por meio da existência e da compreensão desse movimento contraditório ente as classes na sociedade, permeadas por mecanismos de poder, que se abre a possibilidade para o assistente social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir. Sendo esse profissional um intelectual mediador de interesses entre as classes em luta pela sua hegemonia na sociedade, a sua prática profissional é, inexoravelmente, permeada por esse jogo de forças. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006).

Nesse horizonte, é possível compreender que a atuação profissional do assistente social é uma atividade

socialmente determinada pelas circunstâncias sociais objetivas; estas, por sua vez, também conferem uma direção social à prática profissional, porque condiciona e até ultrapassa, em determinados momentos, a vontade e/ou a consciência de seus agentes individuais.

Deste modo, colocar-se no horizonte dos interesses de uma determinada classe social significa apresentar, no exercício profissional, uma direção social e ético-política que se ponha na perspectiva de fortalecer os interesses dessa classe. Portanto, o que estamos chamando de direção ético-política é a capacidade dos assistentes sociais de direcionarem a sua atuação profissional em benefício de uma determinada perspectiva social, dotada de determinados interesses políticos e sociais. Lembremos, pois, que no interior de um mesmo espaço institucional podem-se encontrar práticas capazes de dar uma direção ao desempenhar a sua função; dependendo da sua opção política, pode atuar como mediador dos interesses do trabalhador ou usuário dos serviços sociais, garantindo-lhe melhor qualidade no atendimento das suas demandas e maior satisfação às suas necessidades. De outro modo, também se podem encontrar práticas que direcionam suas atividades para o fortalecimento dos interesses e das demandas constitutivas da estrutura de poder institucional.

Diante do exposto, entende-se que é na particularidade da discussão sobre *dimensão política,*[4] que se

4 A *dimensão política* é uma expressão tratada hoje como categoria teórica que faz parte do debate acadêmico no espaço da formação profissional do Serviço Social. Ela tem sido abordada, com bastante propriedade, na produção teórica de Marilda Iamamoto, tanto na sua obra pioneira, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* (2006), quanto nos livros *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social* e *Serviço Social na Contemporaneidade* (1992). Nesse conjunto

encontra implícito o entendimento de direção social ou de direção ético-política da prática profissional do assistente social. Vale destacar, ainda, que tal dimensão política, segundo Iamamoto (2009), não se confunde com a filiação desse sujeito profissional a partido político, pois, trata-se de uma categoria profissional cravejada por diferenças sociais e ideológicas. Não se identifica também com as relações de poder entre governados e governantes, ainda que o assistente social também possa exercer funções junto ao governo.

Sabe-se que o atual quadro das condições objetivas concretas de exercício prático dos assistentes sociais é desafiador, tendo em vista que vivenciam situações de precarização decorrentes do fortalecimento do caráter neoliberal do Estado e das políticas sociais, sobretudo, relacionados à flexibilização das relações de trabalho e ao enxugamento dos serviços sociais efetuados diretamente por organismos públicos estatais.

Situações relativas à flexibilização das formas de contrato de trabalho e degradação salarial, piora das próprias condições gerais de trabalho, além do desemprego, têm conferido notórias dificuldades ao exercício profissional qualificado e balizado por fundamentos éticos, consagrados no atual Código de Ética do Serviço Social (BRAZ, 2004). O que se pode alcançar, de fato, no exercício profissional, é uma atuação comprometida no enfrentamento das expressões da "questão social" e do

---

de obras, a autora explicita a dimensão política da prática profissional do Serviço Social a partir da discussão sobre a forma de inserção da profissão nas relações de classe e, por conseguinte, nas relações de poder que conformam a sociedade brasileira.

(neo)conservadorismo profissional dentro dessa ordem capitalista, a partir de uma ação circunscrita ao espaço profissional na divisão sociotécnica do trabalho, conforme assegura Iamamoto (2006).

Embora o nível de abrangência da intervenção do assistente social não represente rompimento efetivo com essa ordem, haja vista que suas ações realizam-se sob interferência direta da lógica financeira do mercado que define as necessidades de capacitação, o ritmo e a intensidade do trabalho, assim como os recursos disponíveis para a realização das ações profissionais (GUERRA, 2007), esse profissional conta com a existência de uma relativa autonomia teórica, política, ética e técnica que é exercida por ele, mesmo sob os limites de determinadas condições objetivas. Também é interessante ressaltar o compromisso ético-político com os usuários, fundamentado na defesa da liberdade, da democracia, da cidadania, da justiça e da igualdade social, compromisso esse registrado e resguardado no atual Projeto Ético-Político da profissão, voltado fundamentalmente para a defesa dos direitos da classe trabalhadora e das políticas sociais.

Ao imprimir essa direção ético-política à sua prática interventiva, o assistente social, capacitado a compreender o significado social da sua prática profissional e as implicações do contexto das relações sociais capitalistas, faz as suas escolhas a fim de estabelecer estratégias profissionais e políticas para fortalecer os interesses das classes trabalhadoras e a materialização do atual Projeto Profissional, uma vez que ele imprime maturidade intelectual, ética, política e técnica à profissão, a partir da

construção permanente de perfis profissionais competentes para dar respostas às demandas sociais.

Entendemos, no entanto, que, por mais que o Serviço Social tenha posto como objetivo último a transformação da ordem vigente, essa tarefa é do coletivo da classe trabalhadora no seio da luta de classe, tendo em vista que uma profissão, por si mesma, não pode transformar uma realidade social. Caso pensássemos assim, cairíamos no desvio que Iamamoto (1992) denomina de *Messianismo*, ou postura messiânica, no Serviço Social. Por outro lado, também não podemos cair no *Fatalismo*[5], de modo a naturalizar as contradições, achando que nada pode mudar. Tais posturas são limitadas e unilaterais.

Ter o domínio das condições subjetivas aparece aqui, todavia, como uma alternativa estratégica, que pode ser acionada pelo profissional, no enfrentamento dos desafios postos pela realidade objetiva, tendo em vista a necessidade de construir e assegurar a qualidade da sua ação profissional e o seu compromisso. Para tanto, ele precisa aprimorar e ter domínio de referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos para desenvolver uma atuação na direção proposta pelo atual Projeto Profissional.

O aprofundamento teórico-metodológico e ético-político está inserido no âmbito da "possibilidade", enquanto a "efetividade" do exercício profissional exige uma centralidade no âmbito da prática e da dimensão técnico-operativa da atuação profissional. Transferir-se do campo da possibilidade ao da efetividade requer mediações objetivas e subjetivas que se relacionam entre si.

5 Os termos Messianismo e Fatalismo são usados por Iamamoto (1992).

No seio desse debate, Iamamoto (1992) ressalta o caráter da "possibilidade" da teoria, ao mesmo tempo em que a desobriga da função de transformar o real. Assim, a teoria "afirma-se como teoria das possibilidades de referenciar a ação". Ou seja, "se ela é condição para a explicação do real, é também condição para desvendar as possibilidades de ação no processo social". Apesar de facilitar a ação, a teoria está centrada no âmbito da possibilidade e não no âmbito da efetividade. Este é o da prática.

Certamente, o grande desafio vivenciado pelos assistentes sociais, segundo Santos (2006), consiste em elevar o Projeto Ético-Político do Serviço Social do campo da possibilidade, da finalidade, para alcançar o campo da efetividade, o que exige que se conheçam as mediações postas na realidade e as apreendam como elementos constituintes da atuação profissional. Outro fato também importante a se perceber é que a própria profissão funciona como mediação entre Estado e sociedade, entre empregador e usuário dos serviços, entre classes sociais. Entender essa relação é fundamental para que o profissional não se limite diante de significativas possibilidades e dos desafios, nem exija de uma direção teórica aquilo que não lhe é possível.

Não obstante, essa categoria de profissionais pode estabelecer fortes alianças com a classe trabalhadora, no sentido de contribuir para a ampliação de uma consciência questionadora e revolucionária, que vise ao fortalecimento de suas lutas por cidadania que, em última instância, contrapõe-se à lógica do Capital e pressupõe que "o verdadeiro resultado das suas lutas não é o êxito imediato,

mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores" (MARX; ENGELS, 1998, p. 16).

A categoria profissional dos assistentes sociais, ao assumir seu compromisso ético-político com a defesa intransigente dos direitos sociais, posicionando-se em favor da equidade e da justiça social – princípios do atual Projeto Profissional –, insere-se em meio a mais uma contradição. Pois, sabe-se que a desigualdade social e a pobreza, dentre outras expressões da "questão social", não podem ser superadas enquanto a ordem societária capitalista mantiver-se reproduzindo sob o domínio neoliberal e sob o comando do capital financeiro, com toda a sua complexidade, dotados de mecanismos de exploração e dominação da classe trabalhadora e de desrespeito e/ou violação aos direitos sociais. Esses são elementos intrínsecos ao atual contexto contemporâneo.

Levando em consideração as metamorfoses no mundo do trabalho, advindas do conjunto das transformações por que passa a sociedade contemporânea, as quais atingem o assistente social, Iamamoto (1999) ressalta a necessidade de o profissional apropriar-se de uma cultura teórica e ser informado, crítico, propositivo e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, tornando-se capaz de formular, avaliar e recriar propostas, em nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. O assistente social também precisa ser capaz de apostar no protagonismo dos sujeitos sociais, ser versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, nos níveis da assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladores da participação dos usuários

na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade (IAMAMOTO, 1999).

Em outros termos, faz-se necessário conhecer a fundo o espaço institucional no qual se trabalha, não se restringindo à missão, aos objetivos, organograma e à disposição física, mas, principalmente, às relações de força e de poder que se estabelecem na instituição entre indivíduos e grupos, de modo a facilitar a construção coletiva e o encaminhamento de (novos) projetos. Tudo isso supõe uma postura norteada pelos princípios do atual Projeto Profissional, além da capacidade de diálogo com a sociedade civil, tendo em vista somar forças para o fortalecimento do processo de construção de um projeto societário alternativo ao estabelecido.

Diante do exposto, vislumbram-se as inúmeras requisições, que se põem também como desafios, para o assistente social comprometido com a tarefa de nortear a sua atuação pela direção estratégica do atual Projeto Ético-Político profissional; pois, lidar com um projeto societário, consolidado num padrão de regulação social centrado em orientações neoliberais, já se constitui em um grande desafio para esse profissional. Sobre esse aspecto, Netto (1999) argumenta que, embora se torne visíveis e sensíveis os resultados do projeto societário burguês, inspirado no neoliberalismo – marcado pela privatização do Estado, desnacionalização da economia, desemprego, desproteção social, concentração exponenciada da riqueza etc. –, nesta mesma medida o Projeto Ético-Político do Serviço Social aponta precisamente para o combate ao neoliberalismo, nas perspectivas teórica, ético-política, ideológica e prático-social, de modo a preservar e atualizar os valores que,

enquanto projeto profissional, o informa e o torna solidário ao projeto de sociedade, o qual interessa à massa da população.

Para que essa categoria profissional alcance o reconhecimento e a efetivação do seu Projeto Ético-Político nos espaços sócio-ocupacionais, é necessário que ela tenha em sua base um corpo profissional fortemente organizado e competente, sintonizado com as particularidades e singularidades históricas da vida social atinentes ao Serviço Social. Somente assim, este ganhará solidez e autonomia frente às outras profissões, às instituições públicas e privadas e frente aos usuários dos serviços prestados.

2. A DIREÇÃO ÉTICO-POLÍTICA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO HOSPITALAR PÚBLICO: AONDE NOS LEVAM AS CONDIÇÕES DE TRABALHO?

Conforme já mencionado, o presente estudo tomou como objeto a realidade inerente à atuação profissional dos assistentes sociais, no sentido de analisar e compreender as diferentes tendências de direção ético-políticas assumidas por esses profissionais no desenvolvimento da sua prática cotidiana, no âmbito público hospitalar. Configurou-se enquanto uma investigação de campo, mediada por uma pesquisa bibliográfica, de caráter analítico-crítico, sob orientação teórico-metodológica apoiada na tradição marxista.

Partimos do entendimento de que a conjuntura contemporânea registra uma profunda crise social, decorrente, sobretudo, do processo de reestruturação do capital e da minimização do Estado no trato das expressões

da "questão social". Orientados pela política e ideologia neoliberal, esses processos viabilizam mudanças na sociedade, especialmente no mundo do trabalho, na esfera do Estado e na cultura, fazendo emergir novas formas de gerir o trabalho e de produzir, assim como novas condições de vida. Tudo isso resulta em profundas alterações na demanda pelo trabalho do assistente social, bem como nas condições em que esse profissional realiza o seu exercício cotidiano.

Essas mudanças, logo, são operadas no padrão de acumulação capitalista e de regulação da sociedade. O mercado constitui-se na instância que passa a regular a sociedade e as relações de trabalho, as quais, por sua vez, são flexibilizadas; enquanto o Estado é minimizado, reduzindo os recursos necessários à esfera social e, por conseguinte, as possibilidades de acesso aos direitos sociais.

Nesse contexto, o Estado divide encargos sociais – que antes eram assumidos pelos poderes públicos – com a iniciativa privada (sociedade civil). É dessa maneira que o acesso aos direitos é restringido, o compromisso com as garantias das relações trabalhistas "desaparecem" e os gastos com a proteção social diminuem, transformando o princípio de universalidade em critérios de seletividade, dirigidos para os mais "pobres ou miseráveis".

Essas mudanças efetuadas sob a égide da política neoliberal significam para o assistente social inserido nas atividades das políticas sociais

> [...] não apenas a tendência à redução do número de assistentes sociais contratados no Estado – e a paralela terceirização dos mes-

> mos –, como também, fundamentalmente, a diminuição do financiamento e dos recursos com os quais estes executam as políticas sociais e desenvolvem seu trabalho de campo. Isso aumenta a subordinação do assistente social, agora com menos recursos à sua disposição – e com menor demanda organizacional –, por ser um dos executores dessas políticas sociais, algumas das quais já são, para esses Estados, prescindíveis ou descartáveis. (MONTAÑO, 2007, p. 108).

Dentro desse quadro, a presente pesquisa revelou a fragilidade na qualidade dos serviços públicos expressa nas longas filas de espera, atendimento moroso e precário, improvisação das atividades, inoperância, clientelismo e *déficit* de oferta de serviços. Constatou-se, também, que no cotidiano das instituições públicas hospitalares, os assistentes sociais, muitas vezes, exercem uma atuação vinculada, sobretudo, ao plano da formalidade/funcionalidade institucional, utilizando-se de procedimentos predeterminados, que levam o profissional a circunscrever sua prática aos limites institucionais e aos domínios burocrático-administrativos. Neste âmbito, a competência profissional fica restrita ao atendimento das demandas institucionais por adotar procedimentos formais, normativos e burocráticos no curso da sua prática cotidiana. Desse modo, os profissionais fortalecem os mecanismos basilares da instituição em detrimento dos princípios e diretrizes do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Parecem, por conseguinte, encarar os limites e cerceamento da instituição em uma perspectiva de

fatalidade, como algo irreversível, frente aos quais nada se pode fazer ou propor mudanças.

A parcela de profissionais que assume a postura de reforço dos mecanismos basilares da instituição acaba fazendo prevalecer o circunstancialismo em sua atuação. Em outros termos, realiza um desempenho limitado ao espaço existente, ao que é dado isolado e precariamente pela instituição, não dedicando, assim, esforços para ampliar, ou mesmo criar novas alternativas de atendimento e fortalecimento do acesso aos direitos dos usuários. Portanto, deixa de utilizar funções, princípios e/ou atribuições pertinentes ao Serviço Social na condução do seu exercício profissional.

De certo modo, esses assistentes sociais sentem-se como parte da máquina burocrática, demonstram receios e fragilidades para enfrentar determinadas situações e para assumir obrigações que implicam em riscos aos seus empregos. Sendo assim, acabam limitando suas decisões ao âmbito do imediato e à execução de atividades burocráticas, paliativas, empiristas, claramente sintonizadas com as normas e rotinas inerentes à organização institucional.

Tomar decisões, propor ou impor alternativas de solução que possam, de um lado, ampliar ou qualificar o atendimento; e de outro, contrariar os interesses do empregador, parece ser um exercício arriscado que ameaça a própria segurança do profissional no emprego. Essa insegurança é apontada pelos estudos de Mattoso (1995), que abordam sobre as mudanças do mercado de trabalho como uma das expressões do processo de exclusão dos trabalhadores das relações de *trabalho socialmente protegidas* as quais, por sua vez, criam outras formas

de inclusão na economia que têm na *insegurança* e na *desproteção do trabalho* as suas principais características. Essa insegurança é revelada nos seguintes trechos de depoimentos de entrevistas:

> [...] é uma realidade que, se você enquanto profissional assalariado sem garantias e seguranças no trabalho vem questionar a rotina de trabalho imposta pela instituição acaba sendo mal visto, podendo gerar até mesmo a sua demissão pelos empregadores. Ou você aceita ou você fica fora do mercado de trabalho. [...] Vamos de acordo com as aspirações do poder institucional. [...]. Estamos atreladas à instituição por uma questão de sobrevivência. (Trechos de depoimentos de entrevista).

Como vemos, as formas de relações e condições nas quais as ações profissionais se realizam não dependem apenas das opções feitas ou da vontade dos assistentes sociais. Diante de condições objetivas impostas a partir das circunstâncias e da política de funcionamento institucional, o assistente social se converte em um funcionário do setor público, subordinado hierarquicamente aos estratos político-institucionais, regido, como os demais, por normas e ditames burocráticos, os quais engendram constrangimentos à prática que intencione romper com o conservadorismo.

Mediante os dados sobre o nível de satisfação dos sujeitos entrevistados em relação às condições de trabalho, constata-se que 85% afirmaram não ter condições objetivas de trabalho favoráveis ao desenvolvimento da sua prática

profissional. Enquanto 15% mencionaram que as condições de trabalho são adequadas.

Dentre a parcela majoritária (85%) que destacou a qualidade insatisfatória das condições de trabalho, foram identificados depoimentos que revelaram os seguintes indicadores dos agravantes dessas condições: a insuficiência dos recursos financeiros e materiais para o desenvolvimento da atuação profissional (32%); inadequação do espaço físico para o atendimento às demandas (22%); problemas de relacionamentos com a equipe técnica (12%); falta de (re)conhecimento das atribuições do Serviço Social por parte de outros profissionais (6%); centralização do poder institucional (4%); insuficiência de recursos humanos (4%); a grande demanda de usuários pelos serviços (3%); e por fim, problemas de intercâmbio com outras organizações sociais (2%).

Essas constatações são ilustradas nos trechos dos depoimentos abaixo, apreendidos no transcurso da pesquisa:

> As condições de trabalho são muito precárias. Não se constituem como ideais. Não tem materiais e equipamentos de acolhimento, como ventiladores, vídeos, água, banheiro com boas condições de uso que possa proporcionar bem-estar ao usuário. Mas, temos que trabalhar com as condições que temos. [...] Entramos na era da informática, mas não conseguimos equipamentos dessa natureza para nos dar suporte em um atendimento mais completo ao usuário, falta um computador para fazer um ofício, um parecer social, uma estatística; [...] falta um veículo para

> realizar visitas domiciliares; além de um aparelho celular para realizar contatos com os familiares dos usuários internos, pois, o nosso ramal não realiza ligações desse tipo e muitos dos usuários têm apenas um celular pré-pago. (Trechos de Depoimentos de assistentes sociais que apresentaram a mesma tendência de pensamento).

Nas falas supracitadas, constata-se a precariedade em que se encontra o setor público hospitalar, advinda de um intenso esvaziamento financeiro e material das políticas sociais, fruto da implantação do projeto de Estado neoliberal no país, que investe em enxugamento e em cortes de gastos no âmbito social. Diante disso, o assistente social, enquanto sujeito mediador que visa facilitar a implementação e a viabilização dos direitos sociais, vê-se paralisado em suas ações, pois, dependem de recursos, condições e de meios de trabalho que lhe deem suporte prático e efetivo.

Com relação ao espaço físico para o atendimento às demandas, 22% dos profissionais revelaram ser inadequado, de modo que – segundo depoimentos – o tamanho e a localização das instalações do setor de Serviço Social são inadequados nas unidades hospitalares, chegando a infringir o Código de Ética da profissão. Isso denota, consequentemente, a violação do direito ao sigilo e ao atendimento humanizado junto aos usuários dos serviços de saúde.

> As condições de infraestrutura na qual o Serviço Social trabalha é tão precária que chega a ferir o nosso Código de Ética. Parece-me um amontoado de pessoas tentando resolver

> seus casos, mas sendo atendidas de modo inadequado sem privacidade, sem oportunidade de um atendimento sigiloso, como é de direito do usuário (Depoimento de assistente social).

Portanto, o quadro de funcionamento da política pública de saúde configura inúmeros desafios para o assistente social que busca avançar na consolidação e implementação do seu atual Projeto Profissional, pois, esse profissional se localiza dentro de uma estrutura de saúde pública deficitária e complexa, que não oferece suporte para um atendimento digno aos usuários nem condições favoráveis de trabalho para os profissionais desenvolverem sua atuação.

Os demais profissionais que não se incluem nesse grupo majoritário de 85% e que correspondem a 15% dos assistentes sociais, fazem referência às condições subjetivas de trabalho como sendo indicadores favoráveis ao desenvolvimento da sua atuação profissional. Nesse sentido, eles ressaltaram fatores subjetivos como sendo os determinantes de condições adequadas à prática, supervalorizando-os. Essa parcela não leva em conta o fato de que as determinações das condições de desenvolvimento da prática, também, são produzidas pelo movimento da realidade, e que suas mediações encerram, muitas vezes, a negação ou restrição de possibilidades de atuação/intervenção além de incorporarem a dimensão da conservação de aspectos da racionalidade da ordem burguesa.

> Entendo que não existe conflito decorrente das condições de trabalho que são ofereci-

> das pela instituição. Tudo depende é da boa vontade do profissional para se aproximar dos usuários e treinar sua sensibilidade no trato das questões (Depoimento de assistente social).

Diante do depoimento acima, verifica-se que o assistente social assume o princípio da solidariedade, funcional à ordem burguesa, como expressão "orgânica" de colaboração e de apoio no trato das questões trazidas pelos usuários. Esse desempenho profissional parece seguir uma perspectiva acrítica, com ênfase na sensibilidade do profissional frente às necessidades sociais.

Outros profissionais desse grupo minoritário demonstraram uma visão simplista e limitada diante da qualidade dos serviços e bens públicos de saúde oferecidos à população, tendo em vista apenas a função executiva do assistente social e a harmonização e adaptação deste às condições de trabalho, eximindo-se da reflexão teórico-crítica e ético-política da profissão:

> A instituição dá muitas condições. Dá-nos abertura para trabalhar, nos dá um setor próprio. Porque a partir do momento que temos um setor para receber o usuário e ter espaço para darmos informação já demonstram que a instituição nos dá as condições necessárias. (Depoimento de entrevista)

Em ambos os depoimentos supracitados, observa-se a incorporação de uma atuação profissional que se apresenta limitada à subjetividade do profissional. Trata-se, pois, do desenvolvimento de uma atuação profissional que privilegia a perspectiva da "boa vontade" do profissional,

que supõe a incorporação da mística do "servir", da ajuda, guiada por valores "nobres", de caráter voluntarista no exercício das funções. Funções estas que aparecem reduzidas a uma intervenção que atende no imediato e no relativismo as demandas postas à profissão.

O atendimento realizado mediante a ausência de criticidade e que se restringe ao nível do imediatismo e do subjetivismo supõe priorizar respostas pautadas em informações e orientações pontuais, e não em um atendimento organizado e planejado que viabilize uma postura crítica de defesa do acesso dos usuários a serviços e recursos públicos, ampliados enquanto direito social.

Vasconcelos (2007) nos chama atenção para essa perspectiva de atuação profissional, dizendo que do

> [...] assistente social, que toma como referência o projeto ético-político, *exige-se conhecimento sobre a realidade e não só boa vontade*. Um profissional que compreende a lógica e as leis fundamentais da organização social capitalista, sua complexidade e contradições na geração da questão social, essa lógica impacta as relações sociais e os indivíduos apreendendo os mecanismos de exploração e de dominação (VASCONCELOS, 2007, p. 16).

Nesse sentido, a supervalorização de aspectos subjetivos, principalmente de ordem voluntarista, da sensibilidade humana, da intuição e da boa vontade do profissional, aqui constatados nos depoimentos, aponta para o desenvolvimento de uma atuação profissional com base elevada de subjetividade, da emoção no trato das questões cotidianas de trabalho. Nessa perspectiva, eles acabam não desenvolvendo habilidades para se sobressair ao

nível do imediato nem questionar, de modo abrangente, a dinâmica conjuntural e institucional e trabalhar competentemente no âmbito da correlação de forças, manifestas ou ocultas. Portanto, o resultado dessa direção, no campo operativo, processa-se de modo funcional à manutenção da ordem e do equilíbrio do sistema.

Outro aspecto analítico referente às condições subjetivas dos assistentes sociais na sua relação com os determinantes socioinstitucionais é a percepção dos profissionais sobre a importância da teoria para a prática profissional. Embora 59% dos assistentes sociais tenham apresentado menções que estimam a teoria, foi notável o índice bastante expressivo de 41% de assistentes sociais que não consideram a teoria importante para o desenvolvimento da sua atuação. Ou seja, são profissionais que não reconhecem e nem adotam/utilizam a teoria como instrumento para desenvolver o seu exercício profissional cotidiano.

Para esses profissionais, a teoria não tem lugar e caráter de estima, mérito ou interesse, enfim, não é considerada imperativa para o desenvolvimento cotidiano da prática. Assim, o nível da prática é considerado o alicerce mais importante que determina as formas assumidas pelas suas ações e direcionamentos, considerando que o conhecimento empírico (e/ou procedimental) apreendido no decurso do exercício é suficiente para responder as demandas de trabalho.

> A prática em um hospital é rotina pura, é a mesmice desde que cheguei a trabalhar aqui [há 17 anos]. Por isso, não vejo necessidade em me aproximar de leituras. Nossa prática é

> muito subjetiva. [...] A graduação me proporcionou subsídios suficientes para que eu continue a exercer bem o Serviço Social.
>
> [...] Não gosto de ter muito conhecimento. Acho perda de tempo, pois trabalhamos com usuários pobres que não exige uma atuação com linguagem rebuscada. A prática cotidiana por si só já nos oferece o "como fazer" de modo satisfatório e necessário para o atendimento dos usuários.
>
> A teoria não influi em nada. [...] Entendo que a prática é mais importante, uma vez que ela dá mais segurança ao profissional na sua atuação cotidiana em qualquer área que ele atue (Fragmentos de falas de assistentes sociais que seguem a mesma perspectiva de análise).

Estes são os profissionais que tentam extrair da prática profissional imediata o que consideram a "teoria" própria do Serviço Social – os chamados "praticistas[6]". Consequentemente, as ações e os direcionamentos profissionais efetivados a partir dessa tendência de direção profissional buscam cumprir o restrito atendimento funcional às necessidades imediatas; logo, tendem a beneficiar o projeto social das classes que contratam os seus serviços.

6 Segundo Montaño (2007, p. 161 e 163), os praticistas, em geral, tende a rejeitar a produção teórica na profissão se esta não "partir" da "prática profissional". Estigmatiza-se o assistente social que pesquisa sem desenvolver uma atividade de campo, denominando-o de "teórico puro". Chama-se a sua pesquisa de "abstração" ou de "conhecimento não orientado para a ação". Simultaneamente, estes mesmos assistentes sociais encantam-se com os produtos teóricos elaborados por sociólogos, psicólogos sociais, antropólogos, pedagogos e economistas. [...] e o que não percebem é que este postulado, distante de ferir de morte o conceito positivista, o revitaliza e o recria.

Para esses profissionais, segundo Guerra (2005), que tem a prática como o fundamento de determinação das suas ações, as teorias não passam de construções abstratas, já que se situam secundariamente diante da prática, cabendo a esta, em última instância, fornecer indicativos sobre os instrumentos operativos capazes de possibilitar uma ação efetiva nas situações concretas.

Sem um suporte teórico que habilite o profissional a compreender as implicações de sua prática, reconstruindo-a e efetivando-a no jogo das forças sociais, não haverá profissional suficientemente qualificado para responder as distintas e complexas demandas sociais, nem tampouco investigar e produzir conhecimentos sobre o exercício profissional e a realidade societária que, por sua vez, possibilita o entendimento do significado social da sua prática e a apreensão do seu espaço ocupacional no contexto da realidade socioeconômica e política do país.

A outra tendência de direção, constituída por 59% de profissionais, paradoxalmente, nos indicou que:

> A teoria é, logicamente, a fundamentação do nosso trabalho, que também é investigativo. Ela dá a direção para a prática cotidiana no exercício da profissão e meios para a reflexão e efetivação da política de saúde. [...] A maioria dos conhecimentos transmitidos durante a formação acadêmica, de uma forma ou de outra, será efetivada durante o desenvolvimento da prática. Tudo depende do conhecimento que o profissional acumulou. (Fragmentos de depoimentos).

É notável que esses profissionais busquem estabelecer uma ligação entre a teoria e a prática, tendo em

vista realizar uma intervenção lúcida, competente e concreta na realidade. Eles reconhecem a teoria como processo de construção da realidade e de construção da competência teórico-crítica do profissional. Isso parece demonstrar que a direção do Projeto Ético-Político da profissão está sendo alcançada por uma parcela significativa dos sujeitos entrevistados, ao menos no seu discurso intelectual. Contudo, o que irá determinar a direção profissional e o comprometimento do assistente social com os valores e princípios radicalmente humanos será o seu embasamento teórico-metodológico e ético-político, além da sua capacidade técnico-operativa.

Diante do exposto, a pesquisa revelou duas diferentes tendências de direção ético-política da prática profissional do assistente social no cenário público hospitalar: **Uma** determinada a contribuir com a viabilização dos direitos sociais dos segmentos populares (majoritários), orientada por uma perspectiva teórico-metodológica apoiada na teoria social crítica e em princípios norteadores do atual Projeto Ético-Político do Serviço Social, buscando dessa maneira a materialização deste projeto na realidade concreta; **Outra** direção segue as tendências conjunturais e as normas e limites institucionais, reforçando a reprodução da ordem vigente e o seu jogo de poder. Exerce, por conseguinte, uma prática empirista e efetivada por ações terminais burocráticas, sem visibilidade crítica para decifrar a realidade, bem como para ampliar as áreas de intervenção. Acabam comprometendo a qualidade e a coerência do patrimônio teórico-metodológico construído pela categoria profissional e, por conseguinte, a cultura ético-política que comporta

o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Tendência esta decorrente do movimento de continuidade dos parâmetros (neo)conservadores no desenvolvimento do exercício profissional.

Esta última direção apareceu na pesquisa como a predominante na prática profissional dos assistentes sociais entrevistados. Em outros termos, o atual Projeto Ético-Político do Serviço Social ainda não se configura hegemônico no seio da prática profissional, compartilhando espaço sociopolítico e institucional com o antigo projeto conservador e com suas versões neoconservadoras. Nesse contexto, o projeto conservador ainda prevalece, ocupando significativo espaço nesse âmbito institucional.

Portanto, isso significa dizer que:

1º) esse quadro é resultante de um universo profissional constituído por uma heterogeneidade de indivíduos com posturas e condições intelectuais diferenciadas, intencionalidades e preferências teóricas e políticas variadas, envolvendo diferentes opiniões, níveis de poder de decisão e de capacidade de fazer escolhas;

2º) A prevalência da prática conservadora pode ser percebida nos outros dados que revelaram:

a. o desinteresse dos profissionais por leituras do acervo teórico-cultural mais atualizado da profissão (78%); demonstrando, assim, certo desprezo pela atualização teórico-metodológica do Serviço Social, dentro de uma realidade de mercado de trabalho bastante exigente e dinâmica, bem como de consolidação e cres-

cimento quantitativo e qualitativo da produção bibliográfica e editorial da profissão.

b. a não potencialização da participação e do engajamento social da maioria dos entrevistados (56%) nos espaços de debates promovidos pela categoria, os quais propõem maturidade política e intelectual aos profissionais. Isso acaba por debilitar a capacidade do profissional de acompanhar as reflexões críticas e de promover a renovação do debate teórico-metodológico e ético-político que se processa na contemporaneidade;

3º) Visualizou-se, ainda, um alto nível de desconhecimento do Projeto Ético-Político do Serviço Social (82%). Porém, ao perguntar sobre o entendimento de cada um dos seus pilares, individualmente, constatamos um conhecimento, ainda que frágil, em relação a eles, de modo que: 56% revelaram fragilidade no conhecimento do Código de Ética de 1993; seguido pela ausência de conhecimento da Lei de Regulamentação da Profissão (79%); e pelo não conhecimento das atuais Diretrizes Curriculares da Formação (91%).

Essa evidência do desconhecimento, da fragilidade ou insuficiente apreensão e apropriação teórico-política sobre os elementos básicos que compõem o Projeto Ético-Político do Serviço Social é resultante do desprezo pela leitura, do engavetamento dos documentos que o compõe e da rotina de vida e de trabalho que exige considerável tempo de esforço cotidianos, justificados pelos assistentes sociais entrevistados. Esse comportamento

tem desvinculado os profissionais do processo de acompanhamento das mudanças sociais e das alterações no interior da profissão.

Temos observado que, embora o Serviço Social tenha evoluído e se distanciado, em muitos aspectos, dos fundamentos conservadores da sua gênese, na medida em que vem questionando e criticando posturas e procedimentos tradicionais, o exercício cotidiano profissional ainda não conseguiu romper, na mesma medida, com a perspectiva conservadora.

O conservadorismo profissional tem se reposto e se recriado sob novas roupagens, por meios de aspectos como: a (auto)reprodução da "crítica romântica do capitalismo"; o entendimento fragmentado (positivista) da realidade; a continuidade de utilização de instrumentais na perspectiva tradicional; o desenvolvimento de uma atuação abstraída de novas proposições dotadas de maior relevância ético-política; o distanciamento do assistente social da cultura profissional crítica, via um processo continuado de capacitação, leituras atualizadas, participação em eventos importantes da categoria; por fim, o enfraquecimento político-ideológico do assistente social, que demonstra a presença do forte teor conservador da cultura teórico-prática.

Embora a ruptura com a prática conservadora dependa de condições históricas, que estão fora do domínio do sujeito profissional, a participação ativa do assistente social, via compromisso com a capacitação e qualificação, é condição imprescindível para se abrir espaços na realização do rompimento com a direção conservadora, dentro das condições históricas e de lutas de classes.

Diante dos resultados da presente pesquisa, entendemos que há uma relação de continuidade e de ruptura no exercício do Serviço Social. Isso não significa que possamos afirmar que a prática profissional desenvolvida na contemporaneidade, assim como os seus resultados, sejam exatamente iguais à prática conservadora executada em tempos passados. Na verdade, existem pontos de similitudes entre ambas, mas as mudanças são visíveis.

Uma das mudanças fundamentais se encontra no atual Projeto Profissional, de perspectiva avançada, que institui um quadro de referência, de princípios e de diretrizes ético-políticas e operacionais que abrem espaço para um rompimento com a dimensão conservadora da formação e da prática profissional. No entanto, sua materialização propriamente dita, mediante as diversas modalidades de atuação profissional, ainda permanece submetida às mesmas lógicas e/ou aos mesmos condicionantes dominantes cujos determinantes ainda se constituem em fortes entraves e limites para os direcionamentos ético-políticos da profissão.

Enfim, esperamos que o presente estudo – ainda que nos limites de um artigo – contribua para o debate coletivo da categoria, assim como venha oferecer subsídios para que se criem novas proposições e expectativas no sentido de instigar os seus profissionais a conhecer as possibilidades e os desafios de efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, tendo em vista a superação dos impasses e a importância da qualificação continuada para a aquisição da capacidade de responder às requisições atuais.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo. Livraria Martins Fontes, 1977.

BRAZ, M. O governo lula e o projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 78. São Paulo: Cortez, 2004.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2005.

_____. O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Serviço Social e Sociedade**. Nº 91. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez/Celats, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

MAMEDE, E. L. **A direção ético-política da prática profissional do assistente social**: uma análise no âmbito hospitalar público à luz do projeto profissional. 2009, 227f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFPB, João Pessoa, 2009.

MARX, K; ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MATTOSO, J. E. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.

MONTAÑO, C. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, a "especificidade" e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**, Módulo I. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UnB, 1999.

RAMOS, S. R. A construção dos projetos coletivos: refletindo aspectos do projeto profissional do Serviço Social. In: **Revista Temporalis**, n. 05, 2002, p. 81-94.

SANTOS, C. M. dos. **Os instrumentos e técnicas**: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil. 2006, 247f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

TEIXEIRA, J. B; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

VASCONCELOS, A. M. de. **A prática do Serviço Social**: cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

PARTE III

OUTROS ESCRITOS: MARXISMO, SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR

Gramsci e o conceito de revolução passiva (notas do *risorgimento* italiano)

Jaldes Reis de Meneses[1]

1. INTRODUÇÃO

O processo de revolução passiva é sempre uma resposta (seja como continuidade ou como contrafação) do processo de revolução clássica (ou ativa). Dessa maneira, parece-nos metodologicamente correto, antes de abordar a resposta – a revolução passiva –, examinar o marco de começo universal de uma era revolucionária. No caso do processo das Revoluções Burguesas, sem dúvida avulta a Revolução Francesa – mais até que os importantíssimos processos da Revolução Inglesa (1640-1688) e da Independência dos Estados Unidos (1776) –, pois foi lá que, como pretendemos demonstrar, se realizou plenamente a hegemonia burguesa.

O exemplo clássico de efetivação histórica de uma hegemonia burguesa foi a Revolução Francesa, uma épica com datas de importância discerníveis – a Tomada da Bastilha, a Noite de Varennes, as execuções de monarcas (Luís XVI e Maria Antonieta) e revolucionários (Danton, Robespierre, Saint-Just, etc.) –, heróis, vilões, nobres e

1 Professor do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (UFPB). Doutor em Serviço Social (UFRJ).

plebeus, filósofos e políticos, acerbas polêmicas históricas, políticas e ideológicas. Com muita propriedade, escreve, a esse respeito, um admirado Hobsbawm (1986: 72-73): a Revolução Francesa foi "(...) uma revolução social e de massas, incomensuravelmente mais radical do que qualquer levante comparável. Não é um fato meramente acidental que os revolucionários americanos e os jacobinos britânicos que emigraram para a França devido a suas simpatias políticas tenham sido vistos como moderados na França. Tom Paine era um extremista na Grã-Bretanha e na América; mas em Paris ele estava entre os mais moderados dos girondinos."

O conceito de hegemonia, na notação gramsciana – construção do consenso social ativo por meio da formação de um bloco histórico que funda uma nação –, é um nódulo essencial ao bom entendimento do processo da Revolução Burguesa. Sem o auxílio reconstrutivo do conceito de hegemonia, o processo fica turvo, a superprodução histórica que foi a maior das Revoluções Burguesas (a Francesa) e todo o complexo processo seguinte, esfuma-se. Seguiremos, portanto, os passos da interpretação histórica de Gramsci, buscando mostrar inclusive como estudos históricos posteriores sobre a Revolução Francesa – situados numa vertente de esquerda – confirmaram as formulações gramscianas, contidas principalmente (mas, não só) na bela obra prima que é o conjunto de notas do Caderno 19 (Risorgimento italiano), no qual Gramsci (2002: 13-128) copiou ou reescreveu notas que já vinha redigindo sobre a história italiana desde 1929, e às quais se dedicou mais especificamente em 1932. A questão não é de somenos em termos de estudos gramscianos: parece-nos que o Caderno

19 contém a mais amadurecida formulação do conceito de hegemonia. Se algum leitor pretender compreender o alcance histórico do conceito de hegemonia em Gramsci, recomendamos o Caderno 19.

Para melhor compreensão do processo histórico do Risorgimento italiano (1830-1870), as marchas e contramarchas de uma revolução sem revolução (revolução passiva), Gramsci foi buscar apoio heurístico no contrapelo da Revolução Francesa. Seguiremos à risca, na medida do possível, este contrapelo gramsciano.

Um conceito que ganha estatura na interpretação gramsciana do processo geral das Revoluções Burguesas – inspirado na particularidade francesa –, é o de "jacobinismo", encarado como um índice do grau de radicalidade das transformações encetadas pelas revoluções específicas. Gramsci montou uma escala, onde o metro é a maior ou a menor presença do elemento jacobino: caso tenhamos uma métrica maior, a revolução teve um forte elemento de permanência, indo adiante na realização de seu programa máximo (Revolução Francesa); caso tenhamos uma métrica centesimal ou mediana, o programa da revolução ficou incompleto, tendo-se talvez realizado o desenvolvimento capitalista, mas, com base num poder político residualmente democrático ou até antidemocrático (Itália, Alemanha, Brasil, etc.).

Um detalhe de suma relevância quanto ao uso da escala métrica jacobina por Gramsci (2002: 86) é que ele formulou uma diferença (essencial) entre o que chamou de "conteúdo político jacobino francês" – a revolução agrária e democrática – e "temperamento jacobino" – as formas de luta decididas, ousadas –, vendo aí um dilema dramático

na atuação de alguns revolucionários, classificados de jacobinos, em diversas revoluções – na Revolução Russa, nomeadamente Trotsky –, ou nos processos de "revolução sem revolução" – no Risorgimento italiano, Mazzini e Garibaldi. Afirma Gramsci (2002: 66; 86), em nódulo estratégico polêmico: revolucionários do tipo Trotsky, Mazzini e Garibaldi tinham um "temperamento jacobino", mas esqueceram de apreciar na devida consideração o "conteúdo político" profundo imerso no programa jacobino francês – especialmente as lições da aliança entre a burguesia e o campesinato, núcleo duro do velho programa jacobino. Vale dizer, arrematando: por trás do conceito de jacobinismo, encontra-se a problemática da hegemonia.

Não paramos no estudo das Revoluções do século XIX. Aplicado o conceito de revolução passiva somente à análise do processo das Revoluções Burguesas, perdemos as dimensões heurísticas do conceito, no tocante ao exame das revoluções do século XX, recém-findo – as Revoluções Proletárias de conteúdo socialista e programática comunista. Portanto, o processo das Revoluções Proletárias é o nosso segundo módulo de análise no presente capítulo.

Pois bem, inicialmente formulado visando ao estudo do processo das Revoluções Burguesas, Gramsci ampliou as determinações do conceito de revolução passiva, estendendo-o à análise dos problemas e dos descaminhos da Revolução Russa e do eriço, no mundo ocidental, da época histórica nova que Mandel (1985) designou como capitalismo tardio (ou avançado), ou seja, o período da história do capitalismo posterior à Segunda Guerra Mundial, quando, finalmente, o modelo de sociabilidade do americanismo/fordismo expandiu-se mundo afora.

A expansividade universal do ethos fordista – um processo que deita raízes no final da Primeira Guerra Mundial –, fez-se acompanhar de imensos desafios, não satisfatoriamente supridos até hoje, para a teoria, a ideologia, a tática e a estratégia da tradição político-cultural que se convencionou chamar de marxismo – como sabemos, um amplo caleidoscópio de posições emancipatórias e revolucionárias, algumas até colidentes (pensemos nas discrepâncias civilizacionais irreconciliáveis entre o projeto social do Khimer Vermelho – alcançar o comunismo pela via de um selvagem retorno ao campo – e o cosmopolitismo do Austromarxismo, por exemplo).

Aventamos que Gramsci – e esse o maior motivo de sua atualidade –, foi o mais original dos autores marxistas que escreveram, na encruzilhada dos anos trinta, quando cessaram os influxos de revolucionamento da Europa ocidental a partir da expansividade do modelo soviético, sobre as sociabilidades emergentes no capitalismo tardio, concluindo por sugerir não só uma alteração de largo escopo na estratégia oficial então seguida pelo movimento comunista internacional, mas também por suas dissidências.

Chegou a hora de uma saudável polêmica política. Algumas das mais recentes recuperações do pensamento de Gramsci (Dias et alii: 1996), visam aproximá-lo de autores revolucionários igualmente importantes, a exemplo de Trotsky, Luxemburgo ou as diversas tradições do conselhismo operário. Para nós, o problema é que essas correntes contêm elementos hoje arcaicos, desatualizados, de estratégia revolucionária. Não há como fundir Gramsci com o trotskismo, o luxemburguismo ou o autonomismo

conselhista, fingindo esquecer, ou escamoteando, o principal objetivo estratégico dos Cadernos do Cárcere. Uma questão elementar: Gramsci (2000: 24) propôs uma alteração profunda na estratégia revolucionária: a mudança, nos países do "ocidente capitalista" (central e periférico), da estratégia adotada de "revolução permanente" – levada a cabo com êxito nos primeiros anos da Revolução Russa e da Revolução Francesa – pela estratégia intitulada (por ele) de "hegemonia civil". Noutros termos, também gramscianos: efetuar a passagem da "guerra de movimento" – o assalto direto às estruturas do Estado – para a "guerra de posição" – a luta prolongada nas estruturas do Estado e da sociedade.

Gramsci mudou a estratégia.

A fórmula lapidar daqueles que buscam fusionar a estratégia anterior, (revolução permanente/guerra de movimento) – exitosa nas condições de transição do feudalismo ao capitalismo (França) ou do novel capitalismo subdesenvolvido (Rússia) –, com a nova (hegemonia civil/guerra de posição) – mais adequada às condições estruturais do capitalismo contemporâneo no ocidente –, reside numa falsa compreensão do alcance do conceito de guerra de posição. Para esses, trata-se, pois, de transformar a guerra de posição, em curso no ocidente, em guerra de movimento, afirmando não haver uma grande barreira na passagem de uma a outra. Maneira equívoca, infiel à letra gramsciana, de abordar a questão: o desafio real não é, precisamente, "transformar a guerra de posição em guerra de movimento", mas perceber que uma eventual guerra de movimento, nas condições de hoje é, sempre, um momento subordinado da guerra de posição, onde

esta contém (conserva) a possibilidade do momento de guerra de movimento. Os abrigados às casamatas erguidas na guerra de posição permanecem ocupando os antigos espaços, e construindo novos, mas não se movem destrambelhadamente rumo às fortalezas do adversário. Nos termos de Gramsci (200: 24): "(...) a estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como conjunto de associações na vida civil constitui para a arte política algo similar às 'trincheiras' e às fortificações permanentes da frente de combate na guerra de posição: faz com que seja apenas 'parcial' o elemento do movimento que antes constituía 'toda' a guerra, etc."

Qual o alcance mais profundo da afirmação – o giro estratégico – e das reiterações seguintes?

O conceito de hegemonia parece constituir a chave heurística para a compreensão de toda a sofisticada e complexa démarche teórica, política, tática e estratégica efetuada por Gramsci. O dado mais relevante a comentar é que, semelhante ao caso do processo das Revoluções Burguesas, no século XIX, e tirando delas oportunos ensinamentos no exame da nova realidade, a visada de Gramsci tem alcance histórico-universal: ele enlaçou num único processo global os acontecimentos da União Soviética e a expansividade do modelo de sociabilidade norte-americano (o fordismo), como, no estudo das Revoluções Burguesas do século XIX, havia enlaçado a Revolução Francesa e o Risorgimento italiano. O enlace foi feito através do conceito de hegemonia, onde ela se fez plena – França –, ou mitigada (como função de domínio) – Itália –, para ficarmos somente no exemplo do processo das Revoluções Burguesas.

Alguns dos principais debates intelectuais na URSS (anos vinte e trinta) foram os confrontos entre a tese de uma industrialização rápida, na voragem de uma hipotética "acumulação primitiva do socialismo" – puxada, com diferenças internas, por Trotsky e Preobrazhenski –, e a defesa de um processo em ritmo mais lento de construção econômica do socialismo, fundamentado no estímulo à acumulação interna fornecida pela propriedade rural – defendida por Bukhárin e seu grupo. Depois, a polêmica foi silenciada com a assunção do regime de bonapartismo (cesarismo) progressivo (Gramsci, 2000: 76-79) de Stálin, que degenerou, em seguida, num ditatorial socialismo de Estado. Por ironia da história, de alguma maneira, Stálin aproveitou o fulcro das idéias sobre a acumulação intensiva de seus adversários, Trotsky e Preobrazhenki. Embora de maneira cifrada, as indicações de Gramsci sobre a URSS, neste período, são vazadas de acerbas críticas à estratégia de construção econômica do socialismo de Trotsky e seu grupo, bem como, depois, ao regime instaurado por Stálin. Gramsci propunha outro caminho à URSS.

Bukhárin e Lênin são os bolcheviques mais próximos das formulações gramscianas sobre o socialismo russo. Conquanto crítico de sua sociologia escolástica, curiosamente, no tocante às estratégias de construção do socialismo na URSS, as idéias de Gramsci se aproximam bastante das idéias econômicas do último Bukhárin; e, especialmente, no campo político e cultural, dos últimos escritos de Lênin.

Tema central do outro caminho possível de construção socialismo, a preocupação de Gramsci se voltou para

as relações encetadas entre o novo Estado e a hegemonia de classe, resumidas na seguinte questão: o partido da classe operária no poder estava buscando incorporar o conjunto das demais classes – principalmente os camponeses –, ao novo bloco histórico, ou estava prevalecendo uma contrafação –, a utopia obreira de um Estado operário "puro"? Em Gramsci, quando se diz tão somente "Estado Operário", na verdade, está se dizendo "Estado Corporativo". Analisando o começo da ditadura stalinista, observava ele que esse Estado encontrava-se num estágio "corporativo", ou seja, não estava envolvendo as aspirações das demais classes aliadas, mas, submetendo todas as classes (inclusive a operária) a um regime de deificação do Estado – um regime estatólatra (Gramsci, 2000: 279-280). Levando em consideração o atraso russo, era até compreensível a estatolatria no começo, mas o regime de Stálin fortalecia essa estatolatria, ao invés de envidar esforços no sentido inverso – o lento desmonte, pelo exercício da democracia, das instituições de comando burocrático.

Ressalte-se haver sido sobremaneira importante na interpretação gramsciana da Revolução Russa o estudo da Revolução Francesa. O estudo consciencioso da França e, em seguida, de todo o processo das Revoluções Burguesas (ativas e passivas) ajudou Gramsci a compreender os dilemas das Revoluções Proletárias. No cerne da elaboração e do estudo gramsciano estava o ponto arquimédico, o conceito de hegemonia.

Quem fala de hegemonia, fala de intelectuais. Passada a maré montante revolucionária na Europa ocidental no começo do século XX, uma nova era de revolução passiva

emergiu – a universalização do americanismo/fordismo. O americanismo era bastante distinto do prussianismo. No americanismo, os intelectuais mais atuantes eram gerados diretamente na estrutura da sociedade civil, orgânicos ao próprio desenvolvimento da consciência das diversas classes sociais, enquanto no prussianismo os intelectuais tiveram um escasso desenvolvimento do seu vínculo com a esfera civil. Eram funcionários ou ideólogos do Estado, intelectuais tradicionais – Weber diria "intelectuais clássicos" –, em face da ausência de vínculos estruturais densos, internos, com as principais classes sociais.[2]

Qual o problema de Gramsci sobre hegemonia e revolução? Ora, o fenômeno do desenvolvimento, no capitalismo tardio, de estruturas complexas que fusionaram num bloco civil materialidade e consciência (estruturas produtivas e intelectuais), que inclusive prescindiam, na sua evolução, até certo ponto, da posse do aparelho de Estado, requisitou necessariamente uma alteração estratégica da parte dos revolucionários socialistas. A posse do aparelho de Estado não garantia mais, por si só, a possibilidade de permanência da revolução. Escasseou a serventia do voluntarismo: talvez tenha falecido o temperamento jacobino, mas não, certamente, as lições históricas do conteúdo político jacobino (a maneira como a burguesia conquistou a hegemonia). Gramsci (2000: 39) enfatiza explicitamente: "(...) com os acontecimentos de 1870-1871 [Guerra Franco-Prussiana e Comuna de Paris],

2 O binômio americanismo/fordismo compõe duas faces de uma mesma moeda – *ethos* (americanismo) e forma de gestão (organização) do trabalho fabril (fordismo).

perde eficácia [pelo menos na Europa Ocidental] o conjunto de princípios de estratégia e tática política nascidos praticamente em 1789 e desenvolvidos ideologicamente em torno de 1848 (os que se sintetizam na fórmula da 'revolução permanente' (...)"

Paradoxalmente, a Revolução Russa foi a última das Revoluções burguesas do século XIX – a encruzilhada do fim do longo século XIX e a aurora do curto século XX. Mas, o diferencial russo, no tocante as demais Revoluções Burguesas, foi que os bolcheviques levaram a sério as formulações de Marx, Engels, Trotsky e Lênin (1979), sobre a possibilidade de permanência da revolução, a resolutividade em transformar a revolução, inicialmente de caráter burguês, em caráter proletário, e expandi-la mundo a fora. Por algum motivo, um processo desse tipo, em toda a sua inteireza, não ocorreu no século XX no ocidente capitalista. A teoria das Revoluções Proletárias – a revolução permanente – se perdeu em algum desvão da história.[3]

---

3 A teoria da revolução permanente, originalmente, vem da lavra de Marx e Engels (sd.: 83-92). Mas foi desenvolvida, visando às condições do século XX, por Trotsky. Lênin ocupa uma situação particular neste debate: ele não professou a teoria da revolução permanente, mas a aplicou *in nuce*, no bojo da crise revolucionária russa, entre fevereiro e outubro de 1917. Os trotskistas melhor formados sabem que a teoria da revolução permanente possui dois vetores, um vinculado à tomada do poder político e outro vinculado à teoria de transição ao socialismo e ao comunismo, de tal modo que *Resultados e perspectivas* (1971) – o genial panfleto de Trotsky no qual encontramos a teoria do desenvolvimento desigual e combinado –, diz respeito ao primeiro vetor, enquanto *A*

2. RISORGIMENTO ITALIANO E REVOLUÇÃO PASSIVA

Tem-se dito que uma das grandes questões suscitadas pelo critério interpretativo (e conceito) de revolução passiva diz respeito à verificação da maior ou da menor presença, no processo, do chamado "elemento jacobino" – "a variável-chave na tipologia gramsciana sobre processos de revolução passiva está no elemento jacobino. É a maior ou menor presença ativa do portador da antítese, mesmo que derrotado, o que singulariza ou forma atrasada de uma forma avançada" (Werneck Vianna, 1997: 73).

Vale dizer: quando temos a presença de um elemento jacobino denso metodologicamente (temperamento) e programaticamente (conteúdo político), quando a "antítese" consegue superar a "tese" numa nova "síntese", estamos em presença de uma revolução em seu sentido clássico – caracterizado especialmente pela troca de classe social no poder de Estado. Em contrapartida, quando o elemento jacobino é frágil, temos um processo de revolução passiva (revolução sem revolução, revolução-restau-

---

revolução permanente (1985) cuida, entre outros assuntos, da ampliação da revolução permanente também para o terreno da teoria de transição ao socialismo. Pois bem: a crítica de Gramsci à revolução permanente também enlaça a questão da transição. Não se tratava apenas de submeter o foco ao duo socialismo num só país e isolamento soviético nas relações internacionais (privilegiados por Trotsky), mas indagar, a fundo, sobre a exemplaridade e a atratividade do Estado Soviético no Ocidente; enfim, da capacidade de hegemonia demonstrada na experiência soviética. Trotsky não foi alheio aos problemas da cultura (1978), mas buscou uma solução voluntarista.

ração), de evolução/conservação da "antítese" na "tese". Evidentemente, entre extremos como a Revolução Francesa – de máxima densidade do elemento jacobino –, e, por exemplo, aquilo que Fernandes (2005) chamava de "Revolução Burguesa no Brasil" – nosso processo de transformação capitalista de baixíssima densidade jacobina (metodológica e programática) –, há um sem-número de gradações – todas designadas pela medição concreta da atuação do elemento jacobino.

Gramsci (2002: 62-98) examinou, de conformidade com o critério de reconhecimento da densidade do elemento jacobino, as gradações do processo da Revolução Burguesa na França, Alemanha, Inglaterra e Itália. Para ele (Gramsci, 2002: 83-84), "se, na Itália, não se formou um partido jacobino, as razões devem ser buscadas no campo econômico, isto é, na relativa fraqueza da burguesia italiana e no clima diverso da Europa após 1815 (...) A burguesia não podia mais (talvez) estender sua hegemonia sobre os amplos extratos populares, que, ao contrário, foi capaz de abranger na França (não podia por razões subjetivas, e não objetivas), mas a ação sobre os camponeses era certamente sempre possível. (...) Na França, ocorre um processo mais rico de desdobramentos e de elementos políticos ativos e positivos. Na Alemanha, o processo se desenvolve, em alguns aspectos, sob formas que se assemelham às italianas, em outras às inglesas. Na Alemanha, o movimento de 1848 fracassa em razão da escassa concentração burguesa (a palavra de ordem de tipo jacobino foi dada pela extrema-esquerda democrática: 'revolução permanente') e porque a questão do renovamento estatal se entrelaça com a questão nacional; as guerras de 1864, de 1866 e 1870 resolvem, ao

mesmo tempo, a questão nacional e a de classe num tipo intermediário: a burguesia obtém o poder econômico-industrial, mas as velhas classes feudais permanecem como extrato governamental do Estado político, com amplos privilégios corporativos no exército, na administração e sobre a terra: mas pelo menos, embora estas velhas classes conservem na Alemanha tanta importância e gozem de tantos privilégios, elas exercem uma função nacional, tornam-se os 'intelectuais' da burguesia, com um determinado temperamento dado pela origem de casta e pela tradição. Na Inglaterra, onde a revolução burguesa aconteceu antes da França, temos um fenômeno de fusão entre o velho e o novo semelhante ao alemão, apesar da extrema energia dos 'jacobinos' ingleses, ou seja, os 'cabeças redondas' de Cromwell; a velha aristocracia permanece como extrato governamental, com certos privilégios, torna-se ela também o estrato intelectual da burguesia inglesa (...)"

Procuremos destrinçar o emaranhado de questões postas pela citação. De começo, observar que o jacobinismo histórico italiano – pré-Risorgimento (Bounarroti, Cuoco, Ferrari, Pisacani) e Risorgimento (Mazzini, Garibaldi) –, tinha, em tese, depois da França, as melhores perspectivas revolucionárias da Europa no século XIX. Numa visada superficial, a revolução nacional amadurecia. Porém, o problema mais agudo da unificação da península italiana era a sua extrema dependência das relações de força internacionais, em grau muito maior que a França, Alemanha ou Inglaterra. O problema da extrema dependência ao fluxo da política européia trouxe a seguinte conseqüência direta: no tempo em que a estratégia

da revolução permanente predominou na França, com a conseqüente política externa de "exportação da revolução", entre 1792-1815, o programa jacobino esteve propenso a realizar-se na Itália; quando, por seu turno, os acontecimentos seguidos da Restauração francesa (1815-1830), da Monarquia de Junho (1830-1848) e do Segundo Império (1851-1871), abandonaram a política de exportação da revolução, o jacobinismo italiano não teve capacidade de direção política.[4]

O Risorgimento foi um processo marcado em dois tempos: um, de 1830 a 1848, e outro, de 1848 a 1870. O personagem que melhor encarnou o primeiro tempo do Risorgimento italiano (1830-1848), caracterizado por uma retórica de rebeldia jacobina, foi o advogado genovês Giuseppe Mazzini (Hobsbawm, 1986: 133-138). Estudante de direito, Mazzini participou, em 1827, da seita secreta dos Carbonários, visando a ações exemplares contra o domínio

4 Para melhor compreensão da problemática teórica da analítica das relações de força, ver Meneses (2002). Aplicamos essa analítica, aqui, ao exemplo de uma situação histórica concreta: a história italiana no século XIX. A saga histórica italiana levanta uma questão interessante: o da prevalência, num processo de luta política, das relações de força internacionais sobre as internas. Observamos que Gramsci (2000: 20) responde à questão da prevalência internacional ou externa, afirmando que pode prevalecer uma relação de força ou outra. Não se trata de uma lei de ferro, a eventual dependência das circunstâncias internacionais. Porém, romper a casaca das relações internacionais na Itália exigia uma política de alta energia do elemento jacobino interno, por contra do passivo nacional anterior (sede da Igreja, papel cosmopolita dos intelectuais, etc.).

do império austro-húngaro (os Habsburgos), na Itália. Abandonou, em seguida, fazendo autocrítica, a política de seita revolucionária, e ajudou a fundar, em 1831, um agrupamento aberto de larga influência – a Jovem Itália –, adotando um programa de unificação nacional pela via do regime republicano. Com base numa política voluntarista, o jacobino genovês tentou promover seguidas revoltas populares, cujo fracasso levou-o ao exílio na Inglaterra (1834-1848). Mazzini voltou por cima à Itália, herói exilado, na maré montante das revoluções de 1848, tornando-se um dos dirigentes da recém-proclamada República Romana. Breve experiência de democratismo revolucionário. O experimento da chamada República Romana foi o mais radical de todo o Risorgimento italiano: foi instituído o sufrágio universal, buscou-se satisfazer as reivindicações dos camponeses e expropriaram-se as terras da Igreja Católica. Esse autêntico programa jacobino garantiu à República o apoio de ponderável parcela da população. Em contrapartida, porém, a ascensão do Segundo Império bonapartista, na França, levou tropas francesas a desalojar do poder o perigoso exemplo do regime republicano instituído na região de Roma. Sobreveio a contra-revolução. A revolução italiana entrou em refluxo.

Mazzini nunca fora simpático à revolução agrária. Seu pensamento tinha uma grande influência do socialismo utópico de Robert Owen e Saint-Simon, motivo pelo qual, embora exarando um sentimento sincero de justiça social, ele se contentou com fórmulas associonistas, favorecendo a cooperação corporativa das classes nos quadros de um sistema fundamentado na propriedade privada. Garantir a intocabilidade da propriedade privada era o motivo

da timidez na formulação de um programa agrário por Mazzini. Merquior (1991: 102) traça assim um breve perfil de Mazzini: "Mazzini considerava-se um opositor da escola liberal. Sua visão socioeconômica decorria de Sismondi e dos socialistas comunitários na indústria, conduzidos por Robert Owen (1771-1857). E seu democratismo estava tingido de social-cristianismo à moda de Charles Kingley (1819-1875) e Lamennais (1782-1854) (...) De Ruggiero censurou-o por esposar um antiindividualismo místico inteiramente inadequado à Itália atrasada da época. Mas como social-cristão que era Mazzini foi intransigente na rejeição do socialismo, que ele julgava iliberal e também amoral por causa de seu materialismo".

Gramsci (2002: 66-78-79-97-98) tinha Mazzini em péssima consideração, um político de pensamento confuso. Por trás da crítica a Mazzini – e também a Garibaldi –, os dois principais alvos de Gramsci, temos, na verdade, uma acerba crítica ao comportamento político da corrente jacobina italiana no Risorgimento, o Partido de Ação, e seus mais ilustres membros.

Passando em revista, a saga do Partido de Ação no processo do Risorgimento – e fiel ao diapasão do problema da unidade cidade-campo como a grande questão da hegemonia na revolução burguesa –, conclui Gramsci (2002: 62-73): "Para que o Partido de Ação se tornasse uma força autônoma e conseguisse, em última análise, pelo menos imprimir ao Risorgimento um caráter mais marcadamente popular e democrático (...) deveria contrapor à atividade (...) dos moderados (...) um programa orgânico de governo que refletisse as reivindicações essenciais das massas populares, e em primeiro lugar as

dos camponeses: a atração 'espontânea' exercida pelos moderados deveria contrapor uma resistência e uma contra-ofensiva 'organizada' segundo um plano. (...) Ao Partido de Ação faltou um programa concreto de governo. Substancialmente, ele foi sempre, mais do que outro, um organismo de agitação e propaganda dos moderados. As dissidências e os conflitos internos do Partido da Ação, os ódios tremendos que Mazzini suscitou contra a sua pessoa e sua atividade, pôr parte dos mais galhardos homens de ação (Garibaldi, Felice Orsini, etc.) foram determinadas pela falta de uma firme direção política. As polêmicas internas foram em grande parte tão abstratas quanto o era a pregação de Mazzini, mas deles se podem extrair úteis indicações históricas. (...) O Partido de Ação estava embebido da tradição retórica da literatura italiana: confundia a unidade cultural existente na península – limitada, porém, a um estrato muito sutil da população e corrompida pelo cosmopolitismo vaticano – com a unidade política e territorial das grandes massas populares, que eram estranhas àquela tradição cultural e nada dela queriam saber, dado que lhes conheciam a existência mesma. Pode-se fazer um confronto entre os jacobinos e o Partido de Ação. Os jacobinos lutaram denodadamente para assegurar uma ligação entre a cidade e o campo e conseguiram-no vitoriosamente. A derrota deles, como partido determinado, foi devida ao fato de que, a certa altura, se chocaram com as exigências dos operários de Paris, mas na realidade foram continuados por Napoleão (...)".

Contudo, à falta de um programa concreto para as massas italianas, da parte do Partido de Ação, não faltou vontade e feitos heróicos. Garibaldi – justamente conhecido

no mundo da aventura como o "herói dos dois mundos" (Europa e América) –, expressou como ninguém, em seus feitos, essa vontade. Tracemos um brevíssimo perfil biográfico de Garibaldi (Dumas, 2002). Ele entrou na política pelas mãos de Mazzini, no movimento Jovem Itália. Condenado à morte, depois de uma tentativa fracassada de sublevação em Gênova, em 1843, migrou para a América do Sul, participando, como é de largo domínio, de lutas no Uruguai (contra Oribe) e no Brasil (Farrapos). Voltando à Itália, na onda das lutas de 1848, tornou-se um personagem central do Risorgimento, certamente o mais corajoso e desprendido. De todos os feitos do general popular, talvez o principal deles seja realmente notável: a derrota militar de Fernando II, descendente dos Bourbons e Rei absolutista de Nápoles, em 1860. Formando uma tropa de mil voluntários em apoio a uma pequena revolta popular na Sicília, uma ação de surpresa, embarcando de Gênova com seus homens em dois barcos, Garibaldi foi tomando várias cidades periféricas da Itália meridional, acumulando forças e crescendo numericamente seu exército com a adesão popular, até alcançar a vitória militar. Resultado: uma campanha que começou pequena agigantou-se.

O feito de Garibaldi produziu uma inflexão fundamental no processo do Risorgimento: com a tomada de Nápoles e a euforia popular que despertou a queda do bastião dos Bourbons na Itália (o Reino de Nápoles), ficou claro que a unificação italiana era um processo irreversível – a hora do ajuste de contas com a Áustria e mesmo com o Papa estava próxima. Se os feitos foram heróicos, mais notável ainda foi o fato de que, mesmo possuindo tropas militares, adesão popular e território suficientes, senão

para impor a solução republicana, ao menos para levantá-la explicitamente – como propôs, aliás, Mazzini –, Garibaldi, após alguma indecisão ou relutância, aceitou a condução do processo pela casa Real do Piemonte, reconhecendo Victor Emannuel II, no mesmo ano de 1860, como Rei da Itália. O General do Povo – alcunha com que ficou conhecido –, revelou toda a sua fragilidade política.

Distinguimos, nas passagens finais da seção anterior, temperamento jacobino de conteúdo político jacobino. No entender de Gramsci (2002: 75), em corajoso veredicto revisionista contra as versões historiográficas dominantes em seu tempo – acostumadas a embelezar acriticamente o heroísmo das personalidades republicanos no Risorgimento –, mais além das aparências – "temperamento jacobino" –, a obra político-prática do Partido de Ação foi quase sempre nula, nivelada e dirigida pelos moderados: "(...) a diferença entre muitos homens do Partido de Ação e os moderados era mais de 'temperamento' que de caráter organicamente político. O termo 'jacobino' acabou por assumir dois significados: um que é próprio, historicamente caracterizado por um determinado partido da Revolução Francesa, que concebia o desenvolvimento da vida francesa de certo modo, com um programa determinado, sobre a base de forças sociais determinadas e que explicou a sua ação de partido e de governo com um método determinado, que era caracterizado por uma extrema energia, decisão e resolução, dependentes da crença fanática na bondade, quer no programa, quer no método. Na linguagem política, os dois aspectos do jacobinismo foram cindidos e chamou-se 'jacobino' ao homem político enérgico, resoluto e

fanático, porque fantasticamente persuadido das virtudes taumatúrgicas das suas idéias, quaisquer que elas fossem: nesta definição prevaleceram os elementos destrutivos derivados do ódio contra os adversários e os inimigos, mais do que os construtivos, derivados do ter feito próprias as reivindicações das massas populares; o elemento sectário, de conluio, de pequeno grupo, de desenfreado individualismo, mais do que o elemento político nacional".

O Partido de Ação, conforme Gramsci (2002: 86), foi jacobino de forma (o método), mas não de conteúdo (o programa), vale dizer, o programa jacobino (reforma agrária e as idéias universais do iluminismo como fundamentos do Estado Nacional) não ganhou autonomia de vôo, ficando condensado (premido) na iniciativa reformista dos moderados: "(...) para se contrapor eficazmente aos moderados, o Partido de Ação devia ligar-se às massas rurais, especialmente meridionais, devia ser 'jacobino' não só pela 'forma' externa, de temperamento, mas especialmente pelo conteúdo econômico-social: a coligação das diversas classes rurais, que se realizava num bloco reacionário através dos diversos grupos intelectuais-legitimistas-clericais, podia ser dissolvida, para atingir uma nova formação liberal-nacional, mas se se fazia força em duas direções: sobre os camponeses de base, aceitando as suas reivindicações elementares, e fazendo deles parte integrante do novo programa de governo, e sobre os intelectuais dos extratos médios e inferiores, concentrando-os e insistindo sobre os motivos que mais podiam interessá-los (e já a perspectiva da formação de um novo aparato de governo, com as possibilidades de emprego que oferece, era um elemento formidável de atração sobre eles, se a

perspectiva se apresentasse como concreta, porque apoiada sobre as aspirações dos rurais). A relação entre estas duas ações era dialética e recíproca: a experiência de muitos países, e antes de tudo na França, no período da grande Revolução, demostrou que, se os camponeses se movem por impulsos 'espontâneos', os intelectuais começam a oscilar e, reciprocamente, se um grupo de intelectuais se coloca sobre uma nova base de política filo camponesa concreta, acaba por arrastar consigo frações de massa sempre cada vez mais importantes".

Como foi possível a subordinação do Partido de Ação e a supremacia do Partido Moderado no processo do Risorgimento? Que métodos e relações de força permitiram a vigência da subordinação jacobina e a supremacia moderada na Itália?

O segredo do êxito político dos moderados foi o exercício da direção política – o heroísmo que ficasse com Garibaldi! A fórmula jocosa dessa direção, como gostava de ironizar o Rei Victor Emanuel II (monarca piemontês da Itália unificada), era dada pela frase "o partido da ação, eu tenho no bolso" (Gramsci, 2002: 62).

Como homens provados, sinceros e, sobretudo, populares, da estripe de Mazzini, Garibaldi e outros, foram submetidos a uma direção política alienígena? O perfil biográfico do chefe do Partido Moderado – Cavour, aristocrata representante das classes empresariais do Piemonte –, e das condições políticas de sua ascensão, após 1848, pode ajudar a decifrar o enigma histórico do Risorgimento.

O projeto político de Cavour – unificação da Itália pela via da monarquia piemontesa com base nas relações de força internacionais –, só tomou fôlego dirigente após o

fracasso do movimento nacional-revolucionário europeu, em 1848, após a ascensão do regime bonapartista na França (Segundo Império) e o malogro da República Romana (1848-1849).

Até a viragem do panorama europeu – produzida pelo fracasso das revoluções de 1848 –, na primeira fase do Risorgimento (1830-1848), competiam duas vertentes históricas na solução da unificação italiana: a corrente republicano-jacobina (já tratada) e a corrente neoguelfa (unificação italiana através do Papa). A corrente piemontesa cavouriana (a revolução passiva), em face de estas duas, era minoritária e retardatária (Cavour só fundou seu jornal de propagada – Il Risorgimento –, em 1947, época em que a atuação tanto da corrente católica quanto da republicana remontava mais de dois decênios).

Até 1848, a palavra de ordem predominante no movimento nacional era "a Itália se fará só", ou seja, baseada nas forças nacionais e em luta em duas frentes internacionais: contra a Áustria e contra a França. Curioso observar, neste ínterim, a atuação da Igreja católica e da corrente neoguelfa italiana. Nos antecedentes de 1848, o Papa Pio IX deu sinais de assumir um programa nacional para a Itália. Mas a atitude papal foi de curta duração: espantado com os acontecimentos radicais de 1848, o Papa decidiu o retorno às posições reacionárias e tornou-se ferrenho inimigo do projeto nacional italiano e das idéias liberais, cantadas (até 1848/49) por dentro da estrutura eclesiástica.

O abandono das posições nacionais, da parte do clero, provocou a diáspora da corrente neoguelfa, migrando, no geral, para posições de apoio ao projeto piemontês.

A adesão neoguelfa à direção de Cavour-Piemonte não era uma questão menor. Gramsci (2002: 98), tratando do pensamento de Gioberti (principal ideólogo católico do projeto nacional italiano), paradoxalmente, observa, num contraponto com Mazzini, concentrar-se ali, embora vagamente e de maneira paradoxal, uma "(...) uma filosofia que parecia original e ao mesmo tempo nacional, capaz de situar a Itália pelo menos no mesmo nível das nações mais avançadas e dar uma nova dignidade ao pensamento italiano. Mazzini, ao contrário, só oferecia afirmações nebulosas e referências filosóficas que, para muitos intelectuais (...) deviam parecer palavreado vazio".[5]

A adesão de uma corrente cultural importante da vida italiana, obviamente, fortaleceu as posições moderadas. O vento soprava ao lado da Cavour. O segredo de sua atuação política residiu no fato de que o seu programa, ao

5 Vale insistir na observação de que o projeto giobertiano de unificar a Itália com base numa simbiose da *vida moral* – Igreja –, e da *vida civil* – povo e intelectuais –, só poderia dar-se com apoio nas forças internas, visto que a Igreja vinha perdendo força dirigente, desde alguns séculos, no processo de unificação territorial dos Estados europeus, e interessava aos novos Estados privar o clero católico de uma base territorial nacional sólida. Escreve Gramsci (2002: 73), tratando das relações internacionais no século XVIII, mas perfeitamente extensível ao século XIX: *"(...) tanto menos podia permitir as grandes potências européias um Estado unificado italiano com a supremacia do Papa, ou seja, permitir que a função cultural da Igreja e sua diplomacia, já bastante obstaculizadoras e limitativas do poder estatal nos países católicos, se reforçasse apoiando-se em um grande Estado e em seu correspondente exército".*

contrário dos programas respectivos da corrente republicana e da corrente católica – inviabilizada depois de 1848 –, que, de alguma maneira, apontava para a Itália uma solução de tipo republicano ou nacional-popular, estava concentrado nas manobras e nos acordos diplomáticos possíveis no plano das relações de força internacionais – "as relações internacionais, certamente, tiveram uma grande importância na determinação da linha de desenvolvimento do Risorgimento italiano, mas foram exageradas pelo partido moderado e por Cavour com finalidades de partido" (Gramsci, 2002: 85).

A ascensão da proposta de unificação da Itália através da Casa Real do Piemonte, após 1848, não por acaso, coincidiu com a vigência na França do regime imperial de Luís Bonaparte (Napoleão III), de quem Cavour se fez, apesar de idas e vindas, aliado. A aliança com a França possibilitava um acúmulo de forças contra a principal potência adversária da solução de unidade territorial para a Itália – a Áustria. "A política nacional da direita se empenhou, no segundo período do Risorgimento, na busca da ajuda da França bonapartista, e com a aliança francesa se equilibrou a força austríaca" (Gramsci, 2002: 102). O emblema da aliança externa, visando à revolução passiva interna, foi a atitude de Cavour em apoiar as duas principais nações capitalistas – Inglaterra e França –, contra a Rússia na Guerra da Criméia (1853-1858).

Veja-se, como isso é, pois, importante: o Piemonte (Cavour) tomou partido das principais nações capitalistas européias, e não do passado aristocrático representado pelo Czar Russo. Essa postura tinha consonância com a proposta estratégica cavouriana para a Itália: modernizar

o país, realizar uma revolução sem revolução (revolução passiva), com apoio em duas frentes – a cooptação dos radicais internos (o transformismo) e a manobra competente das fraturas abertas no jogo das relações de força em presença dos principais países europeus.

Não pensemos que Gramsci, crítico feroz da supremacia moderada e da subordinação jacobina, resolvia de maneira voluntarista o complexo problema histórico do Risorgimento, adotando a posição simplificada de imputar às lacunas programáticas dos jacobinos italianos as únicas razões da ausência de revolução burguesa na Itália. Se assim o fizesse, Gramsci teria sido um radical de palanque qualquer, um retórico, e não um político realista. O problema que Gramsci pôs em relevo na demorada análise da disjuntiva "supremacia do Partido Moderado-subordinação do Partido de Ação" – e isso é fundamental entender –, não foi precisamente a crítica aos "radicais" italianos e uma defesa abstrata do que, afinal, não houve (a Revolução Burguesa clássica), mas a questão axial da direção política, valer dizer, da atuação subjetiva dos sujeitos políticos no concerto das relações de força.

Parece-nos que Gramsci, na análise do Risorgimento, não punha mais fé na possibilidade, depois de 1848, de uma revolução à moda francesa na Itália. O problema em tela não era mais, portanto, a realização da revolução clássica pelo elemento jacobino – as novas relações de força revelavam o caráter anti-revolucionário da burguesia –, mas a ausência, da parte do elemento jacobino italiano (o Partido de Ação), de um programa claro, sem vacilações, permitindo uma atitude ativa no processo do Risorgimento, de não reboque às posições e à direção política dos mo-

derados. O elemento jacobino fez-se frágil e a ação moderada, força dirigente.

Não era para menos. Os moderados eram representativos de uma força orgânica e compacta com consciência de classe – a alta burguesia financeira e industrial italiana –, enquanto o Partido de Ação não lastreava seu trabalho especificamente em nenhuma classe orgânica, pulava de galho em galho, sem um plano, sem uma política definida. Escreve Gramsci (2002: 63-64), a propósito das "lacunas" dos jacobinos italianos e da condensação/compactação do grupo dos moderados: "Para o Partido de Ação o problema se apresentava de um modo diverso e diferentes sistemas organizativos deveriam ter sido empregados. Os moderados eram intelectuais já naturalmente 'condensados' pela organicidade de suas relações com os grupos sociais de que eram expressão (para toda uma série deles, realizava-se a identidade de representado e representante, isto é, os moderados eram a vanguarda real, orgânica, das classes altas: eram intelectuais e organizadores políticos e, ao mesmo tempo, chefes de empresa, grandes agricultores ou administradores de propriedades rurais, empresários comerciais e industriais, etc.) Dada esta condensação ou concentração orgânica, os moderados exerciam uma poderosa atração, de modo 'espontâneo', sobre toda a massa dos intelectuais de todo nível existente na península num estado 'difuso', 'molecular', em função das necessidades, ainda que satisfeitas de modo elementar, da instrução e da administração"

Dado o elevado grau de compactação classista dos moderados – advindo daí seu poder de atração das

demais correntes –, e como a alta burguesia italiana não tinha interesse numa revolução clássica, praticou-se na Itália novecentista uma outra forma de direção política; nela, a hegemonia burguesa teve uma atuação diferente do processo francês, abdicou de açambarcar interesses corporativos de classes suplementares em troca do aceite aos valores universais da classe dirigente. O objetivo não era unir organicamente os diversos interesses postos na unificação italiana (Norte-Sul, Igreja-Estado, Cidade-Campo, Burguesia-Proletariado, etc.), mas tão somente subordiná-los, como fragmentos, na cauda da direção burguesa. No novo modus operandi "a direção política se tornou um aspecto da função de domínio, uma vez que a absorção das elites dos grupos inimigos leva à decapitação destes e a sua aniquilação por um período freqüentemente longo. A partir da política dos moderados, torna-se claro que pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz: de fato, a brilhante solução destes problemas tornou possível o Risorgimento nas formas e nos limites em que em ele se realizou, sem 'Terror', como 'revolução sem 'revolução', ou seja, como revolução passiva (...)" (Gramsci, 2002: 63).

O tipo de direção política interna vigente na Itália unificada, Gramsci chamou-o de "transformismo".

Em suma, passando em revista as vicissitudes do principal processo do século XIX na Itália – o Risorgimento –, verificamos não uma revolução ativa/clássica (como a francesa), mas uma revolução passiva. A voragem da transformação capitalista tomou corpo no país, mas,

convivendo e adaptando elementos de atraso, de que foi lídimo exemplo o caso clássico de subordinação regional do sul agrário italiano ao norte industrializado, gerador de um processo de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, necessário para fornecer um plus de excedente regional não-capitalista, da parte do sul, à industrialização do norte, conforme descreveu Gramsci em A questão meridional (1987).

REFERÊNCIAS

DIAS, E. F. *O outro Gramsci.* São Paulo, Xamã, 1996.

DUMAS, A. *Memórias de Garibaldi.* Porto Alegre, L&PM, 2002

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro, Globo (5ª Ed.), 2000.

HOBSBAWM, E. *Ecos da Marselhesa.* São Paulo, Cia das Letras, 1986.

_____. *A era das revoluções.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere. O Risorgimento. Notas sobre a histórica da Itália (vol. 5).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política (vol. 3).* Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2000.

_____. *A questão meridional.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

MANDEL, E. *Capitalismo tardio.* São Paulo, Nova Cultural, 1985.

MARX, K.; ENGELS, F. Obras escolhidas (vol. 1). São Paulo, Alfa-Omega, sd.

MENESES, J. R. *Gramsci e a revolução passiva.* Rio de Janeiro, PPGSS/UFRJ, 2002.

MERQUIOR, J. G. *O liberalismo – antigo e moderno.* Rio de Janeiro, Nova Fronteira (2ª Ed.), 1991.

TROSTKY, L. *Resultados e perspectivas.* Paris, Ruedo Iberico, 1971.

_____. *Problemas de La vida cotidiana.* México, Pasado y Presente, 1978.

O estado da arte sobre a articulação entre o serviço social e a educação popular no Brasil: um balanço dos estudos produzidos no período de 1980-2010

Aline Maria Batista Machado[1]
Daniela Ninfa de Lima Sousa[2]
Ana Carla dos Santos[3]
Elailla Andrius de Morais Soares[4]

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Atualmente os profissionais de Serviço Social tem resgatado o diálogo entre as temáticas Serviço Social e Educação, o que levou o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS a publicar em fevereiro de 2013 uma brochura intitulada "Subsídios para a atuação de assistentes sociais

1 Professora Doutora do Programa de Pós-graduação em Educação e do Departamento de Serviço Social da UFPB. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS.

2 Bolsista PIBIC do curso de Serviço Social da UFPB e membro do GEPEDUPSS.

3 Bolsista PIBIC do curso de Serviço Social da UFPB e membro do GEPEDUPSS.

4 Assistente Social, mestranda em educação do PPGE/UFPB.

na Política de Educação", a qual visa contribuir com a atuação profissional do assistente social na Política de Educação em consonância com o fortalecimento tanto do projeto ético-político do serviço social como da luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade. Diante disso, o documento destaca alguns desafios apontados pelo GT Nacional para a consolidação do Serviço Social na Política de Educação, dentre os quais um nos chamou atenção, qual seja: "Problematizar junto aos/às assistentes sociais que atuam na área da educação acerca das particularidades da **educação popular**, na perspectiva do aprofundamento teórico político e da sistematização das experiências" (CFESS, 2013, p. 61).

A nosso ver, refletir sobre a educação popular na contemporaneidade é retomar a defesa de um projeto educacional que valorize concretamente a emancipação humana. É desafiar a descrença de alguns na *filosofia da práxis*, pois, a educação popular está comprometida com a transformação da sociedade, a fim de que esta se desenvolva não apenas no âmbito econômico, mas também, no político, social e cultural, haja vista que em pleno século XXI, problemas como fome, analfabetismo, violência, desemprego, entre outros, permanecem tão atuais.

Assim sendo, a finalidade deste texto é fazer um resgate histórico da articulação entre a educação popular e o serviço social, bem como apresentar os resultados parciais de uma pesquisa bibliográfica que estamos desenvolvendo no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS, intitulada, "*A articulação teórico-metodológica entre o serviço social e a educação popular*", e que tem como objetivo

principal realizar um balanço acerca da produção teórica em nível nacional que articula o Serviço Social a temática da Educação Popular entre os anos de 1980-2010.

O GEPEDUPSS está articulado diretamente ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e ao Programa de Pós-Graduação em Educação da mesma universidade, tendo como objetivo central ampliar o debate acerca da importância da educação popular para o trabalho e a formação profissional do assistente social, contribuir com a produção acadêmica e a preparação de futuros pesquisadores a partir de um referencial teórico-crítico, bem como promover a articulação entre pesquisadores e profissionais que já trabalham com a temática, seja na área do serviço social, educação ou áreas afins, no sentido contribuir com a prática profissional, estimular a organização e mobilização popular e resgatar a articulação entre o universo acadêmico, movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais – ONGs que atuam com a temática da educação popular, visto que a troca de experiências é central para produção e ampliação do conhecimento e, por conseguinte, para o avanço e transformação da sociedade. Por isso mesmo

> a produção do conhecimento, qualquer que seja o campo do saber, não pode prescindir do esforço sistemático de inventariar e fazer balanço sobre aquilo que foi produzido em determinado período de tempo e área de abrangência. Isso é o que se convencionou chamar de "estado de conhecimento" ou "estado da arte". (SPOSITO, 2009, p.07)

Embora nosso estado da arte sobre a produção que articula Serviço Social e Educação Popular tenha começado em março de 2011, ainda estamos em fase de coleta de dados, visto que a delimitação geográfico é nacional, ou seja, estamos fazendo um balanço de toda a produção brasileira.

Nessa perspectiva, nossos objetivos específicos são: Identificar se a produção teórica que articula serviço social a educação popular é, de fato, incipiente; Descobrir que áreas acadêmicas produzem mais essa temática; Identificar se os direcionamentos teóricos e metodológicos de tal produção seguem numa perspectiva crítica ou conservadora; Saber se a preocupação com essa temática é maior entre assistentes sociais, pedagogos ou outros profissionais; Perceber se as produções estão mais voltadas para a formação ou para a prática dos assistentes sociais; Identificar que regiões e estados brasileiros essa temática está presente e quais são os mais produtivos; Montar um banco de dados sobre a "a produção do conhecimento" ou "estado da arte" acerca da articulação entre Serviço Social e Educação Popular no Brasil.

Assim sendo, comecemos pela historicidade da articulação entre as duas áreas em questão (Serviço Social e Educação Popular).

RESGATE HISTÓRICO DA ARTICULAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR E O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A educação popular constitui-se um paradigma educativo que surge no Brasil sistematizado por Paulo

Freire, especificamente nos anos de 1960, visando contribuir com o processo de conscientização e mobilização das classes subalternizadas, a partir de uma teoria referenciada na realidade, na valorização dos saberes populares e de uma base ética e política voltada à transformação social. Ela aposta em metodologias dialógicas que estimulam a luta coletiva pela emancipação humana e geralmente está presente no campo de atuação dos assistentes sociais que trabalham com comunidades, organização e mobilização popular, sobretudo em Organizações Não-Governamentais – ONGs articuladas aos movimentos sociais, onde esse tipo de educação se refugiou desde o período da ditadura militar, visto que naquele contexto histórico passou a ser considerada uma prática educativa subversiva.

Mas não é de hoje que o serviço social dialoga com a área da educação popular. Conforme Netto (1991), Abreu (2002) e Faleiros (2005), a aproximação do Serviço Social com as ideias de Paulo Freire na América Latina se dá no decorrer do Movimento de Reconceituação da profissão, ou seja, do movimento em que os assistentes sociais começam a compreender que a erosão do Serviço Social tradicional passa pela ruptura com as amarras imperialistas do sistema capitalista. Faleiros (2005, p. 25) afirma que devemos considerar "a influência, na formulação de um paradigma crítico, da pedagogia da conscientização elaborada por Paulo Freire". Ele destaca que "na perspectiva freireana é fundamental levar em conta a cultura do povo em qualquer processo de mudança, estabelecendo com ele um diálogo problematizador" (Ibidem).

Abreu (2002) identifica três perfis pedagógicos presentes na prática do Serviço Social, dois conservadores,

denominados de "pedagogia da ajuda" e "pedagogia da participação", e um crítico "pedagogia da emancipação". Este último recebeu grande influência da Educação Popular na ótica de Paulo Freire. Em vista disso, a autora assinala que no Serviço Social "é inegável a contribuição desse referencial [Educação Popular] na instrumentalização de iniciativas pedagógicas direcionadas para uma politização de segmentos populares a partir de uma visão crítica de suas condições de vida". (p. 113). Citando, assim, as áreas da educação, habitação e assistência social como exemplares dessas experiências pedagógicas, especialmente "junto aos movimentos sociais populares e ONGs estruturadas em bases progressistas" (p. 157).

Contudo, Netto (1991) explica que no período de reconceituação da profissão houve um ecletismo teórico em uma série de elaborações reconceptualizadas da América Latina. Inclusive naquelas que se fundamentavam no livro "Pedagogia do Oprimido", de Paulo Freire. Mas apesar dos equívocos teóricos, o autor reconhece que só "a partir de então criaram-se as bases, *antes inexistentes*, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas" (p. 149). No Brasil, em particular, ao abordar o processo de renovação do Serviço Social, dividindo-o em três direções: "a perspectiva modernizadora", "a reatualização do conservadorismo" e "a intenção de ruptura", o autor aponta a incorporação das ideias freireanas nas formulações do chamado "método BH", isto é, do método que surge em Belo Horizonte - MG entre 1972 e 1975 como alternativa ao tradicionalismo no processo de "intenção de ruptura". Tanto é que os formuladores de Belo Horizonte consideravam que o objeto de sua atuação era "a ação social da classe

oprimida", seus objetivos meios era "a conscientização, a capacitação e a organização" e seus objetivos fins era a "transformação da sociedade e do homem".

Diante disso, Netto (1991) critica não só os teóricos que buscaram a congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Freire, como a própria noção de "classe oprimida", uma vez que entende que ela, "noção basicamente política, (...) sugere a remissão a uma estrutura social paradigmaticamente dicotômica, o que compromete (...) não apenas o seu potencial de orientação para intervenção, mas sobretudo a sua capacidade de decifrar o real" (p. 279). No entanto, não obstante o ecletismo e demais equívocos teóricos, o autor entende que no nosso país "o método BH" foi fundamental no processo de construção da "intenção de ruptura", pois, "foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo" (p. 276).

Cabe dizer que, se o objeto de atuação da profissão fosse mesmo a "ação social da classe oprimida", como pensavam os formuladores do "método BH", os resultados da nossa intervenção ficariam totalmente submetidos a ação social dessa classe. Com isso, entendia-se que se tal classe não agisse, a profissão de serviço social era a responsável por tal imobilismo. O que significa que naquela época a profissão abarcava uma responsabilidade enorme pela transformação social, quando, na verdade, profissão nenhuma pode assumir tamanha tarefa, pois a transformação da sociedade advém da luta de classes e não da luta de uma única profissão. Ademais, ainda que a educação popular contribua com o processo de

conscientização dos sujeitos sociais, se esses sujeitos, por meio da práxis, não se dispuserem a transformar o mundo, nada muda. Daí o Serviço Social não poder tomar a "ação social da classe oprimida" como seu objeto de atuação.

Enfim, ao longo dos anos a profissão foi se re-definindo e hoje em dia as diretrizes curriculares do curso de Serviço Social apontam como objeto de atuação da profissão as expressões da "questão social", onde se intervém na perspectiva da viabilização de direitos sociais.

Na década de 1980 a relação do Serviço Social latino americano com a área da Educação Popular continua, porém, com o diferencial de que não se vivia mais a repressão do regime militar, o qual vigorou no Brasil do período de 1964-1985. Tanto que em junho de 1986, exatamente um ano após o fim da ditadura no nosso país, a Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social – ABESS (hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), promoveu juntamente com a ALAETS/CELATS/CFAS e ENESS, um *Seminário Nacional sobre Movimentos Sociais, Educação Popular e Serviço Social*, o qual ocorreu na cidade de Salvador – BA, a fim de preparar a delegação brasileira à Assembléia Geral da ALAETS (Associação Latino-Americana de Escolas de Serviço Social), ao Encontro Prévio e ao XII Seminário Latino-Americano de Serviço Social realizados em Medellín, Colômbia, em julho do mesmo ano.

Segundo a antiga ABESS (1988, p. 04), naquele Seminário Nacional de 1986 foram destacados dois eixos de interesses dos assistentes sociais: um apontava as questões sociais, econômicas e políticas da América Latina, ressaltando-se aí as relações e perspectivas históricas do

Brasil ao nível do continente, e o outro era exatamente sobre os movimentos sociais e a educação popular. Este último eixo era visto como tema desafiador daquela conjuntura e por isso mesmo tido como fundamental "à prática contraditória dos profissionais de Serviço Social na América Latina, no esforço por uma articulação orgânica ao projeto popular alternativo".

Assim sendo, podemos dizer que a articulação entre as áreas de Serviço Social e Educação Popular surge aproximadamente no início da década de 1970. Apesar disso, nos últimos tempos a educação popular não esteve muito presente nos debates acadêmicos da área do serviço social. E quase não apareceu nos eventos científicos dessa área, como podemos evidenciar nos anais dos principais congressos ou encontros da profissão dos últimos anos. Contudo, como dissemos no início deste texto, recentemente o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS tem buscado resgatar esse debate.

O fato é que apesar do debate acerca desse tipo de educação ser incipiente na formação profissional do assistente social, as práticas em educação popular continuam presentes em seu campo de atuação, ocupando espaços coletivos em segmentos organizados da sociedade civil. Conforme Iamamoto (2002, p. 33), é muito importante ocupar esses espaços coletivos, especialmente a partir da conjuntura neoliberal, quando o bloco do poder passa a difundir e empreender o trabalho comunitário sob sua direção, tendo no voluntariado um especial protagonista. Algo que "representa uma ofensiva ideológica na construção e/ou consolidação da hegemonia das classes dominantes em um contexto econômico adverso" (Ibidem). Sobretudo

porque a perspectiva da luta por direitos, estimulada tanto pela educação popular como pelo Serviço Social, passa a ser substituída pela perspectiva da refilantropização da questão social.

Diante disso, a autora afirma que faz-se necessário reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular, que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional ante o refluxo dos movimentos sociais e dos processos massivos de organização sindical, mas não do trabalho de campo. Nesse sentido, a provocação da autora, de que é preciso re-pensar o trabalho de mobilização e educação popular no nível da formação profissional é extremamente oportuna, especialmente quando explica que

> re-pensar o trabalho de mobilização e **educação popular** (...) não se confunde com uma inócua ressurreição de um passado perdido. Exige uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas no tempo e, ao mesmo tempo, superando-as, de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente (IAMAMOTO, 2002, p. 33).

Assim sendo, ampliar o debate acerca da importância da educação popular para o Serviço Social e realizar pesquisas no âmbito das ONGs e demais instituições que atuam com esse tipo de educação é fundamental para a formação e prática dos estudantes e profissionais da área. Até porque, conforme Freire (2007, p. 103-105), "a educação popular posta em prática em termos amplos, profundos e radicais, numa sociedade de classe, se constitui

como um *nadar contra a correnteza"***.** O que converge com os princípios do Projeto Ético-Político Profissional do Assistente Social, que optou por vincular-se "ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero" (CFESS, 1993, p. 11), ou seja, também *nada contra a mesma correnteza*, o sistema capitalista.

OS RESULTADOS PARCIAIS DA PRODUÇÃO TEÓRICA QUE ARTICULA O SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO POPULAR NO BRASIL

A partir de pesquisas em bibliotecas, livrarias, anais de congressos e internet, sobretudo no banco de teses do site da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), o GEPEDUPSS tem conseguido alguns resultados acerca da produção teórica que articula as áreas de Serviço Social e Educação Popular.

A coleta de dados teve início em março de 2011 e cada integrante do grupo tem se responsabilizado por pesquisar um estado, porém, iniciamos com as universidades públicas e depois partimos para as privadas, com exceção das universidades confessionais, como as PUCs (Pontifícias Universidades Católicas) e das faculdades particulares, que já estão sendo investigadas desde o início.

Desse modo, até o momento fizemos o levantamento das produções acadêmicas (monografias, dissertações e teses) de 43 universidades (entre públicas e privadas), 10 faculdades, 03 Centros Universitários, 03 Pontifícias Católicas (Pucs), 01 Escola Superior e 01 Fundação. Perfazendo um total de 61 instituições situadas em 17 estados

(Amazonas, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Ceará, Bahia, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás), de quatro regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste e Centro Oeste), conforme o quadro a seguir:

QUADRO 01:
DISTRIBUIÇÃO POR REGIÕES E ESTADOS DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS PESQUISADAS ATÉ O MOMENTO NO BANCO DE TESES DO SITE DA CAPES (1987-2010)

REGIÃO	ESTADOS	UNIVERSIDADES PESQUISADAS
Norte	Amazonas	Universidade Federal do Amazonas – UFAM Centro Universitário do Norte – UNINORTE Faculdade Martha Falcão – FMT Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB Faculdade Táhirih – FT Centro Universitário Luterano de Manaus – CEULM/ULBRA Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM Faculdade Literatus – FAL Universidade Nilton Lins – UNINILTONLINS Universidade Estadual do Amazonas – UEA

Nordeste	Paraíba	Universidade Federal da Paraíba – UFPB Universidade Federal de Campina Grande – UFCG Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
	Pernambuco	Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
	Piauí	Universidade do Vale do Piauí Universidade Federal do Paiuí – UFPI Universidade Estadual do Piauí – UESPI
	Maranhão	Universidade Federal do Maranhão – UFMA Universidade Estadual do Maranhão – UEMA Faculdade de Imperatriz – FACIMP
	Ceará	Universidade Federal do Ceará – UFC Universidade Estadual do Ceará – UECE Faculdade Terra Nordeste – FETENE
	Bahia	Universidade Federal da Bahia – UFBA Universidade do Estado da Bahia – UNEB Universidade Estadual Feira de Santana – UEFS Universidade Estadual do Sul da Bahia – UESB Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC Universidade Católica de Salvador – UCSAL
	Alagoas	Universidade Federal de Alagoas – UFAL
	Sergipe	Universidade Federal de Sergipe – UFS Universidade Tiradentes
	Rio Grande do Norte	Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

Sudeste	Rio de Janeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ Pontifícia Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ
	Minas Gerais	Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP Universidade Federal de Viçosa – UFV Universidade Federal de Uberlândia – UFU Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MG
	São Paulo	Universidade de São Paulo – USP Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP
Centro-Oeste	Distrito Federal	Universidade de Brasília – UNB
	Mato Grosso	Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT Universidade do Estado do Mato Grosso – UNEMAT Fundação Municipal de Ensino Superior de Nova Matum – FUMESUNM Universidade de Cuiabá – UNIC Faculdade de Cuiabá – FAUC Faculdade do Vale do Juruena – AJES
	Mato Grosso do Sul	Universidade Anhanguera – UNIDERP Universidade Católica Dom Bosco – UCDB Centro Universitário da Grande Dourados – UNIGRAN Faculdades Integradas de Três Lagoas
	Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC Goiás Universidade Federal de Goiás – UFG Universidade Salgado de Oliveira – Universo (Privada)

Especificamente no banco de teses do site da CAPES concluímos a nossa região Nordeste. Contudo, a pesquisa é uma tarefa longa, difícil e exige meses de investigação. Tanto é que desde março de 2011 iniciamos nosso levantamento bibliográfico, mas até agora só encontramos 32 (trinta e duas) produções. Como podemos conferir no quadro 02:

QUADRO 02:
LISTA DA PRODUÇÃO TEÓRICA QUE ARTICULA SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR (1980-2010) NO BRASIL

Nº	AUTORES(AS)	TÍTULO	TIPO	LOCAL	ANO
01	Safira Bezerra Ammann	IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NO BRASIL. São Paulo: Cortez, 1980.	LIVRO	São Paulo-SP	1980
02	Maria Carmelita Yasbek e Mariângela Belfiore Wanderley	ENTREVISTA COM PAULO FREIRE. *Serviço Social e Sociedade nº 03*. São Paulo: Cortez, 1980.	Revista Científica	São Paulo-SP	1980
03	Maria Cristina Soares Magalhães	EDUCAÇÃO POPULAR E SERVIÇO SOCIAL. *Serviço Social e Sociedade nº 06*. São Paulo: Cortez, 1981.	Revista Científica	São Paulo-SP	1981
04	Vicente de Paula Faleiros	METODOLOGIA E IDEOLOGIA DO TRABALHO SOCIAL. São Paulo: Cortez, 1981.	LIVRO	São Paulo-SP	1981

05	Raimunda Nonata do Nascimento Santana	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: a questão das relações na sociedade brasileira.	Dissertação de Mestrado	PUC-RS Porto Alegre -RS	1985
06	Maria Herlinda Borges Oliva	POLÍTICA DE ESTADO E PRÁTICA SOCIAL. São Paulo: Cortez, 1987.	LIVRO	São Paulo-SP	1987
07	Marta Beatriz Rodrigues Ruiz	INFLUENCIA Y VIGENCIA DEL PENSAMIENTO DE PAULO FREIRE EM TRABAJO SOCIA .	Dissertação de Mestrado	PUC-RS Porto Alegre -RS	1988
08	João Francisco de Souza	A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA EDUCAÇÃO POPULAR. Caderno ABESS nº 02. São Paulo: Cortez, 1988	Revista Científica	São Paulo-SP	1988
09	ABESS (Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social)	CADERNOS ABESS Nº 02: Educação Popular. São Paulo: Cortez, 1988.	Revista Científica	São Paulo-SP	1988
10	Marisa Maria Moraes Muniz	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: a ação profissional do serviço social no sub-projeto *Os Meninos de Rua*	Monografia de Graduação	UNB Brasília-DF	1988

11	José Paulo Netto	DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1991.	LIVRO	São Paulo-SP	1991
12	Dirce de Melo Teixeira	EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.	Dissertação de Mestrado	UFPB João Pessoa-PB	1992
13	Marcos Raul Mejia J.	EDUCACÍON POLÍTICA Y POPULAR: la nueva época reconstruindo poder para el nuevo trabajo social. *Serviço social e sociedade n° 46*. São Paulo: Cortez, 1993.	Revista Científica	São Paulo-SP	1993
14	Maria Ozanira da Silva e Silva	O SERVIÇO SOCIAL E O POPULAR: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 1 ed. São Paulo: Cortez,1995.	LIVRO	São Paulo-SP	1995
15	Marilene Aparecida Coelho	PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NO VALE DO SÃO PATRÍCIO-1974/1992.	Dissertação de Mestrado	UFG Goiânia-GO	1997

16	Marilda Villela Iamamoto	PROJETO PROFISSIONAL, ESPAÇOS OCUPACIONAIS E TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ATUALIDADE. In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília, 2002.	Livreto Informativo	Brasília-DF	2002
17	Marina Maciel Abreu	SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA CULTURA: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.	LIVRO	São Paulo-SP	2002
18	Laura Leandra Moraes Portela	EDUCAÇÃO POPULAR E A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL	Artigo publicado no site: www.zemoleza.com.br	UFMT Cuiabá-MT	2005
19	Vicente de Paula Faleiros	RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: uma questão em movimento? *Serviço social e sociedade n° 84*. p. 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.	Revista Científica	São Paulo-SP	2005
20	Grace Karen Emrick	SAÚDE DO IDOSO, SERVIÇO SOCIAL E RECURSOS HUMANOS EM UMA UNIDADE DE SAÚDE: realidades e desafios. postos no diálogo com a educação popular	Trabalho apresentado no Seminário de Educação Popular	UFRJ Rio de Janeiro-RJ	2005

21	Francine Helfreich Coutinho dos Santos	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: dimensões de possíveis diálogos	Trabalho apresentado no Seminário de Educação Popular	UFRJ Rio de Janeiro-RJ	2005
22	Eblin Farage	EDUCAÇÃO POPULAR, ESCOLA PÚBLICA E SERVIÇO SOCIAL: um diálogo necessário	Trabalho apresentado no Seminário de Educação Popular	UFRJ Rio de Janeiro-RJ	2005
23	Telma Cristiane Sasso de Lima	AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIOVAS E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: tendências da produção bibliográfica	Dissertação de Mestrado	UFSC Florianópolis-SC	2006
24	Marilda Villela Iamamoto	SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: capital financeiro, trabalho e questão social. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2007.	LIVRO	São Paulo-SP	2007
25	Ana Soraia Haddad Biasi	SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E RELAÇÕES DE GÊNERO: um diálogo entre três saberes em busca da emancipação.	Dissertação de Mestrado	UNISINOS São Leopoldo -RS	2007
26	Luis Acosta	CULTURA "RADICAL" E SERVIÇO SOCIAL. Revista Praia Vermelha. Vol.18 nº 02	Revista Científica da Área	UFRJ Rio de Janeiro	2008

27	Regina Célia Mioto	ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL A INDIVÍDUOS, GRUPOS E FAMÍLIAS. In: SERVILO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.	Capítulo de Livro	Brasília-DF	2009
28	Marina Maciel Abreu, Hilda Correa de Oliveira & Eblin Farage.	ASSISTÊNCIA SOCIAL, MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO POPULAR	Trabalho apresentado no Seminário Nacional "O trabalho do(a) assistente social no SUAS"	UERJ Rio de Janeiro-RJ	2009
29	Luiz Agostinho Baldi	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR	Trabalho apresentado no XII ENPESS	UERJ Rio de Janeiro-RJ	2010
30	Luiz Agostinho Baldi	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR	Monografia de Graduação	UFJF Juiz de Fora-MG	2010
31	Aline Maria Batista Machado	EDUCAÇÃO POPULAR: uma temática relevante para o trabalho e a formação profissional do assistente social	Trabalho apresentado no XII ENPESS	UERJ Rio de Janeiro-RJ	2010
32	Aline Maria Batista Machado	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: diálogos possíveis	Trabalho apresentado no IX CCHLA Conhecimento em Debate	UFPB João Pessoa-PB	2010

Até o presente momento podemos dizer que, a partir de uma visão geral sobre os dados expostos no quadro

acima, ou seja, sobre os dados brutos, temos os seguintes resultados:

1º) No que se refere ao gênero dos(as) autores(as), a maioria da produção advém de mulheres;

2º) A produção teórica tem se mostrado incipiente, visto que apesar de investigarmos 61 instituições, vários sites e bibliotecas só encontramos 32;

3º) Desse total, a maioria foi publicada na década atual;

4º) Encontramos 07 publicações de livros e 01 publicação de capítulo de livro na área de serviço social que apontam ou abordam o tema da educação popular;

5º) Ademais, a pesquisa revelou 06 dissertações de mestrados, 02 monografias de graduação, mas nenhuma tese de doutorado

6º) E a maioria das produções foi publicada na cidade de São Paulo.

Os livros são os seguintes:

Safira Bezerra Ammann	IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADE NO BRASIL. São Paulo: Cortez, 1980.	São Paulo-SP	1980
Vicente de Paula Faleiros	METODOLOGIA E IDEOLOGIA DO TRABALHO SOCIAL. São Paulo: Cortez, 1981.	São Paulo-SP	1981
Maria Herlinda Borges Oliva	POLÍTICA DE ESTADO E PRÁTICA SOCIAL. São Paulo: Cortez, 1987.	São Paulo-SP	1987
José Paulo Netto	DITADURA E SERVIÇO SOCIAL: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 1 ed. São Paulo: Cortez, 1991.	São Paulo-SP	1991
Maria Ozanira da Silva e Silva	O SERVIÇO SOCIAL E O POPULAR: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 1 ed. São Paulo: Cortez,1995.	São Paulo-SP	1995

Marina Maciel Abreu	SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO DA CULTURA: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.	São Paulo-SP	2002
Marilda Villela Iamamoto	SERVIÇO SOCIAL EM TEMPO DE CAPITAL FETICHE: capital financeiro, trabalho e questão social. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2007.	São Paulo-SP	2007

E o capítulo de livro é

Regina Célia Mioto	ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL A INDIVÍDUOS, GRUPOS E FAMÍLIAS. In: SERVILO SOCIAL: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.	Brasília-DF	2009

No que diz respeito a esses livros, observamos que todos eles foram publicados pela editora Cortez, consequentemente prevalece o estado de São Paulo como lócus central dessa produção, porém, ainda que articulem as duas temáticas, a educação popular aparece de forma transversal e não como tema principal. Além disso, apenas o livro de autoria de José Paulo Netto critica a educação popular (devido ao ecletismo teórico da profissão na época do movimento de renovação da profissão), os demais, ainda que também apontem uma perspectiva crítica, consideram a importância da Educação Popular para os profissionais de Serviço Social, sobretudo quando estes atuam com a questão da organização política da classe trabalhadora.

O capítulo de livro, por sua vez, foi organizado e editado em 2009 na cidade de Brasília - DF pelo Conselho Federal de Serviço Social – CFESS em parceria com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. E com o apoio do Centro de Educação a

Distância/CEAD da Universidade de Brasília – UnB. Nele o tema da Educação Popular também aparece de forma transversal.

Dissertações de Mestrado:

Raimunda Nonata do Nascimento Santana	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: a questão das relações na sociedade brasileira.	PUC-RS Porto Alegre -RS	SERVIÇO SOCIAL	1985
Marta Beatriz Rodrigues Ruiz	INFLUENCIA Y VIGENCIA DEL PENSAMIENTO DE PAULO FREIRE EM TRABAJO SOCIAL.	PUC-RS Porto Alegre -RS	SERVIÇO SOCIAL	1988
Dirce de Melo Teixeira	EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL.	UFPB João Pessoa -PB	EDUCAÇÃO	1992
Marilene Aparecida Coelho	PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO POPULAR DE SAÚDE NO VALE DO SÃO PATRÍCIO-1974/1992.	UFG Goiânia-GO	EDUCAÇÃO	1997
Telma Cristiane Sasso de Lima	AS AÇÕES SÓCIO-EDUCATIOVAS E O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: tendências da produção bibliográfica	UFSC Florianópolis -SC	SERVIÇO SOCIAL	2006
Ana Soraia Haddad Biasi	SERVIÇO SOCIAL, EDUCAÇÃO POPULAR E RELAÇÕES DE GÊNERO: um diálogo entre três saberes em busca da emancipação.	UNISINOS São Leopoldo - RS	EDUCAÇÃO	2007

Monografias de conclusão de curso de graduação:

Marisa Maria Moraes Muniz	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: a ação profissional do serviço social no sub-projeto *Os Meninos de Rua*	UNB Brasília-DF	SERVIÇO SOCIAL	1988
Luiz Agostinho Baldi	SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR	UFJF Juiz de Fora -MG	SERVIÇO SOCIAL	2010

Nas dissertações de mestrado é possível perceber que a região Sul se destaca, pois das 06 dissertações 04 são dessa região e apenas 02 são de outras regiões, sendo 01 da região Centro Oeste e 01 da região Nordeste. Das 06 dissertações 03 são da área de Serviço Social e 03 da área de Educação, ao passo que as 02 monografias são da área de Serviço Social, sendo uma do Centro-Oeste e outra do Sudeste, revelando que a maioria dessas produções (graduação e pós-graduação) é da área de Serviço Social. O que nos chama atenção é que a distância de uma publicação pra outra no nível graduação é muito grande, 22 anos. Outro aspecto importante a destacar é que, ao contrário das produções em livros e capítulos de livros, as dissertações e monografias encontradas tomam a temática da Educação Popular como foco central e não transversal.

Objetivando uma análise mais detalhada do Quadro 02, ou seja, do quadro geral das produções pesquisadas, fizemos algumas tabulações, conforme visualizaremos a seguir.

TABELA 01

GÊNERO DOS(AS) AUTORES(AS) DAS PRODUÇÕES INVESTIGADAS	QUANT. (Nº)	PERC. (%)
SEXO FEMININO	23	72%
SEXO MASCULINO	08	25%
NÃO IDENTIFICADO POR SER AUTORIA DE UMA ASSOCIAÇÃO	01	3%
TOTAL	**32**	**100%**

A primeira tabela revela que até o momento 72% das produções investigadas advém de mulheres, ao passo

que apenas 25% vêm de homens e 3% não é possível identificar o sexo devido ser autoria de uma associação, a Abess (Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social), que hoje é Abepss (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). O fato de a maioria dos autores ser mulheres certamente se justifique devido os cursos de serviço social e pedagogia serem historicamente compostos por uma maioria feminina, ainda que saibamos que nas pós-graduações dessas mesmas áreas também há pessoas de outros cursos. Contudo, conforme site do Governo Federal (2012), no Brasil as mulheres são mais da metade da população e já estudam mais que os homens, mas ainda têm menos chances de emprego, ganham menos do que o universo masculino trabalhando nas mesmas funções e ocupam os piores postos. Nos últimos anos, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a distribuição de renda melhorou, mas a desigualdade entre homens e mulheres, ainda é muito significativa.

Aqui cabe destacar, também, outro aspecto do quadro geral, ou seja, do quadro 02, qual seja: o fato de que alguns autores aparecem em mais de uma produção, são eles:

AUTORES(AS) QUE APARECEM EM MAIS DE UMA PRODUÇÃO	ANO DAS SUAS PRODUÇÕES
1. Vicente de Paula Faleiros	1981 & 2005
2. Marilda Villela Iamamoto	2002 & 2007
3. Marina Maciel Abreu	2002 & 2009
4. Eblin Farage	2005 & 2009
5. Luiz Agostinho Baldi	2010 & 2010
6. Aline Maria Batista Machado	2010 & 2010

Cada um deles aparece 02 vezes no quadro geral das produções, o que implica dizer duas coisas, primeiro que até agora são os que mais produziram acerca da articulação do Serviço Social e Educação Popular, ainda que só tenham uma produção a mais que os outros autores, e segundo, que o fato de aparecerem mais de uma vez na lista dos autores releva que, embora tenhamos 32 produções, elas não são de 32 autores diferentes e sim de 26, e destes vinte e seis, 19 são mulheres (73%), 06 são homens (23%) e 01 (4%) é de uma Associação. O que demonstra que, ainda assim, a produção investigada advém de uma maioria feminina.

TABELA 02		
ANO DAS PRODUÇÕES	**QUANT. (Nº)**	**PERC. (%)**
DÉCADA DE 1980	10	31%
DÉCADA DE 1990	05	16%
DÉCADA DE 2000	17	53%
TOTAL	**32**	**100%**

O resultado sobre o ano das publicações nos surpreendeu, pois como o Serviço Social se aproximou da área da educação popular sobretudo na década de 1970, nossa hipótese era de que os anos seguintes a esse período, década de 1980, seriam os de maior produção sobre essa temática, porém, os resultados estão revelando que a maior produção, 53%, tem sido na década atual, enquanto que 31% se deu na década de 1980 e apenas 16% na década de 1990. Cabe ressaltar, que até o ano de 1985 o país vivia uma

conjuntura de ditadura militar (1964-1985), período em que leituras atreladas a qualquer crítica ao sistema eram tidas como subversivas e, por isso, severamente punidas, o que certamente pode justificar apenas 05 (cinco) produções entre 1980 e 1985 que atrelavam serviço social a educação popular, as demais são de 1987 em diante, pós-ditadura militar.

No que se refere a baixa produção da década de 1990, entendemos que dois fatores podem ter contribuído. Primeiro um de ordem interna, que foi a crítica de Netto (1991) ao ecletismo teórico da área de Serviço Social no processo de renovação da profissão, onde aponta a relação dos assistentes sociais com a educação popular como "intenção de ruptura" e não ruptura de fato. Ou seja, apesar das primeiras formulações críticas ao sistema, houve muita confusão teórica, como já apontamos no início deste texto. Segundo, um fator de ordem externa ou conjuntural, a queda do Muro de Berlim em 1989, visto que a partir disso muitos educadores e militantes abandonaram a educação popular, pois como ela estimulava as mobilizações e lutas sociais para um novo modelo de sociedade, com a derrocada do Muro muitos passaram a considerar o fim do "Socialismo Real" e, consequentemente, a impossibilidade de outro modelo de sociedade e, com isso, a crise da própria educação popular, que atualmente vem sendo ressignificada por determinados autores. Os quais se afastam cada vez mais da questão de classe ou lutas de classes e partem para concepções reformistas acerca desse tipo de educação.

TABELA 03		
TIPO DE PRODUÇÃO	**QUANT. (Nº)**	**PERC. (%)**
Livros	07	22%
Artigos completos publicados em anais de eventos científicos	07	22%
Artigos publicados em revistas científicas da área do Serviço Social	06	19%
Dissertações de mestrado	06	19%
Monografias	02	6%
Entrevista publicada em revistas científicas da área do Serviço Social	01	3%
Artigo publicado em site de produção acadêmica	01	3%
Livreto Informativo	01	3%
Capítulo de Livro	01	3%
TOTAL	**32**	**100%**

A tabela 03 demonstra que a maioria das produções, 44%, dividem-se em livros (22%) e artigos completos publicados em anais de eventos científicos (22%). Ao passo que 19% são artigos publicados em revistas científicas da área do Serviço Social, 19% configuram-se em dissertações de mestrado, 6% monografias de graduação, 3% entrevista

publicada em revistas científicas da área do Serviço Social, 3% é artigo publicado em site de produção acadêmica, 3% capítulo de livro e 3% livreto informativo. Cabe destacar, que conforme vimos anteriormente no Quadro 02, esses eventos científicos que publicaram tal produção ocorreram entre os anos de 2005 e 2010, nas cidades de João Pessoa-PB e Rio de Janeiro-RJ. Sendo 01 artigo publicado nos anais do IX CCHLA Conhecimento em Debate, ocorrido em 2010 na UFPB, 02 publicados nos anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, ocorrido em 2010 na UERJ, 03 publicados nos anais do Seminário de Educação Popular, promovido pela UFRJ no ano de 2005 e 01 outro produzido em 2009 no Seminário Nacional "O trabalho do(a) assistente social no SUAS", que mais uma vez ocorreu na UERJ, (porém, cabe registrar que embora tenhamos registrado em 2009, que foi a data do evento, apenas em 2011 saiu sua publicação online pelo CFESS).

Vejamos na tabela seguinte a distribuição total das produções conforme os locais das publicações e seus respectivos anos.

TABELA 04					
Local das Publicações	**Décadas das produções**			**QUANT. (Nº)**	**PEC. (%)**
	Oitenta	**Noventa**	**Dois mil**		
São Paulo - SP	2 em 1980 2 em 1981 1 em 1987 2 em 1988	1 em 1991 1 em 1993 1 em 1995	1 em 2002 1 em 2005 1 em 2007	13	41%
Rio de Janeiro - RJ			3 em 2005 1 em 2008 1 em 2009 2 em 2010	07	22%
Brasília - DF	1 em 1988		1 em 2002 1 em 2009	03	9%
João Pessoa - PB		1 em 1992	1 em 2010	02	6%
Porto Alegre - RS	1 em 1985 1 em 1988			02	6%
Goiânia		1 em 1997		01	3%
Cuiabá - MT			1 em 2005	01	3%
São Leopoldo - RS			1 em 2007	01	3%
Florianópolis - SC			1 em 2006	01	3%
Juiz de Fora - MG			1 em 2010	01	3%
TOTAL	**10**	**05**	**17**	**32**	**100%**

Conforme a tabela 04 são 10 o número de locais onde despontam as publicações das produções teóricas que articularam serviço social e educação popular. São eles: São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Brasília/DF, João Pessoa/PB, Porto Alegre/RS, Goiânia/GP, Cuiabá/MT, São Leopoldo/RS, Florianópolis/SC e Juiz de Fora/MG. Dentre eles, São Paulo se destaca, apresentando 41% das produções, seguido do Rio

de Janeiro, com 22%, e de Brasília, com 9%. Entre as demais cidades, João Pessoa e Porto Alegre apresentam 6% cada, e Cuiabá, São Leopoldo, Florianópolis e Juiz de Fora apresentam, cada um deles, 3% das produções.

Ademais, as produções mais antigas do nosso recorte temporal, duas de 1980, foram publicadas em São Paulo/SP, e as mais recentes datam de 2010, no Rio de Janeiro/RJ, em João Pessoa/PB e Juiz de Fora/MG.

Por fim, no que se refere aos títulos das produções pesquisadas destacam-se temas transversais. Confiram na tabela 05:

TABELA 05

TEMAS TRANSVERSAIS PRESENTES NOS TÍTULOS DAS PRODUÇÕES	QUANT. (Nº)	PEC. (%)
Família	01	3%
Ditadura	01	3%
Produção do conhecimento	01	3%
Relações de Gênero	01	3%
Meninos de rua	01	3%
Escola pública	01	3%
Desenvolvimento de Comunidade	01	3%
Saúde (Saúde do idoso, movimento popular em saúde)	02	6%
Cultura	02	6%
Não trazem temas transversais, apenas sub-temáticas do próprio serviço social ou da educação popular (tais como: ideologia do trabalho social, pensamento de Paulo Freire, popular, ações educativas, educação política, formação e/ou atuação profissional, projeto profissional, questão social e direitos sociais)	21	66%
TOTAL	**32**	**100%**

De acordo com a tabela acima os temas transversais que aparecem nos títulos das produções pesquisadas são: família (3%), ditadura (3%), produção do conhecimento (3,4%), relações de gênero (3%), meninos de rua (3%), escola pública (3%), desenvolvimento de comunidade (3%), saúde (6%) e cultura (6%). Os que não trazem temas transversais no título, apenas sub-temáticas do próprio serviço social ou da educação popular (tais como: pensamento de Paulo Freire, popular, ações educativas, educação política, formação e/ou atuação profissional, projeto profissional, questão social e direitos sociais) equivalem a 66%, ou seja, a grande maioria realizou especificamente o diálogo entre essas duas áreas (Serviço Social e Educação Popular). Contudo, como ainda estamos desenvolvendo a coleta de dados, não temos resultados mais profundos acerca da articulação teórico-metodológicas dessas produções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Uma temática só é emergente em uma profissão quando há incidência de pelo menos duas variáveis. Uma é a conjuntura, que passa por uma categoria profissional um conjunto de demandas que até então eram inexistentes ou inexpressivas" (MATOS, 2009, p. 514). E, "uma outra variável é que, (...) conectados com a realidade, os profissionais de uma categoria, podem estimular a realização de ações até bem pouco tempo não priorizadas" (Ibidem). E completa: "o que está colocado é a capacidade de alguns profissionais de perceberem uma demanda em potencial e provocá-la para que esta se efetive" (MATOS, 2009, p. 514).

O autor explica que nessa primeira variável (conjuntura) uma temática emerge a partir da demanda da realidade e da capacidade de resposta dos profissionais. No caso da educação popular, ela não é uma temática inexistente e sim inexpressiva nas produções que a articulam ao Serviço Social, porém, ainda que incipiente, vimos que 53% das produções que articulam as duas áreas (Serviço Social e Educação Popular) são da década atual. O que conecta essa primeira variável (conjuntura) a segunda (estimular a realização de ações até bem pouco tempo não priorizadas), que aqui nos referimos à importância da educação popular para a formação e prática do Assistente Social. Até porque, a grande maioria das produções investigadas percebe a educação popular como uma demanda em potencial na área do Serviço Social, que deve ser provocada para que se efetive. Mas, por quê? Vejamos se conseguimos responder à guisa de conclusão.

No âmbito do Serviço Social, Iamamoto (2010, p. 200) afirma que os assistentes sociais precisam ter o conhecimento criterioso dos processos sociais e de sua vivência pelos indivíduos sociais, visto que isso poderá alimentar ações inovadoras. Aliás, tal "conhecimento é pré-requisito para impulsionar a consciência crítica e uma cultura pública democrática". Com essa afirmação a autora tanto estimula o desenvolvimento de pesquisas e projetos que favoreçam o conhecimento do modo de vida e de trabalho dos segmentos populacionais atendidos, como estimula os profissionais a impulsionarem a consciência política desses mesmos segmentos. Até porque, a consciência política significa "a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica é a primeira fase de uma

autoconsciência, na qual a teoria e prática finalmente se unificam" (GRAMSCI, 1995, p. 21).

Mas em termos técnico-operativos, de que forma se estimula a consciência política dos sujeitos sociais? De que maneira podemos impulsionar uma cultura pública democrática? E o assistente social vem intervindo nessa perspectiva? Se sim, como vem se dando essa intervenção?

Quanto ao primeiro e o segundo questionamento podemos dizer que nisso (estímulo a consciência crítica e a uma cultura democrática) a metodologia da educação popular é fundamental, pois, ao mesmo tempo em que busca desvelar a realidade social e contribuir com o desenvolvimento da capacidade crítica das classes subalternas, luta pelo protagonismo dos sujeitos sociais. O que significa que esse tipo de educação, enquanto práxis educativa, visa estimular a *práxis* social, uma vez que esta "une compreensão teórica à ação real, com vistas à transformação (...) da sociedade" (VÁZQUEZ, 1977).

Quanto às questões referentes à intervenção profissional, nos acostamos a opinião de Santos (2010, p. 96), ao dizer que "é urgente a necessidade de se conhecer a intervenção do Serviço Social, incluindo os instrumentais necessários a essa intervenção". Para a autora, o que existe hoje não é mais a necessidade de mudança de currículo, mas a aproximação da academia a realidade posta aos "profissionais da intervenção". Daí entendermos que se na prática o assistente social já se depara e atua com a educação popular ou pode criar possibilidades de atuar fundamentado nela, os centros de formação profissional devem, por meio de pesquisas, aprender com a educação popular, mas também nela intervir, contribuir. Viabilizando,

assim, uma relação dialética e dialógica entre Educação Popular e Serviço Social e, quem sabe, a formação de assistentes sociais mais críticos, dialógicos, democráticos e de fato capacitados para impulsionar a consciência crítica, a participação política, a organização popular e uma cultura crítica democrática.

Inclusive porque quando os intelectuais, e aqui se inclui os assistentes sociais, se reconhecem como classe trabalhadora, e não apenas como indivíduos ou profissionais detentores do saber, e defendem ideias em favor dessa classe, tornam-se indispensáveis ao grupo social excluído do sistema hegemônico e ameaçadores do grupo que dirige tal sistema. Ao atuarem, podem contribuir com as camadas populares a reconhecerem-se como sujeitos histórico-sociais colaborando, assim, com a organização política da classe subalternizada. Até mesmo porque qualquer ação educativa, por mais dialógica que possa ser, nunca será neutra.

Abreu (2011, p. 230), além de identificar os perfis pedagógicos da prática profissional do assistente social relaciona assistência social, educação popular e mobilização. Conforme a autora "a mobilização e a educação popular constituíram eixos centrais nas propostas pedagógicas que respaldaram os avanços e consolidação do projeto ético-político da profissão nos anos 1980, pautado na perspectiva de emancipação da classe trabalhadora". Na década atual, a autora aponta que a "a função pedagógica do assistente social vincula-se à capacitação, mobilização e participação populares" (2002, p. 216). E aqueles(as) que intervém a partir de uma lógica emancipatória voltam-se para o "rompimento de práticas identificadas com uma

cultura tuteladora/clientelista da relação entre Estado e sociedade" (IBIDEM). Daí citar como exemplos algumas experiências em orçamentos participativos e determinados programas de renda mínima articulados a educação.

Portanto, ainda que saibamos que o fazer profissional do assistente social se distingue da arena da militância política, e que sua profissão se configura como especialização da divisão social e técnica do trabalho, por isso mesmo seu exercício profissional é mediado por uma relação assalariada, entendemos aqui que sempre podemos nos posicionar contra a hegemonia da classe dominante, e, dentro das nossas possibilidades institucionais, nos dispor a participar efetivamente da construção da hegemonia das classes dominadas, conforme a opção do nosso Projeto Ético-Político Profissional. E nessa empreitada a educação popular é uma importante aliada, tanto no debate político-ideológico como no teórico-metodológico e no técnico-operativo que se opõe a hegemonia dominante.

REFERÊNCIAS

ABESS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. Apresentação. *Caderno Abess,* n. 02, p. 03-04, 1988.

ABREU, Marina Maciel. *Serviço social e organização da cultura:* perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ABREU, Marina Maciel, OLIVEIRA, Hilda Correa de & FARAGE, Eblin. Assistência social, mobilização e educação

popular. *Seminário Nacional "O trabalho do(a) assistente social no SUAS"*. Brasilia: CFESS, 2011.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. *Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação.* 2013. Disponível em: http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=908 [16/02/2013].

FALEIROS, Vicente de Paula. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? *Serviço social e sociedade n° 84*. p. 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. *Política e educação*. 8 ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. *Atribuições privativas do(a) assistente social em questão*. Brasília, 2002.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATOS, Maurílio Castro de. Assessoria, consultoria, auditoria, supervisão técnica. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e serviço social:* uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. *Na prática a teoria é outra?* Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de janeiro: Lumem Juris, 2010.

SPOSITO, Marília Pontes. *O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira:* Educação, Ciências Sociais e Serviço Social (1999-2006). Vol.1. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

VÁZQUEZ, Adolfo S. *Filosofia da práxis*. 2 ed. Tradução de Luiz F. Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Sites pesquisados:

http://www.brasil.gov.br/secoes/mulher/desigualdade-de-generos/mulheres-x-homens/print

Com o intuito de revisitar temas permanentes do Serviço Social e sua relação com a teoria social matrizada no pensamento crítico dialético é que organizamos a coletânea em tela. O leitor encontrará artigos que discutem significativas questões filosóficas com relação ao pensamento de Marx e seu legado para análise crítica da vida social, até mediações voltadas à interlocução deste com o projeto ético-político e profissional do Serviço Social brasileiro.

Os autores demonstram que, ao adotar o ponto de vista teórico-metodológico de Marx, o Serviço Social tem a possibilidade de fazer desse, seu componente de referência teórica mais aguçado no sentido de desvendar as contradições e formas de alienação estabelecidas nas relações sociais vigentes. Desse modo, o método crítico dialético enquanto forma de pensar a sociedade burguesa se mostra não somente como chave crítica indispensável para a profissão compreender a si mesmo no contexto da sociabilidade capitalista, mas também como passível de desenvolvê-lo na sua forma de proceder na leitura da realidade incorporada à sua prática profissional enquanto direção ético-política.

Wécio Pinheiro Araújo

Julho de 2015

ISBN 978-85-237-1178-8

9 788523 711788